

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JANAINA HAMMERSCHMIDT

DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO DE PERÍCIA EM BEM-ESTAR ANIMAL



CURITIBA

2012

JANAINA HAMMERSCHMIDT

DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO DE PERÍCIA EM BEM-ESTAR ANIMAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Veterinárias, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciências Veterinárias.

Orientadora: Prof^a. Dra. Carla Forte Maiolino Molento

Curitiba

2012



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS VETERINÁRIAS

PARECER

A comissão Examinadora da Defesa da Dissertação intitulada **“DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO DE PERICIA EM BEM-ESTAR ANIMAL”** apresentada pela mestranda JANAÍNA HAMMERSCHMIDT declara ante os méritos demonstrados pela Candidata, e de acordo com o Art. 79 da Resolução nº 65/09-CEPE/UFPR, que considerou a candidata apta para receber o Título de Mestre em Ciências Veterinárias, na Área de Concentração em Ciências Veterinárias.

Curitiba, 27 de março de 2012


Professora Dra. Carla Forte Maiolino Molento
Presidente/Orientador


Professora Dr. Paulo César Maiorka
Membro


Professora Dra. Tilde Rodrigues Froes
Membro

*Aos animais vítimas de maus-tratos, os
quais acompanhei em meus trabalhos.
À minha amada mãe, por absolutamente tudo.
Dedico.*

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Filomena pelo amor, amizade, paciência, pelo abraço forte e caloroso nos momentos difíceis... Agradecer é pouco por tanto amor e esforço dedicado em prol dos meus estudos e de minha felicidade. Agradeço por me dar a mão e me apoiar nos trabalhos em busca de um mundo com menos sofrimento para os animais.

À professora Carla Molento, pelo exemplo. Exemplo de sabedoria e discernimento. Agradeço não somente pela orientação impecável durante esse trabalho, mas por todos os ensinamentos sobre como ser uma pessoa melhor com o mundo. Obrigada por me ajudar a ser mais paciente e por me encorajar a seguir adiante no atendimento dos animais vítimas de maus-tratos, pois em alguns momentos pensei em desistir. Agradeço por acreditar nesse trabalho e por permitir que eu o tornasse realidade.

À minha avó Nair, que apesar de não entender se eu estava trabalhando ou estudando, sempre esteve presente fazendo o que estava ao seu alcance para ajudar no que fosse necessário.

À Gisele Sprea, por acreditar no trabalho. Por abrir caminhos e permitir que nossa proposta de trabalho fosse aplicada em sua rotina de trabalho. Pelo amor que dedica aos animais, pelo exemplo de pessoa. Agradeço pelas horas de reflexão e conversas e pela imensa colaboração.

À Aurora Guadagnin e Soraya Simon meus sinceros agradecimentos pela confiança depositada e pela disponibilização de seus bancos de dados. Parabéns pela coragem, força e amor de vida dedicados aos animais!

Às Prefeituras Municipais de Campo Largo, Curitiba e Pinhais por permitirem a realização deste trabalho. Em especial à Gisele Sprea, Vivien M. Morikawa, Marcos Traad da Silva, Lucyenne Popp, Cristiane Barros e Flávia Wolff.

Ao Thiago por todo amor, companheirismo e paciência. Agradeço por compartilhar minhas incertezas, por ouvir minhas reclamações e por ficar ao meu lado durante os momentos de trabalho. Infelizmente nossas vidas traçaram caminhos diferentes, porém você sempre estará guardado comigo, em minhas boas lembranças.

Ao meu pai Roberto. Quem diria que te conheceria a tempo de agradecê-lo em minha dissertação? Aos 25 anos de idade começo a descobrir esse laço que até então era desconhecido. Obrigada pela paciência em esperar a finalização dessa etapa para conhecer minha nova família.

À minha amada amiga Elaine Sans. Minha companheira de mestrado que se tornou amiga para a vida toda. Com certeza os caminhos se tornaram mais fáceis ao seu lado, dividindo cada momento de angústias, incertezas e, claro, de comemorações. Desejo tudo de mais maravilhoso em sua vida, pois você é uma pessoa muito iluminada e especial!

Aos meus amigos do LABEA: Heloísa (obrigada por ajudar na digitação das fichas), Tâmara Borges, Janaina Braga, Bernardo Deguchi (viva a estatística), Luciana Vargas, Renata Bacila, Carolina Serrano, Juliana Federici, Giorgi Dal Pont, Larissa Runcos e Vanessa C. Bones pela cumplicidade do trabalho em equipe. Obrigada pela ajuda, pelos conselhos, palpites e, claro, pelas boas risadas!

À minha Família do Coração: Breno, Carol, Isa, Paty, Tatá e Tati, pela paciência nas inúmeras vezes em que me escutaram dizendo “hoje não dá, tenho que terminar meu artigo”.

Aos animais vítimas de maus-tratos. Fica aqui o meu compromisso para trabalhar por um mundo com menos sofrimento animal.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para o desenvolvimento desse trabalho.

“Os animais não existem em função do homem, eles possuem uma existência e um valor próprios. Uma moral que não incorpore esta verdade é vazia. Um sistema jurídico que a exclua é cego”.

THOMAS REGAN

RESUMO

As preocupações envolvendo o bem-estar dos animais em geral visam mensurar o grau de bem-estar dos animais envolvidos para identificar os problemas e propor soluções de reduzam o sofrimento e melhorem a qualidade de vida dos indivíduos. O objetivo deste trabalho foi colaborar para o desenvolvimento de uma metodologia de perícia em bem-estar animal aplicável em diferentes situações de manutenção de animais para responder a processos legais de denúncias de maus-tratos contra animais. O estudo divide-se em cinco Capítulos: (I) Apresentação; (II) Análise retrospectiva de denúncias de maus-tratos contra animais na região de Curitiba, estado do Paraná; (III) Metodologia de perícia em bem-estar animal; (IV) Diagnóstico de bem-estar de cães domiciliados e semi-domiciliados no município de Campo Largo, Paraná e (V) Considerações finais. Os resultados encontrados no capítulo II sugerem que o enquadramento das situações nas quais se suspeita de maus-tratos deve ser baseado em conhecimento técnico de profissional capacitado em bem-estar animal. A proposta do capítulo III mostrou-se útil e viável para o diagnóstico de bem-estar dos animais nos diferentes cenários utilizados. O diagnóstico individual parece ser o mais indicado, uma vez que o grau de bem-estar pode diferir entre indivíduos mantidos nas mesmas condições. Os resultados do capítulo IV demonstraram que o comprometimento com a guarda dos cães atuou significativamente sobre o grau de bem-estar dos animais, pois os cães semi-domiciliados tiveram mais baixo grau de bem-estar e maior probabilidade de sofrimento que cães domiciliados. Entretanto, os resultados da avaliação de bem-estar de todos os cães não foram otimistas, pois muitos fatores contribuíram para a ocorrência de sofrimento. Assim, é importante que estratégias técnicas para diagnóstico de bem-estar dos animais sejam implementadas com o propósito de verificar os pontos críticos e auxiliar na deliberação acerca de situações de maus-tratos. Dessa forma se pode refinar a tomada de decisão e viabilizar o alívio de sofrimento e o incremento da qualidade de vida dos animais.

Palavras-chave: Cinco Liberdades, diagnóstico de bem-estar, maus-tratos

ABSTRACT

Concerns involving animal welfare in general aim to measure the level of welfare of the animals to identify problems and propose solutions to minimize suffering and improve the life quality of individuals. The objective of this work was to contribute to the development of an animal welfare assessment with the goal of a legal report construction applicable in different keeping situations of animals, to respond to legal animal abuse processes. The study is divided into five chapters: (I) Presentation; (II) Retrospective analysis of animal abuse denounce processes in the Curitiba region, State of Paraná, Southern Brazil; (III) Development of an animal welfare assessment protocol with the aim of supporting to legal processes; (IV) Welfare assessment of restricted and free-roaming owned dogs in the town of Campo Largo, State of Paraná, Southern Brazil and (V) Final Considerations. The results in chapter II suggest that the decisions on situations where there is suspicion of animal abuse could benefit from technical knowledge of professionals trained in animal welfare. The proposal in chapter III was useful and applicable to the animal welfare assessment in the different scenarios tested. Individual diagnosis seems to be the most indicated, once welfare level may differ between two individuals kept in the same conditions. Results in chapter IV demonstrate that commitment to responsible dog guardianship significantly improved animal welfare level, as free-roaming owned dogs faced lower welfare levels and higher suffering probability than restricted owned dogs. However, welfare results were not optimistic for all dogs due to the many factors that contributed to the occurrence of suffering. Thus, it is important that technical welfare diagnosis strategies be employed in order to verify critical welfare points and support decision regarding animal abuse scenarios. In turn, a refinement in the decision making process may be achieved, enabling suffering relief and an increase in the life quality of animals.

Key-words: Five Freedoms, welfare assessment, abuse

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- FIGURA 1 – NÚMERO DE DENÚNCIAS DE MAUS-TRATOS CONTRA ANIMAIS REGISTRADAS EM ÓRGÃOS OFICIAIS PELA SOCIEDADE PROTETORA DOS ANIMAIS DE CAMPO LARGO (SPACL), NO PERÍODO DE 2001 A 2009, E PELA SOCIEDADE PROTETORA DOS ANIMAIS DE CURITIBA, NO PERÍODO DE 2003 A 2011. 25
- FIGURA 2. NÚMERO DE DENÚNCIAS DE MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS, DE JULHO DE 2009 A AGOSTO DE 2010, DE ACORDO COM OS REGISTROS DA REDE DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL DE CURITIBA (RDPAC). 25
- FIGURA 3. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE DENÚNCIAS DE MAUS-TRATOS CONTRA ANIMAIS NO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, REGISTRADAS NA SOCIEDADE PROTETORA DOS ANIMAIS DE CAMPO LARGO (FIGURA A), NO PERÍODO DE 2001 ATÉ 2009, E NO MUNICÍPIO DE CURITIBA (FIGURA B), REGISTRADAS NA SOCIEDADE PROTETORA DOS ANIMAIS DE CURITIBA, NO PERÍODO DE 2003 A 2011, E NA REDE DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL DE CURITIBA, NO PERÍODO DE JULHO DE 2009 A AGOSTO DE 2010. 26
- FIGURA 4. EXEMPLO DE COMEDOUROS E BEBEDOUROS LIMPO (A), PARCIALMENTE SUJO (B) E SUJO (C) DURANTE AVALIAÇÃO DA LIBERDADE NUTRICIONAL DA PROPOSTA DE METODOLOGIA DE PERÍCIA EM BEM-ESTAR DE CÃES DOMICILIADOS E SEMI-DOMICILIADOS INSERIDOS NO PROGRAMA DE CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS DO SETOR DE CONTROLE DE ZONÓSES E BEM-ESTAR ANIMAL, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, 2011. FOTO: JANAINA HAMMERSCHMIDT, 2011. 54
- FIGURA 5. ILUSTRAÇÃO DO AMBIENTE ONDE O ANIMAL PERMANECE, COMO PARTE DA AVALIAÇÃO DA LIBERDADE AMBIENTAL DAS PROPOSTAS DE METODOLOGIA DE PERÍCIA EM BEM-ESTAR DE CÃES DOMICILIADOS E SEMI-DOMICILIADOS (A E B) E DE DENÚNCIAS DE MAUS-TRATOS (C) NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE CONTROLE DE ZONÓSES E BEM-ESTAR ANIMAL, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, 2011. FOTO: JANAINA HAMMERSCHMIDT, 2011. 55
- FIGURA 6. ILUSTRAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE MOVIMENTAÇÃO DO ANIMAL COMO PARTE DA AVALIAÇÃO DA LIBERDADE AMBIENTAL DAS PROPOSTAS DA METODOLOGIA DE PERÍCIA EM BEM-ESTAR DE CÃES DOMICILIADOS E SEMI-DOMICILIADOS (A) E DE DENÚNCIAS DE MAUS-TRATOS (B E C) NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE CONTROLE DE ZONÓSES E BEM-ESTAR ANIMAL, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, 2011. FOTO: JANAINA HAMMERSCHMIDT, 2011. 56
- FIGURA 7. ILUSTRAÇÃO DO NÚMERO DE ANIMAIS PRESENTES NO AMBIENTE COMO PARTE DA AVALIAÇÃO DA LIBERDADE AMBIENTAL DA PROPOSTA DE METODOLOGIA DE PERÍCIA EM ESTABELECIMENTOS DE COMÉRCIO DE ANIMAIS (A E B) E DE CÃES

- DOMICILIADOS E SEMI-DOMICILIADOS (C) NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE CONTROLE DE ZOOSE E BEM-ESTAR ANIMAL, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, 2011. FOTO: JANAINA HAMMERSCHMIDT, 2011..... 56
- FIGURA 8. ILUSTRAÇÃO DA PRESENÇA E CONDIÇÕES DE ABRIGO, SUPERFÍCIE CONFORTÁVEL PARA DESCANSO E MATERIAIS DE RISCO NO AMBIENTE COMO PARTE DA AVALIAÇÃO DA LIBERDADE AMBIENTAL DA PROPOSTA DE METODOLOGIA DE PERÍCIA EM BEM-ESTAR EM DENÚNCIAS DE MAUS-TRATOS (A E C) E DE BEM-ESTAR DE CÃES DOMICILIADOS E SEMI-DOMICILIADOS (B) NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE CONTROLE DE ZOOSE E BEM-ESTAR ANIMAL, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, 2011. FOTO: JANAINA HAMMERSCHMIDT, 2011..... 57
- FIGURA 9. ILUSTRAÇÃO DA AVALIAÇÃO DA PRESENÇA DE DOR, DOENÇAS E FERIMENTOS COMO PARTE DA AVALIAÇÃO DA LIBERDADE SANITÁRIA DA PROPOSTA DE METODOLOGIA DE PERÍCIA EM DENÚNCIAS DE MAUS-TRATOS NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE CONTROLE DE ZOOSE E BEM-ESTAR ANIMAL, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, 2011. FOTO: JANAINA HAMMERSCHMIDT, 2011..... 59
- FIGURA 10. ILUSTRAÇÃO DA AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DOS CASCOS DOS CAVALOS COMO PARTE DA AVALIAÇÃO DA LIBERDADE SANITÁRIA DA PROPOSTA DE METODOLOGIA DE PERÍCIA EM BEM-ESTAR DE CAVALOS DE CARROCEIROS NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE CONTROLE DE ZOOSE, MUNICÍPIO DE PINHAIS, 2011. FOTO: JANAINA HAMMERSCHMIDT, 2011. 61
- FIGURA 11. ILUSTRAÇÃO DOS RECURSOS PRESENTES NO AMBIENTE COMO PARTE DA AVALIAÇÃO DA LIBERDADE COMPORTAMENTAL DA PROPOSTA DE METODOLOGIA DE PERÍCIA EM BEM-ESTAR EM ESTABELECIMENTOS DE COMÉRCIO DE ANIMAIS (A E B) E DE BEM-ESTAR DE CÃES DOMICILIADOS E SEMI-DOMICILIADOS (C) NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE CONTROLE DE ZOOSE E BEM-ESTAR ANIMAL, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, 2011. FOTO: JANAINA HAMMERSCHMIDT, 2011. 62
- FIGURA 12. ILUSTRAÇÃO DA AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL COMO PARTE DA AVALIAÇÃO DA LIBERDADE PSICOLÓGICA DA PROPOSTA DE METODOLOGIA DE PERÍCIA EM BEM-ESTAR DE CÃES DOMICILIADOS E SEMI-DOMICILIADOS NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE CONTROLE DE ZOOSE E BEM-ESTAR ANIMAL, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, 2011. FOTO: JANAINA HAMMERSCHMIDT, 2011..... 67
- FIGURA 13. DISTRIBUIÇÃO DA IDADE DOS 71 CÃES AVALIADOS PARA DIAGNÓSTICO DE BEM-ESTAR NO PROGRAMA DE CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS DO SETOR DE CONTROLE DE ZOOSE E BEM-ESTAR ANIMAL, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, 2011..... 83

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. GÊNERO DE DENUNCIANTES E DENUNCIADOS EM PROCESSOS DE MAUS-TRATOS CONTRA ANIMAIS ENVOLVENDO PESSOA FÍSICA, DE ACORDO COM OS REGISTROS DA SOCIEDADE PROTETORA DOS ANIMAIS DE CAMPO LARGO (SPACL), NO PERÍODO DE 2001 ATÉ 2009, DA SOCIEDADE PROTETORA DOS ANIMAIS DE CURITIBA (SPAC), DE MAIO DE 2003 A MAIO DE 2011 E DA REDE DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL DE CURITIBA (RDPAC), DE JULHO DE 2009 A AGOSTO DE 2010.....	28
TABELA 2. NÚMERO DE DENÚNCIAS DE MAUS-TRATOS POR ESPÉCIE ANIMAL REGISTRADAS NA SOCIEDADE PROTETORA DOS ANIMAIS DE CAMPO LARGO (SPACL), NO PERÍODO DE 2001 ATÉ 2009, NA SOCIEDADE PROTETORA DOS ANIMAIS DE CURITIBA (SPAC), DE MAIO DE 2003 A MAIO DE 2011 E NA REDE DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL DE CURITIBA (RDPAC), DE JULHO DE 2009 A AGOSTO DE 2010.....	30
TABELA 3. NÚMERO DE ANIMAIS ENVOLVIDOS EM DENÚNCIAS REGISTRADAS NA SOCIEDADE PROTETORA DOS ANIMAIS DE CAMPO LARGO (SPACL), NO PERÍODO DE 2001 ATÉ 2009, NA SOCIEDADE PROTETORA DOS ANIMAIS DE CURITIBA (SPAC), DE MAIO DE 2003 A MAIO DE 2011 E NA REDE DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL DE CURITIBA (RDPAC), DE JULHO DE 2009 A AGOSTO DE 2010.....	32
TABELA 4. CAUSAS DE DENÚNCIA DE ACORDO COM OS REGISTROS NA SOCIEDADE PROTETORA DOS ANIMAIS DE CAMPO LARGO (SPACL), NO PERÍODO DE 2001 ATÉ 2009, NA SOCIEDADE PROTETORA DOS ANIMAIS DE CURITIBA (SPAC), DE MAIO DE 2003 A MAIO DE 2011 E NA REDE DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL DE CURITIBA (RDPAC), DE JULHO DE 2009 A AGOSTO DE 2010.....	33
TABELA 5. CAUSAS DE MORTE E SUA FREQUÊNCIA NAS DENÚNCIAS DE MAUS-TRATOS REGISTRADAS NA SOCIEDADE PROTETORA DOS ANIMAIS DE CAMPO LARGO (SPACL), NO PERÍODO DE 2001 ATÉ 2009, NA SOCIEDADE PROTETORA DOS ANIMAIS DE CURITIBA (SPAC), DE MAIO DE 2003 A MAIO DE 2011 E NA REDE DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL DE CURITIBA (RDPAC), DE JULHO DE 2009 A AGOSTO DE 2010.	35
TABELA 6. COMPROMETIMENTO DE CADA LIBERDADE BASEADO NO RELATO DO DENUNCIANTE (RD) E NA AVALIAÇÃO TÉCNICA (AT) DAS DENÚNCIAS DE MAUS-TRATOS CONTRA ANIMAIS REGISTRADAS NA SOCIEDADE PROTETORA DOS ANIMAIS DE CAMPO LARGO (SPACL), NO PERÍODO DE 2001 ATÉ 2009, NA SOCIEDADE PROTETORA DOS ANIMAIS DE CURITIBA (SPAC), DE MAIO DE 2003 A MAIO DE 2011 E	

NA REDE DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL DE CURITIBA (RDPAC), DE JULHO DE 2009 A AGOSTO DE 2010.....	37
TABELA 7. COMPOSIÇÃO DA PROPOSTA DE METODOLOGIA DE PERÍCIA EM BEM-ESTAR DE CÃES DOMICILIADOS E SEMI-DOMICILIADOS INSERIDOS NO PROGRAMA DE CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS DO SETOR DE CONTROLE DE ZOONOSES E BEM- ESTAR ANIMAL, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, 2011.	47
TABELA 8. COMPOSIÇÃO DAS MENSURAÇÕES DA LIBERDADE PSICOLÓGICA EM DIFERENTES CENÁRIOS DA PROPOSTA DE METODOLOGIA DE PERÍCIA EM BEM-ESTAR ANIMAL NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE CONTROLE DE ZOONOSES E BEM- ESTAR ANIMAL, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, 2011.	66
TABELA 9 – COMPOSIÇÃO DA FICHA UTILIZADA PARA DIAGNÓSTICO DE BEM-ESTAR DE CÃES DOMICILIADOS E SEMI-DOMICILIADOS INSERIDOS NO PROGRAMA DE CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS DO SETOR DE CONTROLE DE ZOONOSES E BEM- ESTAR ANIMAL, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, 2011.	79
TABELA 10. PARECER DAS CINCO LIBERDADES EM CÃES DOMICILIADOS (CD) E SEMI-DOMICILIADOS (CS) AVALIADOS NO CONTEXTO DO PROGRAMA DE CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS DO SETOR DE CONTROLE DE ZOONOSES E BEM-ESTAR ANIMAL, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, 2011.	85
TABELA 11. DIAGNÓSTICO DO GRAU DE BEM-ESTAR E DA PROBABILIDADE DE SOFRIMENTO EM CÃES DOMICILIADOS (CD) E SEMI-DOMICILIADOS (CS) AVALIADOS NO CONTEXTO DO PROGRAMA DE CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS DO SETOR DE CONTROLE DE ZOONOSES E BEM-ESTAR ANIMAL, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, 2011.	86
TABELA 12. LIBERDADE NUTRICIONAL DE CÃES DOMICILIADOS (CD) E SEMI-DOMICILIADOS (CS) AVALIADOS NO CONTEXTO DO PROGRAMA DE CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS DO SETOR DE CONTROLE DE ZOONOSES E BEM-ESTAR ANIMAL, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, 2011.	87
TABELA 13. LIBERDADE AMBIENTAL DE CÃES DOMICILIADOS (CD) E SEMI-DOMICILIADOS (CS) AVALIADOS NO CONTEXTO DO PROGRAMA DE CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS DO SETOR DE CONTROLE DE ZOONOSES E BEM-ESTAR ANIMAL, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, 2011.	90
TABELA 14. LIBERDADE SANITÁRIA DE CÃES DOMICILIADOS (CD) E SEMI-DOMICILIADOS (CS) INSERIDOS NO PROGRAMA DE CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS DO SETOR DE CONTROLE DE	

ZOONOSES E BEM-ESTAR ANIMAL, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, 2011.....	94
--	----

TABELA 15. LIBERDADE COMPORTAMENTAL DE CÃES DOMICILIADOS (CD) E SEMI-DOMICILIADOS (CS) INSERIDOS NO PROGRAMA DE CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS DO SETOR DE CONTROLE DE ZOONOSES E BEM-ESTAR ANIMAL, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, 2011.	96
---	----

TABELA 16. LIBERDADE PSICOLÓGICA DE CÃES DOMICILIADOS (CD) E SEMI-DOMICILIADOS (CS) INSERIDOS NO PROGRAMA DE CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS DO SETOR DE CONTROLE DE ZOONOSES E BEM-ESTAR ANIMAL, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, 2011.....	100
---	-----

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	v
RESUMO.....	viii
ABSTRACT.....	ix
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	x
LISTA DE TABELAS	xii
SUMÁRIO	xv
1. APRESENTAÇÃO.....	17
REFERÊNCIAS	18
2. ANÁLISE RETROSPECTIVA DE DENÚNCIAS DE MAUS-TRATOS CONTRA ANIMAIS NA REGIÃO DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ	19
RESUMO	19
ABSTRACT.....	19
2.1. INTRODUÇÃO	20
2.2. MATERIAL E MÉTODOS.....	21
2.3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	24
2.4. CONCLUSÃO	39
AGRADECIMENTOS.....	39
REFERÊNCIAS	39
3. DESENVOLVIMENTO DE PERÍCIA EM BEM-ESTAR ANIMAL.....	44
RESUMO	44
ABSTRACT.....	44
3.1. INTRODUÇÃO	45
3.2. DESENVOLVIMENTO DA METODOLOGIA DE PERÍCIA.....	46
3.3. CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO DA METODOLOGIA DE PERÍCIA.....	50
3.4. AVALIAÇÃO DO GRAU DE BEM-ESTAR	52
3.4.1. LIBERDADE NUTRICIONAL	52
3.4.2. LIBERDADE AMBIENTAL	54
3.4.3. LIBERDADE SANITÁRIA	58
3.4.4. LIBERDADE COMPORTAMENTAL	61

3.4.5. LIBERDADE PSICOLÓGICA.....	65
3.5. DEFINIÇÃO DO LIMITE DE ACEITABILIDADE.....	68
3.6. CONCLUSÃO	69
AGRADECIMENTOS.....	70
REFERÊNCIAS	70
4. DIAGNÓSTICO DE BEM-ESTAR DE CÃES DOMICILIADOS E SEMI- DOMICILIADOS NO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, PARANÁ	74
RESUMO	74
ABSTRACT.....	74
4.1. INTRODUÇÃO	75
4.2. MATERIAL E MÉTODOS.....	76
4.2.1. ANIMAIS AMOSTRADOS	76
4.2.2. INFORMAÇÕES SOBRE OS PROPRIETÁRIOS.....	77
4.2.3. METODOLOGIA DE PERÍCIA EM BEM-ESTAR ANIMAL	77
4.2.4. ANÁLISE DOS DADOS	81
4.3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	82
4.3.1. ANIMAIS AMOSTRADOS	82
4.3.2. INFORMAÇÕES SOBRE OS PROPRIETÁRIOS.....	83
4.3.3. DIAGNÓSTICO DE BEM-ESTAR.....	85
4.4. CONCLUSÃO	101
AGRADECIMENTOS.....	101
REFERÊNCIAS	102
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
APÊNDICES	107
ANEXO 1.....	134

1. APRESENTAÇÃO

As preocupações envolvendo o bem-estar dos animais têm apresentado um crescimento do ponto de vista social, político, ético e científico. Espera-se que a relação entre seres humanos e animais seja mutuamente benéfica, incluindo interações físicas e emocionais entre pessoas, animais e ambiente (FARACO, 2008; COUTINHO *et al.*, 2004). No entanto, interações negativas entre tais indivíduos também são relatadas. Para elencar estes problemas é necessário mensurar o grau de bem-estar dos animais envolvidos, a fim de identificá-los e propor soluções que reduzam o sofrimento e melhorem a qualidade de vida dos indivíduos. Portanto, o objetivo desta dissertação foi trabalhar para o desenvolvimento de uma metodologia de perícia em bem-estar animal aplicável em diferentes situações de manutenção de animais, com vistas especialmente à detecção de situações de maus-tratos.

Para desenvolvimento da proposta, inicialmente foi realizada a primeira etapa, a fim de confirmar a necessidade de uma metodologia de perícia em bem-estar animal para situações de maus-tratos. Para isto, o capítulo I teve como objetivo estudar o perfil de denúncias de maus-tratos contra animais registradas em três instituições envolvidas com a proteção animal nos municípios de Campo Largo e Curitiba, estado do Paraná, para entender as características de denunciantes, denunciados, espécies animais envolvidas e causas mais comuns de denúncias, assim como avançar no conhecimento quanto à pertinência da ação de profissionais capacitados em bem-estar animal em tais processos.

Ao reconhecer que a atuação de profissionais capacitados em bem-estar animal pode ser ampliada para incorporar o seu diagnóstico em situações de suspeita de maus-tratos, partiu-se do princípio de que o trabalho de diagnóstico do grau de bem-estar pode ser substancialmente aprimorado por uma atuação técnica, estruturada e fundamentada nas bases teóricas da ciência do bem-estar animal. Assim, o capítulo II teve como objetivo contribuir para o desenvolvimento de uma metodologia de perícia em bem-estar animal baseada no conceito das Cinco Liberdades, de aplicação viável e prática para diversas categorias de manutenção de animais. No Apêndice A é possível verificar o modelo de ficha de diagnóstico de bem-estar utilizada para as denúncias de

maus-tratos. Para conduzir o processo de desenvolvimento da metodologia de perícia em bem-estar animal foram realizadas as etapas de planejamento, elaboração e aplicação da proposta. Esta última etapa foi realizada em diferentes cenários, como em situações de denúncias de maus-tratos contra animais, diagnóstico de bem-estar de cães e gatos domiciliados, semi-domiciliados e comunitários, estabelecimentos de comércio de animais, diagnóstico de bem-estar de cavalos de carroceiros e aplicação da proposta por um grupo de estudantes de medicina veterinária. Além do diagnóstico de bem-estar foram geradas recomendações para incremento do grau de bem-estar dos animais, como por exemplo, em situações de comércio de animais e cães e gatos (Apêndices A e B). De todos os resultados obtidos com a aplicação da metodologia, foi selecionado o cenário de maior banco de dados para compor o capítulo III, o qual teve como objetivo mensurar o grau de bem-estar e a probabilidade de sofrimento de cães domiciliados e semi-domiciliados, comparando os indicadores de bem-estar identificados entre os grupos de cães.

Do capítulo I foi produzido um resumo expandido e um pôster (Apêndices C e D) apresentados no 38º Congresso Brasileiro de Medicina Veterinária. Do capítulo III foi produzido um resumo expandido (Apêndice E) para ser apresentado como pôster e em formato de apresentação oral no 33º Congresso Brasileiro da ANCLIVEPA, que será realizado em abril de 2012. Os trabalhos desenvolvidos geraram convites para apresentação dos resultados nesse evento (Apêndice F), além da palestra a ser ministrada no curso FOCA, nível 2, em maio de 2012.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, M.; YUKO, B.; KITAGAWA, C.; DALL'ACQUA, S. Benefícios advindos da interação homem-cão. **Revista do Instituto de Ciência da Saúde**, v. 22, p. 123-128, 2004.

FARACO, C. B. Interação humano-animal. **Ciência Veterinária nos Trópicos**, v. 11, suplemento 1, p. 35-38, 2008.

2. ANÁLISE RETROSPECTIVA DE DENÚNCIAS DE MAUS-TRATOS CONTRA ANIMAIS NA REGIÃO DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ

RESUMO

A relação entre seres humanos e animais deve ser mutuamente benéfica; no entanto, interações negativas também tem sido descritas, como os relatos de ocorrências de maus-tratos contra animais. Deste modo, os objetivos deste trabalho foram estudar o perfil de denúncias de maus-tratos contra animais registradas nas Sociedades Protetoras dos Animais de Campo Largo e de Curitiba e na Rede de Defesa e Proteção Animal de Curitiba e analisar a pertinência da ação de profissionais capacitados em tais processos. Os elementos apurados foram espécies animais envolvidas e descrição das denúncias a fim de coletar as informações pertinentes e classificá-las de acordo com as causas e com as Cinco Liberdades. Foi observado que 82,9% das denúncias envolveram cães. As causas mais comuns foram morte, ausência de atendimento veterinário, não fornecimento de alimento e água e abandono. A maioria das ocorrências fez referência às liberdades sanitária e nutricional, embora a avaliação técnica tenha revelado o comprometimento comum da liberdade psicológica. Os resultados sugerem que o enquadramento das situações nas quais se suspeita de maus-tratos deve ser baseado em conhecimento técnico de profissional capacitado em bem-estar animal.

Palavras-chave: bem-estar animal, cães, perícia, sofrimento.

ABSTRACT

The human-animal relationship should be mutually beneficial; however, negative interactions are frequently registered, some of which can be found as reports of incidents of animal abuse. The aim of this study was to survey the history of complaints of animal abuse recorded in the Animal Protection Society of Campo Largo and Curitiba and in the Animal Defense and Protection Network of Curitiba, Paraná, and to analyze the relevance of veterinary action in such cases. The data collected were animal species involved, description of complaints and relevant information to classify them according to the causes and the Five Freedoms. It was observed that 82.9% of the allegations involved dogs. The most common causes were death, lack of veterinary care, failure to provide food and water and abandonment. Most of the cases referred to the freedom of pain, injury and disease and the freedom of hunger and thirst, although the technical evaluation has revealed a frequent impact on psychological freedom. The results suggest that the decisions on the situations where there is suspicion of animal abuse could benefit from technical knowledge of professionals trained in animal welfare.

Key-words: animal welfare, dogs, report, suffering.

2.1. INTRODUÇÃO

A relação ser humano-animal é uma interação dinâmica que deve ser mutuamente benéfica, incluindo interações físicas e emocionais entre pessoas, animais e ambiente (FARACO, 2008; COUTINHO *et al.*, 2004). No entanto, interações negativas entre estes indivíduos também são relatadas. Neste contexto, há relatos de ocorrências de maus-tratos contra animais, os quais muitas vezes são vítimas de ações criminosas provocadas por seres humanos. Tais atos devem ser investigados e julgados (DANIELL, 2002). Porém, o sucesso destas iniciativas depende, entre outros, de relato ou denúncia de atos violentos ou cruéis (TAYLOR e SIGNAL, 2006).

Para que ocorra a denúncia é necessário que a sociedade esteja sensível às práticas de maus-tratos contra animais bem como tenha acesso aos locais para acolhimento de denúncias. No Brasil, as discussões para implantação de delegacias especializadas em proteção animal estão se intensificando, com destaque para Campinas, em São Paulo, cidade pioneira deste setor exclusivo de investigação no Brasil. A tendência brasileira é que, juntamente com a consolidação dos órgãos especializados em proteção animal, as ocorrências de maus-tratos sejam mais frequentemente notificadas, o que permitirá o avanço no conhecimento do cenário de maus-tratos contra animais.

Além do relato, para execução prática das punições pertinentes em situações de maus-tratos é necessário um sistema legislativo claro sobre o assunto. No Brasil, a Lei de Crimes Ambientais 9.605 de 1998 é o principal instrumento jurídico em defesa dos animais, e estabelece em seu Artigo 32 que praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos é crime, passível de pena, que é aumentada caso ocorra a morte do animal (BRASIL, 1998). Entretanto, por ser considerado um crime de menor gravidade do ponto de vista legal (RODRIGUES, 2010), as investigações permeiam a superficialidade e informações importantes como punição dos responsáveis, o número de denúncias, a natureza dos crimes, perfil dos infratores, as espécies envolvidas e o grau de sofrimento dos animais são limitadas. A situação brasileira quanto

à existência de informação sobre denúncias de maus-tratos contra animais é ainda mais incipiente.

A análise da denúncia no que se refere à sua gravidade em relação ao bem-estar animal envolve considerações técnicas desta ciência e, em um segundo momento, considerações morais de quão baixo o grau de bem-estar do indivíduo deve estar para ser considerado inaceitável. Desta forma, a mensuração do grau de bem-estar por um profissional capacitado em bem-estar animal constitui um potencial auxílio para verificação de enquadramento das situações nas quais se suspeita de maus-tratos. Especialmente relevante nesse sentido é o fato de que bem-estar animal pode ser medido de forma objetiva, por meio de um conjunto de indicadores (BROOM e MOLENTO, 2004).

Deste modo, existem oportunidades concretas de melhoria em termos de compreensão da situação de maus-tratos aos animais no Brasil e ação em tais casos. O objetivo deste trabalho foi estudar o perfil de denúncias de maus-tratos contra animais registradas em três instituições envolvidas com a proteção animal nos municípios de Campo Largo e Curitiba, estado do Paraná, para entender as características de denunciante, denunciado, espécies animais envolvidas e causas mais comuns de denúncias, assim como avançar no conhecimento quanto à pertinência da ação de profissionais capacitados em bem-estar animal em tais processos.

2.2. MATERIAL E MÉTODOS

O estudo retrospectivo foi realizado nos municípios de Campo Largo e Curitiba, no estado do Paraná. As informações são provenientes da Sociedade Protetora dos Animais de Campo Largo (SPACL), no período de 2001 a 2009, da Sociedade Protetora dos Animais de Curitiba (SPAC), no período de 2003 a 2011, e da Rede de Defesa e Proteção Animal de Curitiba (RDPAC), no período de julho de 2009 a agosto de 2010.

A SPACL, e a SPAC atuam em verificações, registro e acompanhamento de denúncias junto aos órgãos competentes dos municípios, promovendo o encaminhamento de ocorrências para processo judicial, quando as consideram pertinentes. As entidades recebem os relatos da população via telefonemas ou

pessoalmente. Os casos estudados foram aqueles de denúncias registradas em órgãos oficiais, uma vez que os demais atendimentos não foram registrados, por serem considerados de menor gravidade. Houve acesso aos boletins de ocorrência das delegacias locais, às cópias de depoimentos de testemunhas e às cópias do inquérito policial e ação penal de cada ocorrência para consideração das informações relevantes. A RDPAC, criada em 2009 como um programa da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (REDE DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL DE CURITIBA, 2009), tem por objetivo atuar em prol de ações para proteção animal, na busca de melhores condições de vida para a fauna da cidade. As denúncias foram recebidas por meio do serviço Fale Conosco, disponível no site da entidade, no qual a população tem acesso a um endereço de correspondência eletrônica, que pode ser utilizado para fazer sugestões, sanar dúvidas e denunciar casos de maus-tratos contra animais. Este trabalho foi realizado em um dos serviços oficiais de acolhimento de denúncias do município, porém existem no mínimo cinco outros órgãos para tal atendimento: a Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente, o Ministério Público, a Força Verde, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Portanto, as denúncias estudadas representam uma parte do total de denúncias na cidade de Curitiba, cuja dimensão não foi possível estimar pela dificuldade de acesso aos dados das outras entidades envolvidas com o acolhimento de denúncias de maus-tratos.

Os elementos apurados em cada caso, para ambos os municípios, dependeram dos registros disponíveis, sendo de forma geral espécie e número de animais envolvidos, local de ocorrência, sentença determinada nos casos de fechamento do processo judicial e descrição breve da denúncia. Como não há um formulário padrão para preenchimento de informações durante as denúncias, os elementos apurados variaram em cada ocorrência, dependendo do que foi relatado pelo denunciante. Foi realizada a localização geográfica das denúncias a partir do endereço constante nos registros.

Foram interpretados os relatos dos denunciante, bem como todos os documentos que os acompanhavam, como pareceres de médico-veterinários, documento de comunicação do crime e descrições das audiências, a fim de

buscar todas as informações necessárias para definir a causa das denúncias e a existência de sofrimento dos animais envolvidos.

Para melhor entendimento dos motivos e gravidade das ocorrências, as mesmas foram classificadas em onze categorias de acordo com suas causas, sendo que uma mesma denúncia por vezes se enquadrava em mais de uma categoria. As denúncias também foram classificadas segundo o conhecimento das Cinco Liberdades (FAWC 1993), com o objetivo de identificar a interferência de cada caso sobre as Cinco Liberdades, com base no relato do denunciante e na interpretação técnica das ocorrências. O conceito das Cinco Liberdades constitui uma forma de diagnóstico de bem-estar animal adequada para utilização em campo. Molento (2006) propôs que as mesmas fossem expressas da seguinte maneira: (1) *Liberdade nutricional*: livres de fome, sede e subnutrição, com acesso livre à água fresca e uma dieta suficiente para manutenção de saúde e vigor, (2) *Liberdade ambiental*: livre de desconforto, com ambiente apropriado que incluía abrigo e área própria para descanso, (3) *Liberdade sanitária*: livre de dor, doenças e ferimentos por meio de prevenção ou diagnóstico rápido e tratamento, (4) *Liberdade comportamental*: livre para expressar seu comportamento natural por meio da disponibilização de espaço apropriado, instalações adequadas e companhia de animais da mesma espécie e (5) *Liberdade psicológica*: livre de medo e distresse, assegurando condições e tratamento que evitem o sofrimento mental. Esta liberdade foi avaliada de acordo com a presença provável de sentimento de medo e distresse na ocorrência em questão. As descrições de denúncia foram julgadas quanto à sua interferência em cada uma das liberdades citadas, sendo que em uma mesma denúncia poderia haver o comprometimento de mais de uma liberdade.

Buscou-se interpretar qual o encaminhamento mais adequado de acordo com as classificações estudadas, no sentido de entender se o diagnóstico técnico de bem-estar animal poderia aprimorar a finalização jurídica dos processos legais de cada denúncia.

Os dados foram estudados por meio de estatística descritiva.

2.3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na SPACL, na SPAC e na RDPAC foram registradas 64, 72 e 104 denúncias de maus-tratos contra animais, com média anual de 7; 8 e 104 ocorrências, respectivamente. Tal diferença talvez esteja relacionada ao fato de que nas primeiras instituições somente os casos considerados de maior gravidade foram registrados, com encaminhamento para órgão oficial. A SPACL e a SPAC recebem um número muito maior de denúncias, porém não há registro e a falta de pessoal para auxiliar no atendimento das ocorrências e encaminhar os casos pertinentes à justiça é um fator limitante.

Na RDPAC as denúncias não foram seguidas de encaminhamento para órgão oficial, uma vez que tal atividade ainda não havia sido iniciada nessa entidade. A facilidade para realização da denúncia via correspondência eletrônica pode também estar relacionada ao maior número de casos. Se as denúncias passassem pela mesma seleção das entidades protetoras, o número de ocorrências com encaminhamento judicial seria menor, uma vez que as denúncias poderiam não configurar suspeita de maus-tratos ou a simples orientação do denunciado poderia ser suficiente para resolver o problema.

Na SPACL e na SPAC os registros foram distribuídos ao longo dos anos de atendimento (Figura 1), variando de acordo com a disponibilidade das instituições para verificação das denúncias. Nas duas entidades o aumento do número de casos registrados a partir de 2004 provavelmente ocorreu devido à grande repercussão que os casos denunciados obtiveram na mídia, como o caso de um cão que teve seus membros posteriores mutilados. A partir desse período, com o aumento da demanda de atendimento a estas denúncias e dificuldade para tal, as entidades passaram a orientar a população para que notificasse diretamente a delegacia. Os resultados demonstram a importância da informação referente a maus-tratos no sentido de sensibilizar as pessoas para notificação dos casos.

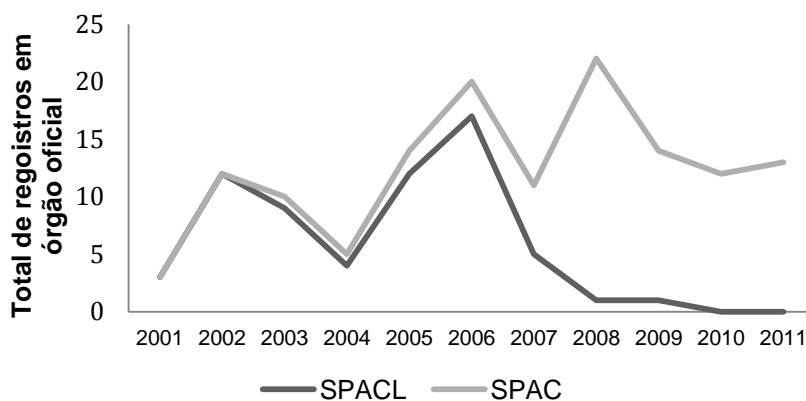


FIGURA 1 – NÚMERO DE DENÚNCIAS DE MAUS-TRATOS CONTRA ANIMAIS REGISTRADAS EM ÓRGÃOS OFICIAIS PELA SOCIEDADE PROTETORA DOS ANIMAIS DE CAMPO LARGO (SPACL), NO PERÍODO DE 2001 A 2009, E PELA SOCIEDADE PROTETORA DOS ANIMAIS DE CURITIBA, NO PERÍODO DE 2003 A 2011.

As denúncias recebidas pela RDPAC possibilitaram visualização e distribuição do número de denúncias ao longo dos 13 meses estudados, observando-se uma queda em dezembro de 2009 (Figura 2), que pode estar relacionada a um período de datas festivas e viagens, estando a população mais preocupada com outros assuntos ou ausente.

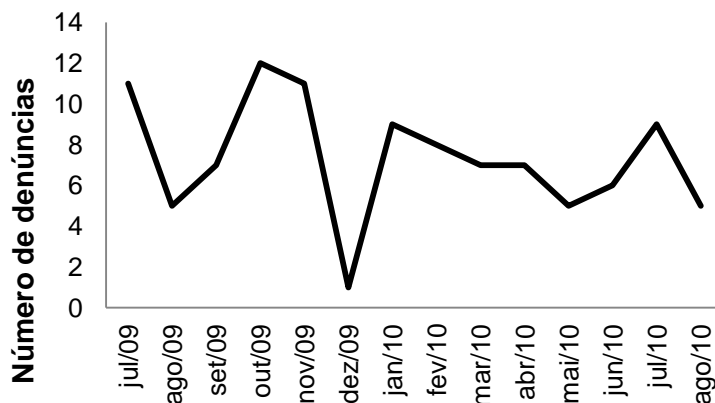


FIGURA 2. NÚMERO DE DENÚNCIAS DE MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS, DE JULHO DE 2009 A AGOSTO DE 2010, DE ACORDO COM OS REGISTROS DA REDE DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL DE CURITIBA (RDPAC).

A Figura 3 ilustra a distribuição geográfica dos casos em Campo Largo (A) e em Curitiba (B). Em Campo Largo as denúncias se concentraram em torno do centro da cidade e de alguns bairros, como o Botiatuva, na região sul da cidade. O bairro Botiatuva apareceu como principal local de abandono de animais, provavelmente devido à presença da chácara da SPACL nesse local.

O restante das denúncias apareceu distribuído pelo município, sempre em regiões mais habitadas, em torno do centro da cidade. Os pontos de denúncia obedeceram a densidade populacional, sendo que a região rural, mais afastada e com menor número de moradores, não apresentou focos de denúncia. A ideia de que pessoas que vivem em ambiente rural são menos propensas a cometer atos de maus-tratos contra animais do que pessoas que vivem em ambiente urbano está registrada na literatura (AGNEW, 1998; HENSLEY *et al.*, 2005). Adicionalmente, outros fatores específicos da situação de Campo Largo podem estar relacionados aos resultados encontrados, como a grande concentração de denúncias em locais mais próximos à sede da SPACL, talvez pelo maior esclarecimento da população sobre os trabalhos desenvolvidos pela entidade. Além disso, no centro da cidade é realizada feira de adoção de animais semanalmente, que caracteriza também uma oportunidade para informar a população sobre a possibilidade de denúncia de maus-tratos contra animais.

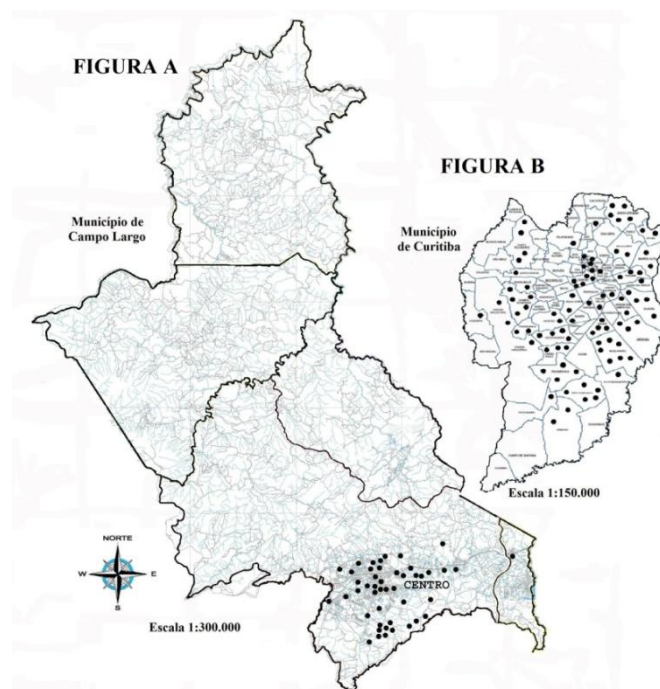


FIGURA 3. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE DENÚNCIAS DE MAUS-TRATOS CONTRA ANIMAIS NO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, REGISTRADAS NA SOCIEDADE PROTETORA DOS ANIMAIS DE CAMPO LARGO (FIGURA A), NO PERÍODO DE 2001 ATÉ 2009, E NO MUNICÍPIO DE CURITIBA (FIGURA B), REGISTRADAS NA SOCIEDADE PROTETORA DOS ANIMAIS DE CURITIBA, NO PERÍODO DE 2003 A 2011, E NA REDE DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL DE CURITIBA, NO PERÍODO DE JULHO DE 2009 A AGOSTO DE 2010.

A distribuição geográfica dos casos de maus-tratos em Curitiba parece demonstrar menor prevalência nas regiões mais afastadas do centro da cidade. A tendência ao maior número de suspeitas de maus-tratos na região central pode estar relacionada à maior ocorrência de maus-tratos ou ao fato da população local recorrer mais à denúncia. Ainda, o desconhecimento dos locais destinados ao recebimento de denúncias (TAYLOR e SIGNAL, 2006), o desconhecimento da lei, a indiferença, o medo ou o descrédito na justiça são fatores que influem negativamente no processo de denúncia, o que eleva o índice de impunidade nos casos de violência contra animais e dificulta um conhecimento da distribuição real de casos de maus-tratos (LEVAI, 2002).

A evidência de que regiões da periferia das duas cidades estudadas apresentaram menor número de denúncias sugere a necessidade de implantação de campanhas educativas nas regiões periféricas dos municípios, com o objetivo de promover a guarda responsável e fomentar ações de proteção animal, inclusive informando a população sobre as possibilidades de realização de denúncias e punição dos responsáveis por crimes contra animais.

Na SPACL todas as denúncias estudadas foram registradas em delegacias regionais na forma de Boletim de Ocorrência (BO), após ciência da SPACL sobre o caso, a qual foi a responsável pela realização do BO em 67,2% dos casos (43/64), devido ao receio dos envolvidos de ser identificados; nos casos restantes o encaminhamento para BO foi feito pela população local. Na SPAC, 73,6% (53/72) das denúncias foram encaminhadas para a Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente, 16,7% (12/72) para delegacias regionais, 4,2% (3/72) para o Ministério Público do Meio Ambiente, 2,8% (2/72) para o IAP e 2,8% (2/72) não foram informadas. A SPAC registrou BO para 73,6% (53/72) das denúncias, 23,6% (17/72) foram feitas por moradores locais e 2,8% (2/72) foram realizadas anonimamente. Na RDPAC todas as denúncias foram realizadas pela população local, sem o conhecimento pela RDPAC de encaminhamentos posteriores para delegacias.

Na SPACL, todas as denúncias foram contra pessoa física. Na SPAC, 87,9% (51/58) das denúncias com informações sobre o denunciado (58/72) eram contra pessoa física e 12,1% (07/58) incriminavam empresas ou instituições. Na RDPAC 78,0% (46/59) das denúncias com informações sobre o

denunciado (59/104) culpavam pessoa física, 18,6% (11/59) empresas de locação de cães, 1,7% (01/59) um estabelecimento de comércio de animais e 1,7% (01/59) acusava um estabelecimento de banho e tosa de animais. Uma análise dos denunciados revela que 72,5% foram homens (TABELA 1). Vaughn *et al.* (2009) observaram nos Estados Unidos uma proporção de 95% dos acusados do sexo masculino, sendo relatado por vários autores que pessoas do sexo masculino são mais propensas a cometer atos de maus-tratos contra animais (AGNEW, 1998; HENSLEY *et al.*, 2006; HENSLEY e TALLICHET, 2008).

TABELA 1. GÊNERO DE DENUNCIANTES E DENUNCIADOS EM PROCESSOS DE MAUS-TRATOS CONTRA ANIMAIS ENVOLVENDO PESSOA FÍSICA, DE ACORDO COM OS REGISTROS DA SOCIEDADE PROTETORA DOS ANIMAIS DE CAMPO LARGO (SPACL), NO PERÍODO DE 2001 ATÉ 2009, DA SOCIEDADE PROTETORA DOS ANIMAIS DE CURITIBA (SPAC), DE MAIO DE 2003 A MAIO DE 2011 E DA REDE DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL DE CURITIBA (RDPAC), DE JULHO DE 2009 A AGOSTO DE 2010.

	Porcentagem de denunciante (número absoluto)		Porcentagem de denunciado (número absoluto)	
	Sexo feminino	Sexo masculino	Sexo feminino	Sexo masculino
SPACL	76,2% (16)	23,8% (05)	27,1% (19)	72,9% (51)
SPAC	76,5% (13)	17,6% (03)	25,0% (14)	75,0% (43)
RDPAC	85,7% (36)	11,9% (05)	30,4% (14)	69,6% (32)

Com relação aos denunciante, 79,5% foram mulheres, fato coerente com outros achados, segundo os quais mulheres têm maior propensão a denunciar casos de maus-tratos contra animais que homens (DONLEY *et al.*, 1999; TAYLOR e SIGNAL, 2006), demonstrando maior sensibilidade com relação aos animais. Ainda, Taylor e Signal (2006) observaram outras variáveis que exercem influência na decisão de denunciar, como profissão, conhecimento dos locais de denúncia e consciência quanto à ligação existente entre violência doméstica e maus-tratos contra animais. O conhecimento destes fatores proporciona diretrizes para que os órgãos responsáveis trabalhem no sentido de incentivar as denúncias.

Em 10% (24/240) das denúncias foi possível observar informações sobre infratores violentos, que além de agredirem animais, agiam com violência contra seres humanos, por vezes contra membros da sua família. Tais atos podem ser vistos como uma consequência da exposição a ambientes com altas

taxas de criminalidade, bem como em adultos que sofreram abuso sexual (CURRIE, 2006; DUNCAN, 2002) ou que foram punidos fisicamente durante a infância (MILLER, 2001). Nestes casos, há maior propensão para atos de maus-tratos contra animais na vida adulta, o que sugere ser um provável indicador de violência entre seres humanos (ASCIONE, 1993; ASCIONE, 2001; MERZ-PEREZ e HEIDE, 2003; TALLICHET e HENSEY, 2004). Segundo Arkow (1996), quando animais são maltratados, pessoas estão em risco, e quando pessoas são maltratadas, animais estão em risco. A associação observada entre denúncias de maus-tratos contra animais e violência contra seres humanos enfatiza mais um potencial benefício de trabalho técnico de bem-estar animal no âmbito de investigação de denúncias no sentido de auxiliar na identificação de cenários de violência entre seres humanos. Estas observações reforçam a necessidade de uma cooperação interinstitucional (TAYLOR e SIGNAL, 2006), segundo a qual os serviços sociais de atenção às famílias possam trabalhar em conjunto com os serviços de proteção animal, originando uma comunicação transversal na investigação de casos de crueldade contra animais.

Com relação às espécies animais, 82,9% (203/240) das denúncias envolveram cães, seguido de cavalos (8,6% - 21/240) e gatos (6,5% - 16/240) (TABELA 2), similar ao estudo de Arluke e Luke (1997). O maior número de relatos envolvendo preocupações com cães pode ser explicado pela maior proximidade do ser humano com estes animais, por meio do vínculo como animais de companhia. Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística- IBOPE de setembro de 2000, cerca de 59% dos domicílios brasileiros possuem algum animal de estimação, sendo que em 44% deles há pelo menos um cão e em 16% pelo menos um gato (MORI, 2004); tais percentuais altos podem evidenciar grande afinidade com animais de companhia. O resultado também pode estar relacionado ao fato de que há uma maior quantidade de cães nas cidades estudadas que de animais como bovinos e equinos. Segundo dados do IBGE (2008), em Campo Largo vivem 13206 bovinos e 2288 equinos, enquanto que se for considerada uma relação ser humano:cão de 2,7:1 (MOLENTO *et al.*, 2007), o município conta com aproximadamente 41 mil cães. Em Curitiba a proporção de cães em relação a bovinos e equinos é ainda maior que em Campo Largo: existem 1092 bovinos e

432 equinos no município (IBGE 2008) e se estima que a população de cães seja de aproximadamente 500 mil animais (DAMASCO *et al.*, 2005; BIONDO *et al.*, 2006; MOLENTO *et al.*, 2007).

TABELA 2. NÚMERO DE DENÚNCIAS DE MAUS-TRATOS POR ESPÉCIE ANIMAL REGISTRADAS NA SOCIEDADE PROTETORA DOS ANIMAIS DE CAMPO LARGO (SPACL), NO PERÍODO DE 2001 ATÉ 2009, NA SOCIEDADE PROTETORA DOS ANIMAIS DE CURITIBA (SPAC), DE MAIO DE 2003 A MAIO DE 2011 E NA REDE DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL DE CURITIBA (RDPAC), DE JULHO DE 2009 A AGOSTO DE 2010.

Animal	SPACL	SPAC	RDPAC	Total
Cão	52 (75,4%)	57 (79,0%)	94 (90,4%)	203 (82,9%)
Gato	09 (13,0%)	02 (3,0%)	05 (4,8%)	16 (6,5%)
Cavalo	06 (8,7%)	11 (15%)	04 (3,8%)	21 (8,6%)
Boi	-	01 (1,5%)	-	01 (0,4%)
Pombo	01 (1,4%)	-	-	01 (0,4%)
Paca	01 (1,4%)	-	-	01 (0,4%)
Ganso e calopsita	-	-	01 (1,0%)	01 (0,4%)
Ave e coelho	-	01 (1,5%)	-	01 (0,4%)
Abelha	-	-	01 (1,0%)	01 (0,4%)
Total	69 (100%) ^a	72 (100%)	104 (100%)	245 (100%)

^aTotal de 64 denúncias acrescido de cinco denúncias que envolveram mais de uma espécie animal.

O menor número de denúncias envolvendo gatos (16/240) pode ser explicado pelo fato de cães serem os mais populares animais de companhia, apesar do aumento do número de gatos como animais de estimação nos últimos anos (GARCIA, 2009). No entanto, em Campo Largo a proporção de casos em relação ao tamanho da respectiva população de cães e gatos demonstrou 0,13% e 0,18% da população canina e felina afetada, respectivamente. Marlet e Maiorka (2010) também observaram proporção maior em gatos de acordo com os casos de maus-tratos atendidos na pesquisa, revelando 34% (79/229) de casos confirmados contra gatos e 11% (96/861) contra cães, sugerindo que sejam animais de eleição para a prática de maus-tratos. Adicionalmente, o acesso mais facilitado dos gatos às ruas pode dificultar a visualização de maus-tratos contra esses animais, especialmente nos casos de envenenamento (XAVIER *et al.*, 2007; MARLET e MAIORKA, 2010), quando o animal pode vir a óbito rapidamente ou longe de sua residência, sem que ocorra o conhecimento e notificação do caso. Em Curitiba a proporção de casos contra cães foi de 0,03% e contra gatos de 0,009%, demonstrando que os casos contra cães apareceram em maior proporção,

talvez pelo alto número de denúncias envolvendo situações de negligência contra cães, as quais são facilmente reconhecidas.

No caso dos cavalos, as denúncias podem estar relacionadas ao seu uso para tração no processo de coleta de lixo e materiais recicláveis em Curitiba. Por estarem sujeitos a uma rotina de vida bastante distinta do que seria natural para a espécie, uma avaliação do seu uso pode revelar problemas relacionados ao grau de bem-estar destes animais e indicar a ocorrência de sofrimento (MARANHÃO *et al.*, 2006; BURN *et al.*, 2010).

Das 76 denúncias com informações sobre o porte de cães, em 49 (64,5% / 76) houve o envolvimento de animais de grande porte, o que pode estar relacionado ao alto número de denúncias envolvendo cães de guarda. Além disso, pode-se pensar que para o denunciante tenha sido relevante informar que o animal era de grande porte, na maioria das vezes das raças Rottweiler e Pit Bull, consideradas agressoras (FARACO, 2006). Donley *et al.* (1999) encontraram maior ocorrência de maus-tratos com cães de grande porte, sugerindo que tal fato talvez se explique por esses cães serem mantidos normalmente na parte externa da casa, onde a população pode observá-los. O número mínimo de indivíduos envolvidos em cada denúncia pode ser observado na TABELA 3. Em 12,9% (31/240) das denúncias não houve relato do número de animais envolvidos, mas sim o registro de “vários” indivíduos. Tais registros impossibilitaram a contagem exata do número de indivíduos envolvidos. Em 87,1% das denúncias (209/240) havia citação do número de animais envolvidos, sendo o número médio de animais por denúncia de $2,4 \pm 2,8$, $2,3 \pm 5,1$ e $2,6 \pm 3,9$ na SPACL, SPAC e RDPAC, respectivamente. Ocorrem limitações na coleta de informações referentes à desuniformidade de conteúdo nas denúncias registradas. Assim, parece interessante propiciar ao denunciante um formulário padrão no qual se insira um espaço fixo para relato do número de animais, informações sobre os animais envolvidos, como raça, idade e sexo, sempre que o denunciante souber tal informação, além da descrição da denúncia e endereço da ocorrência. Uma colaboração importante que os sistemas de acolhimento de denúncias podem prestar é o monitoramento e disponibilização constantes das características principais das denúncias, conforme mencionadas neste trabalho. Tal contribuição favorecerá

de forma significativa as estratégias para diminuição da violência contra animais e entre seres humanos.

TABELA 3. NÚMERO DE ANIMAIS ENVOLVIDOS EM DENÚNCIAS REGISTRADAS NA SOCIEDADE PROTETORA DOS ANIMAIS DE CAMPO LARGO (SPACL), NO PERÍODO DE 2001 ATÉ 2009, NA SOCIEDADE PROTETORA DOS ANIMAIS DE CURITIBA (SPAC), DE MAIO DE 2003 A MAIO DE 2011 E NA REDE DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL DE CURITIBA (RDPAC), DE JULHO DE 2009 A AGOSTO DE 2010.

Animal	SPACL	RDPAC	SPAC	Total
Cão	99 (76,2%)	207 (87,7%)	123 (83,1%)	429 (83,5%)
Gato	15 (11,5%)	22 (9,3%)	06 (4,1%)	43 (8,4%)
Cavalo	06 (4,6%)	03 (1,3%)	14 (9,5%)	23 (4,5%)
Boi	-	-	01 (0,7%)	01 (0,1%)
Pombo	10 (7,7%)	-	-	10 (1,9%)
Paca	NA	-	-	-
Ganso e calopsita	-	04 (1,7%)	-	04 (0,8%)
Ave e coelho	-	-	04 (2,7%)	04 (0,8%)
Abelha	-	NA	-	-
Total	130 ^a	236 ^b	148 (100%) ^c	514 (100%)

NA: Não se Aplica. ^a, ^b e ^c Este total é parcial para o número de animais, pela inexistência de informações exatas, mas sim o relato de “vários” animais envolvidos no caso de 31 denúncias. Dessa forma, os valores representam o número mínimo de indivíduos envolvidos.

A classificação das causas de denúncias nos dois locais pode ser observada na TABELA 4, sendo que em 48,3% das denúncias (116/240) houve mais de uma causa para cada denúncia. O número médio de causas por denúncia na SPACL, SPAC e RDPAC foi de $1,5 \pm 0,7$, $3,6 \pm 1,0$ e $1,7 \pm 0,8$, respectivamente. Talvez o maior número de denúncias compreendendo somente uma ou duas causas decorra do fato que as pessoas relatam o que é mais notável no momento em que observam um ato de maus-tratos contra animais, deixando de relatar outros fatores que possivelmente podem configurar adicionais causas de denúncia. O abandono representou a primeira causa de denúncia com 16,2% (66/407) das ocorrências, incluindo abandono em via pública e abandono na antiga residência por ocasião de mudança. Ao se aplicar a definição de maus-tratos do dicionário Aurélio Buarque de Holanda (FERREIRA, 1995), o abandono pode ser considerado maus-tratos, uma vez que submete o animal à falta de alimento e água, com prejuízos para sua saúde física e mental, associada a uma condição desconhecida e de variados riscos. O animal de estimação é dependente de seu responsável para atendimento de suas necessidades básicas. Como observado por Previde e Valsecchi (2007), cães que tem histórico de abandono diminuem o seu

comportamento lúdico e talvez sejam menos apegados ao proprietário, demonstrando algum tipo de sofrimento emocional.

O abandono na antiga residência por ocasião de mudança em alguns casos resultou em morte por desnutrição e caquexia, exemplos sólidos de maus-tratos. Considerando que os animais vertebrados são aceitos como seres sencientes (WEBSTER, 2006; MOLENTO, 2005), pode-se sugerir que casos como estes envolvem sentimentos negativos de forma predominante, como ansiedade, depressão, isolamento, tédio e frustração. O abandono do animal em residência, amarrado, sem alimento e sem água, causa restrição de bem-estar com grande magnitude de sofrimento, especialmente se de longa duração. O conceito de guarda responsável se opõe logicamente à noção de maus-tratos (SANTANA e OLIVEIRA, 2006), sendo interpretada como um dever ético que o guardião tem em relação ao animal tutelado, assegurando a este o provimento de suas necessidades físicas, psicológicas e comportamentais, com a responsabilidade de prevenir adicionalmente riscos que seu animal possa causar à comunidade ou ao ambiente. Tais constatações são importantes no sentido de incentivar a promoção de medidas de prevenção do abandono e adoção de estratégias que combatam tal ato de maus-tratos.

TABELA 4. CAUSAS DE DENÚNCIA DE ACORDO COM OS REGISTROS NA SOCIEDADE PROTETORA DOS ANIMAIS DE CAMPO LARGO (SPACL), NO PERÍODO DE 2001 ATÉ 2009, NA SOCIEDADE PROTETORA DOS ANIMAIS DE CURITIBA (SPAC), DE MAIO DE 2003 A MAIO DE 2011 E NA REDE DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL DE CURITIBA (RDPAC), DE JULHO DE 2009 A AGOSTO DE 2010.

Categorias de denúncias de maus-tratos	Número de ocorrências por causa (porcentual)			
	SPACL	SPAC	RDPAC	TOTAL
Abandono	21 (21,2%)	13 (9,9%)	32 (18,1%)	66 (16,2%)
Não fornecimento de alimento e água	11 (11,1%)	18 (13,7%)	35 (19,8%)	64 (15,7%)
Morte do animal	31 (31,3%)	19 (14,5%)	10 (5,6%)	60 (14,7%)
Ausência de atendimento veterinário	5 (5,1%)	32 (24,4%)	18 (10,2%)	55 (13,5%)
Trauma físico, agressão	13 (13,1%)	21 (16%)	13 (7,3%)	47 (11,6%)
Animal com restrição de espaço	7 (7,1%)	9 (6,9%)	29 (16,4%)	45 (11,1%)
Ambiente inadequado	4 (4,0%)	5 (3,8%)	18 (10,2%)	27 (6,6%)
Cães de guarda de empresas, negligência	-	7 (5,3%)	10 (5,6%)	17 (4,3%)
Animal com acesso à rua sozinho	5 (5,1%)	-	9 (5,1%)	14 (3,4%)
Abuso, uso excessivo	1 (1,0%)	4 (3,1%)	2 (1,1%)	7 (1,7%)
Outros ^a	1 (1,0%)	3 (2,3%)	1 (0,6%)	5 (1,2%)
Total	99 (100%)	131 (100%)	177 (100%)	407 (100%)

^aRoubo; recolhimento de animais das ruas para posterior venda; vocalização excessiva; briga entre cães; ameaça de envenenamento.

O não fornecimento de alimento e água aos animais foi a segunda causa de denúncia, representando 15,7% (64/407) das causas. Especialmente, na RDPAC surgiu entre as três principais causas de denúncia. Tal situação se relaciona diretamente com a definição física do bem-estar (WEBSTER, 2005) e tem implicação negativa sobre ele. O não fornecimento de alimento e água é observado pela população principalmente pelo baixo escore corporal demonstrado pelo animal. Em muitos casos, o denunciante observou animais de guarda de empresas ou mesmo animais em residências sem alimento adequado. No âmbito do presente estudo, grande parte destas ocorrências tratava de negligência, o que está de acordo com autores de afirmam ser a negligência uma forma muito comum de maus-tratos (CROOK, 2000). Exemplos de negligência incluem alimentação inadequada, falta de atendimento veterinário e o não fornecimento de abrigo e ambiente adequados, que foram amplamente encontrados nesta pesquisa. Casos como estes podem caracterizar comprometimento significativo do grau de bem-estar dos animais, principalmente nos casos em que as necessidades básicas dos animais, como água, alimento, abrigo e cuidados não são atendidas (OLFERT *et al.*, 1998; MUNRO e MUNRO, 2008). Assim, a atuação em casos de negligência é essencial. Crook (2000) orienta que em muitos casos de negligência é mais produtivo trabalhar com o proprietário no sentido de orientação das condutas que se envolver em longos processos judiciais. Uma vez que processos judiciais sejam efetivados, a clara definição de negligência como maus-tratos permite o enquadramento da situação no âmbito da Lei de Crimes Ambientais (BRASIL, 1998).

A morte foi a terceira causa de denúncia, representando o primeiro lugar de causas na SPACL com 31,3%, terceiro lugar na SPAC (14,5%) e quinto lugar na RDPAC (5,6%). A mais alta prevalência de morte nas denúncias da SPACL e da SPAC pode estar relacionada ao registro somente das denúncias consideradas de maior gravidade. Dos casos de morte, 27,9% ocorreram de maneira intencional por envenenamento, seguidos de morte por desnutrição e caquexia (13,1%) (TABELA 5). As mortes por envenenamento são relatadas com alta frequência também na literatura (XAVIER *et al.*, 2007; MARLET e MAIORKA, 2010). Em estudo realizado em 2007, Molento *et al.* observaram que o envenenamento foi o principal motivo de ausência do animal, de acordo

com o relato dos proprietários, após três anos de uma campanha de esterilização realizada em dez Vilas Rurais na região noroeste do estado do Paraná. O aldicarb tem sido amplamente utilizado de forma ilegal como raticida e agente de escolha para exterminar animais de companhia (XAVIER, 2004; XAVIER *et al.*, 2007).

TABELA 5. CAUSAS DE MORTE E SUA FREQUÊNCIA NAS DENÚNCIAS DE MAUS-TRATOS REGISTRADAS NA SOCIEDADE PROTETORA DOS ANIMAIS DE CAMPO LARGO (SPACL), NO PERÍODO DE 2001 ATÉ 2009, NA SOCIEDADE PROTETORA DOS ANIMAIS DE CURITIBA (SPAC), DE MAIO DE 2003 A MAIO DE 2011 E NA REDE DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL DE CURITIBA (RDPAC), DE JULHO DE 2009 A AGOSTO DE 2010.

Causas de morte	Número de ocorrências por causa de morte (porcentual)			
	SPACL	SPAC	RDPAC	TOTAL
Envenenamento	12 (38,7%)	02 (10,5%)	03 (27,2%)	17 (27,9%)
Desnutrição e caquexia	04 (12,9%)	04 (21,1%)	-	08 (13,2%)
Intencional, sem meio determinado	04 (12,9%)	02 (10,5%)	02 (18,2%)	08 (13,2%)
Negligência de atendimento veterinário	01 (3,2%)	04 (21,1%)	01 (9,1%)	06 (9,8%)
Espancamento	01 (3,2%)	02 (10,5%)	01 (9,1%)	04 (6,5%)
Projétil	03 (9,7%)	-	-	03 (4,9%)
Brigas com animais em via pública	02 (6,5%)	-	01 (9,1%)	03 (4,9%)
Atropelamento intencional	01 (3,2%)	01 (5,3%)	01 (9,1%)	03 (4,9%)
Esfaqueamento	02 (6,5%)	-	-	02 (3,3%)
Enforcamento	-	01 (5,3%)	01 (9,1%)	02 (3,3%)
Mutilação	-	02 (10,5%)	-	02 (3,3%)
Afogamento	01 (3,2%)	-	-	01 (1,6%)
Queimadura	-	01 (5,3%)	-	01 (1,6%)
Óbito no serviço de banho e tosa	-	-	01 (9,1%)	01 (1,6%)
TOTAL	31 (100%)	19 (100%)	11 (100%)	61 (100%)

A população pareceu se sensibilizar frente a situações nas quais o animal se encontrava em ambiente inadequado, com restrição de espaço e abrigo, terceira e quarta causas na RDPAC, respectivamente. Uma situação de confinamento de qualquer animal, que o impossibilite de exibir seu comportamento natural, constitui impedimento importante de seu bem-estar, restringindo diretamente a liberdade comportamental (WEBSTER, 2005). Talvez o grande número de residências e a alta densidade populacional de Curitiba provoquem limitação para a oferta de espaço adequado para os animais, diferente do que ocorre em Campo Largo, com menor densidade populacional e maior espaço físico. Duas denúncias registradas na RDPAC, que relataram cães submetidos a condições diárias de confinamento em canis pequenos, foram desconsideradas como maus-tratos no atendimento realizado

por órgãos competentes. Alegou-se que os animais estavam bem alimentados e que o ambiente estava limpo e a denúncia não foi encaminhada para julgamento. Este tipo de análise tem uma perspectiva limitada quando se trata de bem-estar animal. Tais situações envolvem dúvidas na interpretação acerca da existência de maus-tratos, sendo que um diagnóstico técnico de bem-estar animal nestas condições pode auxiliar na resolução mais adequada do caso.

Relatos de agressões intencionais contra animais, como agressões físicas e psicológicas, também foram identificados no estudo, como espancamento, facadas, abuso sexual, entre outros. Na SPACL, a maioria destas ocorrências envolveu testemunha presencial e relato imediato para órgãos policiais oficiais. Arluke e Luke (1997) relataram espancamento, facadas e lesões por projétil como causas mais comuns de crueldade física contra animais nos Estados Unidos. Situações como estas provocam sentimentos de medo, dor e sofrimento, caracterizando alteração negativa severa sobre o grau de bem-estar dos animais (DUNCAN, 2004).

As denúncias apresentaram um perfil variado quanto à restrição das Cinco Liberdades, conforme o relato dos denunciante (RD) e com a avaliação técnica (AT) (TABELA 6). O número médio de liberdades afetadas por denúncia segundo o RD e a AT foi de $1,5 \pm 1,0$ e $2,8 \pm 1,1$, respectivamente. O estudo do RD revelou que em média 71,8% das ocorrências fizeram referência à liberdade sanitária, uma vez que os casos registrados envolveram com frequência animais feridos e doentes, seguido de apontamentos sobre a liberdade nutricional. Esse percentual foi compatível com a avaliação técnica (72,3%), indicando que problemas físicos e de ordem sanitária são mais facilmente identificados pela população. Em contrapartida, a interpretação técnica sugeriu uma prevalência maior de comprometimento de todas as liberdades em relação ao relato do denunciante, especialmente sobre a liberdade psicológica, devido ao alto número de casos de abandono, falta de alimento, causas de morte e agressões; situações que denotam potencial sofrimento psicológico e distresse. Assim, os resultados sugerem que o enquadramento das situações nas quais se suspeita de maus-tratos pode ser aprimorado quando se insere o conhecimento técnico de profissional capacitado em bem-estar animal.

TABELA 6. COMPROMETIMENTO DE CADA LIBERDADE BASEADO NO RELATO DO DENUNCIANTE (RD) E NA AVALIAÇÃO TÉCNICA (AT) DAS DENÚNCIAS DE MAUS-TRATOS CONTRA ANIMAIS REGISTRADAS NA SOCIEDADE PROTETORA DOS ANIMAIS DE CAMPO LARGO (SPACL), NO PERÍODO DE 2001 ATÉ 2009, NA SOCIEDADE PROTETORA DOS ANIMAIS DE CURITIBA (SPAC), DE MAIO DE 2003 A MAIO DE 2011 E NA REDE DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL DE CURITIBA (RDPAC), DE JULHO DE 2009 A AGOSTO DE 2010.

Local		Total	LN	LA	LS	LC	LP
SPACL	RD	64	15 (23,4%)	14 (21,9%)	43 (67,2%)	11 (17,2%)	11(17,2%)
	AT	64	26 (40,6%)	26 (40,6%)	43 (67,2%)	15 (23,4%)	60(93,8%)
SPAC	RD	72	17 (23,6%)	07(9,7%)	59 (81,9%)	05(6,9%)	09 (12,5%)
	AT	72	22 (30,6%)	17 (23,6%)	60 (83,3%)	22 (30,6%)	70(97,2%)
RDPAC	RD	104	39 (37,5%)	30 (28,8%)	69 (66,3%)	27 (26,0%)	34(32,7%)
	AT	104	56 (53,8%)	53 (51,0%)	69 (66,3%)	42 (40,4%)	93(89,4%)
% ^a	RD		28,2%	20,1%	71,8%	16,7%	20,8%
	AT		36,2%	38,4%	72,3%	31,5%	93,5%

LN: Liberdade Nutricional; LA: Liberdade Ambiental; LS: Liberdade Sanitária; LC: Liberdade Comportamental; LP: Liberdade Psicológica. ^aPorcentual médio de envolvimento de cada liberdade.

Todas as denúncias registradas na SPACL foram encaminhadas para delegacias regionais e em 39,7% (25/64) ocorreu inquérito policial seguido de ação penal com o parecer da Promotoria do Ministério Público. Vinte denúncias (80%) foram deferidas pelo juiz e originaram sentença. Em todos os casos o infrator teve a opção de escolher entre prestação de serviços voluntários à comunidade ou pagamento de multa, que variou de R\$100,00 a R\$1.500,00, em média R\$202,50 ± 104,40. Em estudo realizado nos Estados Unidos, em uma entidade de proteção animal, foi observado que 44,4% de 268 casos de denúncia de crueldade física contra animais resultaram em condenações e sentenças, que variaram de multa de 99 dólares a quatro meses de prisão (ARLUKE e LUKE, 1997). O cenário jurídico estabelecido pelas denúncias na SPACL foi otimista em relação ao julgamento dos casos se comparado com o relato de Arluke e Luke (1997). Porém, os casos documentados sofreram pré-seleção quanto à gravidade, de forma que as denúncias estudadas correspondem às situações mais graves. Adicionalmente, se trata de um município com atuação marcante de uma entidade de proteção animal no atendimento de denúncias, o que pode sugerir uma situação privilegiada neste sentido. Entretanto, a realidade brasileira é mais complexa. Levai (2002) concluiu que a justiça atende, caso acionada, apenas 1% das situações de crueldade animal, considerando todos os sistemas de manutenção de animais.

Esta constatação reforça a necessidade de implantação de órgãos de polícia específicos para a proteção animal, como as Delegacias de Proteção Animal.

Dos 25 casos finalizados, cinco (20%) foram indeferidos e não foram considerados maus-tratos. Entre os casos absolvidos estão (1) uma acusação de injúria e crueldade contra animais, para a qual não foram obtidas provas e testemunhas suficientes; (2) um cão morto por envenenamento, cujo infrator foi absolvido após ter se comprometido a usar com cautela venenos ao redor de sua residência; (3) um cão que permaneceu amarrado em uma árvore por um fio de luz durante três dias; (4) dois casos de abandono de animais em via pública, desconsideradas como maus-tratos de acordo com a Lei de Crimes Ambientais 9.605/98. Com relação ao abandono, concluiu-se que *mesmo que houvesse sido juntada a prova de que o noticiado realmente abandonou filhotes de cão, não houve ocorrência de maus-tratos, já que maus-tratos vem do verbo maltratar, que significa tratar com violência, bater em*. Neste caso, a justiça desconsiderou que abandono é crime, contrariando o Decreto Federal Nº 24.645/34 e a definição do dicionário Aurélio Buarque de Holanda (FERREIRA, 1995), que configuram o abandono como maus-tratos. O parecer de um profissional capacitado em bem-estar animal nestes casos poderia ter subsidiado as posturas judiciais adotadas no sentido de aumentar a adequação da conclusão dos casos. Segundo Crook (2000), o reconhecimento de uma ocorrência de maus-tratos nem sempre é fácil e deve ser feito por profissional capacitado e habilitado para reconhecer os sinais, como alterações comportamentais de medo, ansiedade e agressão e evidências físicas, como lesões corporais e baixo escore corporal, citadas por Seksel (2004). Os médicos veterinários são profissionais que podem ser capacitados para ponderar tecnicamente sobre os casos por meio das evidências observadas (DANIELL, 2002; MUNRO e THRUSFIELD, 2001). Além disso, segundo Robertson (2010), o médico veterinário, independentemente de suas perspectivas pessoais em relação a situações de maus-tratos, tem obrigações morais frente a estas situações. Não existe situação mais evidente e talvez mais importante para intervenção imediata do que quando existe sofrimento animal (OLFERT *et al.*, 1998).

2.4. CONCLUSÃO

Foi possível conhecer o perfil das denúncias nas três instituições estudadas, embora com limitações referentes à desuniformidade de conteúdo nas denúncias registradas. Os resultados indicaram maior participação das mulheres como denunciantes e de homens como denunciados. Os cães foram os animais mais acometidos e as principais causas de denúncia envolveram situações de abandono e de negligência. Os resultados sugerem que o parecer de um profissional capacitado pode subsidiar as posturas judiciais adotadas no sentido de aprimorar as deliberações.

AGRADECIMENTOS

A Aurora Carla Guadagnin, presidente da Sociedade Protetora dos Animais de Campo Largo, a Soraya Simon, presidente da Sociedade Protetora dos Animais de Curitiba e a Lucienne Gisele Popp e Marcos Elias Traad da Silva, da Rede de Defesa e Proteção Animal de Curitiba os sinceros agradecimentos pela indispensável colaboração na forma de cessão dos dados de denúncias.

REFERÊNCIAS

- AGNEW, R. The causes of animal abuse: a social psychological perspective. **Theoretical Criminology**, v. 2, p. 177-209, 1998.
- ARKOW, P. The relationships between animal abuse and other forms of family violence. **Family Violence & Sexual Assault Bulletin**, v. 12, p. 29–34, 1996.
- ARLUKE, A.; LUKE, C. Physical Cruelty Toward Animals in Massachusetts, 1975-1996. **Society and Animals Journal**, v. 5, p. 195-204, 1997.
- ASCIONE, F. R. Children who are cruel to animals: a review of research and implications for developmental psychopathology. **Anthrozoos**, v. 6, p. 226–247, 1993.
- ASCIONE, F. R. Animal abuse and youth violence. **OJJDP Juvenile Justice Bulletin**, 2001.

BIONDO, A. W.; KOBLITZ, E.; ULTIME, R.; BONACIM, J. E.; FEITOSA, C.; VALEIXO, M.; CHI, K. D.; MOLENTO, C. F. M. Owned and semi-owned dog census in Curitiba and surroundings, Brazil. In: Internacional Society of Applied Ethology – North American Regional Meeting, 37. 2006. Disponível em: http://www.applied-ethology.org/isaemeetings_files/. Acessado em: 16 de novembro de 2010.

BRASIL. Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Publicada no Diário Oficial da União em 13 de fevereiro de 1998.

BROOM, D. M.; MOLENTO, C. F. M. Bem-estar animal: conceitos e questões relacionadas – revisão. **Archives of Veterinary Science**, v. 9, n. 2, p. 1-11, 2004.

BURN, C. C.; DENNISON, T. L.; WHAY, H. R. Relationships between behaviour and health in working horses, donkeys, and mules in developing countries. **Applied Animal Behaviour Science**, v. 126, p. 109-118, 2010.

COUTINHO, M.; YUKO, B.; KITAGAWA, C.; DALL'ACQUA, S. Benefícios advindos da interação homem-cão. **Revista do Instituto de Ciência da Saúde**, v. 22, p. 123-128, 2004.

CROOK, A. The CVMA Animal Abuse Position – How we got here. **Canadian Veterinary Journal**, v. 41, p. 631-635, 2000.

CURRIE, C. L. Animal cruelty by children exposed to domestic violence. **Child Abuse and Neglect**, v. 30, p. 425–435, 2006.

DAMASCO, R. T.; FAGUNDES, C. L.; STAUDACHER, C.; PLAHINSCE, C. R. S.; VALEIXO, M.; MOLENTO, C. F. M. Controle populacional de cães na Vila Osternack, município de Curitiba, PR. In: Livro de resumos do 13º Evinci, Editora UFPR, Curitiba, p. 66 (Resumo), 2005.

DANIELL, C. Veterinarians and SPCAs: an essential partnership. **Canadian Veterinary Journal**, v. 43, p. 188-190, 2002.

DONLEY, L.; PATRONEK, G. J.; LUKE, C. Animal abuse in Massachusetts: a summary of case reports at the MSPCA and attitudes of Massachusetts veterinarians. **Journal of Applied Animal Welfare Science**, v. 2, p. 59-73, 1999.

DUNCAN, A. The impact of an abusive family context on childhood animal cruelty and adult violence. **Aggressive and Violent Behavior**, v. 7, p. 365–383, 2002.

DUNCAN, A. Pain, fear and distress. Global Conference on animal welfare: an OIE initiative. Proceedings... Paris: Office for Official Publication of the European Communities, p. 163-172, 2004.

FARACO, C. B. Interação humano-animal. **Ciência Veterinária nos Trópicos**, v. 11, suplemento 1, p. 35-38. 2008.

FAWC - FARM ANIMAL WELFARE COUNCIL. Second report on priorities for research and development in farm animal welfare. London: Ministry of Agriculture, Fisheries and Food, 1993.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

GARCIA, R. C. M. **Estudo da dinâmica populacional canina e felina e avaliação de ações para o equilíbrio dessas populações em áreas da cidade de São Paulo, SP, Brasil**. 265p. Tese (Doutorado em Medicina Veterinária) – Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

HENSLEY, C.; TALLICHET, S. E.; SINGER, S. D. Animal Cruelty Motivations: assessing demographic and situational influences. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 20, p. 1429-1443, 2005.

HENSLEY, C.; TALLICHET, S. E.; SINGER, S. D. Exploring the possible link between childhood and adolescent bestiality and interpersonal violence. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 21, p. 910–923, 2006.

HENSLEY, C.; TALLICHET, S. E. Effect of inmates' self-reported childhood and adolescent animal cruelty: motivations on the number of convictions for adult violent interpersonal crimes. **International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**, v. 52, p. 175–184, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2008. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acessado em 06 de dezembro de 2010.

LEVAI, L. F. Crueldade Consentida: a violência humana contra os animais e o papel do Ministério Público no combate à tortura institucionalizada. 2002. Disponível em: http://www.forumnacional.com.br/crueldade_consentida.pdf. Acessado em: 04 de abril de 2010.

MARANHÃO, R. P. A.; PALHARES, M. S.; MELO, U. P.; REZENDE, H. H. C.; BRAGA, C. E.; SILVA FILHO, J. M.; VASCONCELOS, M. N. F. Afecções mais frequentes do aparelho locomotor dos eqüídeos de tração no município de Belo Horizonte. **Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia**, v. 58, p. 21-27, 2006.

MARLET, E. F.; MAIORKA, P. C. Análise retrospectiva de casos de maus-tratos contra cães e gatos na cidade de São Paulo. **Brazilian Journal of Veterinary Research and Animal Science**, v. 47, p. 385-394, 2010.

MERZ-PEREZ, L.; HEIDE, K. M. **Animal cruelty: pathway to violence against people**. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2003.

MILLER, C. Childhood animal cruelty and interpersonal violence. **Clinical Psychology Review**, v. 21, p. 735–749, 2001.

MOLENTO, C. F. M. Senciência Animal. Universidade Federal do Paraná. 2005. Disponível em: www.crmv-pr.org.br. Acessado em: 10 de setembro de 2010.

MOLENTO, C. F. M. Repensando as cinco liberdades. I Congresso Internacional Conceitos em Bem-estar Animal, Rio de Janeiro, Anais (Resumo). 2006. Disponível em: <http://www.labea.ufpr.br/publicacoes/pdf/WSPA%202006%20Cinco%20Liberdades%20portugu%EA%20-20REPENSANDO%20AS%20CINCO%20LIBERDADES.pdf>> Acesso em 10 de setembro de 2010.

MOLENTO, C. F. M.; LAGO, E.; BOND, G. B. Controle populacional de cães e gatos em dez Vilas Rurais do Paraná: resultados em médio prazo. **Archives of Veterinary Science**, v. 12, p. 43-50, 2007.

MORI, K. O verdadeiro mundo cão. In: Revista da Folha de São Paulo. Disponível: <http://www.dogtimes.com.br/revistafsp2.htm>. Acesso em 20 de setembro de 2011.

MUNRO, R.; MUNRO, H. M. C. Animal **abuse and unlawful killing: forensic veterinary pathology**. China: Saunders, p. 17-29, 2008.

MUNRO, H. M.; THRUSFIELD, M. V. Battered pets: non-accidental physical injuries found in dogs and cats. **Journal of Small Animal Practice**, v. 42, p. 279-290, 2001.

OLFERT, E. D.; ROTHWELL, B. W. R.; HARASEN, L. G. Providing veterinary expertise in an animal welfare case. **Saskatchewan Veterinary Medical Association Newsletter**, v. 31, p. 10-12, 1998.

PREVIDE, E. P.; VALSECCHI, P. Effect of abandonment on attachment behaviour of adult pet dogs. **Journal of Veterinay Behaviour: Clinical Applications and Research**, v. 2, p. 87-88, 2007.

REDE DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL DA CIDADE DE CURITIBA. 2009. Disponível em: <http://www.protecaoanimal.curitiba.pr.gov.br/Publicacoes/Resumo-Plano-Municipal-Defesa-Protecao-Animal.pdf>. Acesso em: 12 de abril de 2010.

ROBERTSON, I. A. Legally protecting and compelling veterinarians in issues of animal abuse and domestic violence. **New Zealand Veterinary Journal**, v. 58, p. 114-120, 2010.

RODRIGUES, D. T. Observações sobre a proteção jurídica dos animais. **Ciência Veterinária nos Trópicos**, v. 13, p. 49-55, 2010.

SANTANA, L. R.; OLIVEIRA, T. P. Guarda Responsável e Dignidade dos Animais. **Revista Brasileira de Direito Animal**, v. 1, p. 67-104, 2006.

SEKSEL, K. The behavioral manifestations of animal cruelty / abuse. AVA & AVAWE Conference Proceeding. 2004. Disponível em: canadianveterinarians.net/pdfs/SekselBehavAbuse.pdf. Acessado em 02 de dezembro de 2010.

TALLICHET, S. E.; HENSLEY, C. Exploring the link between recurrent acts of childhood and adolescent animal cruelty and subsequent violent crime. **Criminal Justice Review**, v. 29, p. 304-316, 2004.

TAYLOR, N.; SIGNAL, T. D. Community Demographics and the Propensity to Report Animal Cruelty. **Journal of Applied Animal Welfare Science**, v. 9, p. 201-210, 2006.

VAUGHN, M. G.; FU, Q.; DELISI, M.; BEAVER, K. M.; PERRON, B. E.; TERRELL, K.; HOWARD, M. O. Correlates of cruelty to animals in the United States: Results from the National Epidemiologic Survey on Alcohol and Related Conditions. **Journal of Psychiatric Research**, v. 43, p. 1213-1218, 2009.

XAVIER, F.G. **Intoxicação por aldicarb (“chumbinho”) em cães e gatos: estudo das alterações post mortem e diagnóstico toxicológico por meio da cromatografia em camada delgada**. 191p. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Curso de Pós-graduação em Patologia Experimental e Comparada, Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

XAVIER, F. G.; RIGHI, D. A.; SPINOSA, H. S. Fatal poisoning in dogs and cats - A 6 - year report in a veterinary pathology service. **Brazilian Journal of Veterinary Research and Animal Science**, v. 44, p. 304-309, 2007.

WEBSTER, J. **Animal Welfare - limping towards Eden**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005. 283p.

WEBSTER, J. Ideals and Realities: What Do We Owe to Farm Animals? In: TURNER, J.; D’SILVA, J. **Animals, Ethics and Trade: the challenge of animal sentience**. London: Earthscan, p. 12-26. 2006.

3. DESENVOLVIMENTO DE PERÍCIA EM BEM-ESTAR ANIMAL

RESUMO

As preocupações envolvendo o bem-estar dos animais têm apresentado um crescimento do ponto de vista social, político, ético e científico. O objetivo do trabalho foi contribuir para o desenvolvimento de uma metodologia de perícia em bem-estar para aplicação prática em diferentes espécies e cenários de manutenção de animais para responder a processos legais de denúncias de maus-tratos contra animais. A metodologia foi baseada no conceito das Cinco Liberdades, envolvendo um conjunto de indicadores fisiológicos, comportamentais e ambientais e foi aplicado em cenários de situações de denúncias de maus-tratos contra animais, diagnóstico de bem-estar de cães e gatos, estabelecimentos de comércio de animais, diagnóstico de bem-estar de cavalos de carroceiros e aplicação da metodologia por um grupo de estudantes de medicina veterinária. O diagnóstico individual parece ser o mais indicado, uma vez que o grau de bem-estar pode diferir entre indivíduos mantidos nas mesmas condições. Esta condição só não foi indicada para o cenário de comércio de animais, no qual, pelo grande número de indivíduos envolvidos, o diagnóstico de grupo otimiza a coleta de informações mais representativas. A metodologia de perícia mostrou-se aplicável para o diagnóstico de bem-estar nos diferentes cenários utilizados, pois permitiu a diferenciação de grau de bem-estar em escala compatível com a informação necessária para a tomada de decisão quanto à existência de maus-tratos.

Palavras-chave: Cinco Liberdades, diagnóstico de bem-estar, grau de bem-estar.

ABSTRACT

Concerns involving the welfare of animals have grown in terms of social, political, ethical and scientific perspectives. The objective of this work was to contribute to the development of an animal welfare assessment with the goal of a legal report construction for practical application in different species and scenarios keeping animals to respond to legal animal abuse processes. The assessment protocol was based on the concept of the Five Freedoms, involving a set of physiological, behavioral and environmental indicators, and it was applied in legal processes of animal abuse, welfare assessment of dogs and cats, animal trade scenarios, welfare assessment of working horses, as well as tested through its application by a group of veterinary medicine students. Individual diagnosis seems to be most indicated, since welfare level can differ between two individuals kept in the same conditions. This strategy is excepted for animal trade situations, in which group assessment seems to optimize the most representative collection of information, due to the large number of individuals involved. The protocol has shown to be applicable to the assessment of animal welfare in the scenarios studied, because it allowed the differentiation of the welfare level in a scale compatible with the information necessary for decision making regarding the occurrence of abuse.

Key-words: Five Freedoms, welfare assessment, animal welfare level.

3.1. INTRODUÇÃO

As preocupações envolvendo o bem-estar dos animais têm apresentado um crescimento do ponto de vista social, político, ético e científico. Tal fato exerce profunda influência em quase todos os aspectos do uso de animais. A maioria dos trabalhos de diagnóstico de bem-estar tem sido conduzidos com animais de produção. Entretanto, é importante considerar como os protocolos e métodos de diagnóstico são utilizados com estes animais para poderem ser adaptados e aplicados em animais submetidos a outros cenários, como os animais de companhia e os animais de trabalho.

Assim, é necessário definir cientificamente bem-estar animal para sua aplicação em medições científicas, em documentos legais e em declarações e discussões públicas. A escolha dos indicadores para mensuração dependerá do entendimento sobre o seu conceito. Broom (1986) define bem-estar como o estado de um indivíduo em relação às suas tentativas de se adaptar ao meio ambiente em que vive. O seu diagnóstico, segundo Dawkins (2003), deve contemplar os estados físico e psicológico do indivíduo. Uma vez que se apresenta como uma característica mensurável pode ser incluído em uma escala que varia de muito alto a muito baixo (BROOM e FRASER, 2010).

O grau de bem-estar deve ser medido de forma objetiva para prover as informações necessárias para que decisões éticas possam ser tomadas sobre uma dada situação (BROOM e MOLENTO, 2004). Métodos não invasivos de diagnóstico de bem-estar de animais devem ser desenvolvidos, testados e validados (WALKER *et al.*, 2009). O uso de abordagens estruturadas para diagnóstico de bem-estar pode facilitar o diagnóstico de bem-estar dos animais (YEATES e MAIN, 2009). Uma das abordagens envolve o conceito das Cinco Liberdades, que foi sugerido em dezembro de 1965 pelo Relatório Brambell. Foi a partir desse relatório que surgiu o Conselho de Bem-estar de Animais de Produção (Farm Animal Welfare Council - FAWC), que em 1993 dispôs sobre as cinco liberdades. Segundo elas, os animais devem estar: (1) livre de sede, fome e nutrição inadequada – pelo livre acesso à água fresca e dieta que mantenha sua saúde e vigor, (2) livre de desconforto – pela provisão de ambiente adequado que possua abrigo e área confortável para descanso, (3) livre de dor, ferimentos e doença – pela prevenção ou rápido diagnóstico e

tratamento, (4) livre de medo e distresse – pela garantia de condições que evitem o sofrimento e (5) livre para expressar o seu comportamento natural – pela provisão de espaço suficiente, instalações adequadas e companhia de animais da mesma espécie (FAWC, 1993). As liberdades sugerem o estado ideal de um indivíduo por meio de padrões aceitáveis dos elementos listados e formam uma estrutura lógica e ampla para análise de bem-estar dentro de qualquer sistema de criação ou situação em que o animal se encontre.

Uma vez que a atuação de profissionais capacitados em bem-estar animal pode ser ampliada para incorporar o seu diagnóstico e dada à necessidade da identificação de situações que caracterizem maus-tratos contra animais, o objetivo do trabalho foi contribuir para o desenvolvimento de uma metodologia de perícia em bem-estar animal de aplicação prática em diferentes espécies e cenários de manutenção de animais.

3.2. DESENVOLVIMENTO DA METODOLOGIA DE PERÍCIA

A metodologia foi baseada nas Cinco Liberdades do bem-estar animal (FAWC, 1993), envolvendo um conjunto de indicadores fisiológicos, comportamentais e ambientais, visando o diagnóstico de bem-estar com avaliações do animal, balizadas pelas observações do ambiente e seus recursos, de forma não invasiva. Adicionalmente, algumas propostas do projeto Welfare Quality®, financiado pela União Européia para melhorar o bem-estar dos animais na cadeia de qualidade dos alimentos, foram incorporadas à proposta de ficha. As Cinco Liberdades compõem um conjunto de regras adequadas para aplicação a campo, pois identificam os elementos determinantes para um alto grau de bem-estar, considerando o ponto de vista dos animais (WEBSTER, 2005).

Para conduzir o processo de desenvolvimento da metodologia foram realizadas as etapas de planejamento, elaboração e aplicação da proposta de metodologia de perícia em bem-estar animal.

Na fase 1, de planejamento, foram definidos o formato da ficha de diagnóstico de bem-estar e os cenários de sua utilização. Foi realizada pesquisa na literatura para composição dos indicadores a serem utilizados. Constatou-se inexistência de formato de proposta semelhante na literatura

nacional. A literatura internacional apresenta propostas de diagnóstico de bem-estar de animais de produção e de animais de companhia (ROUSING *et al.*, 2001; PRITCHARD *et al.*, 2005; BOTREAU *et al.*, 2007; WALKER *et al.*, 2009).

Na fase 2, de elaboração da ficha, foi escolhida uma variedade de itens para representar as Cinco Liberdades e compor as esferas física, comportamental e psicológica do bem-estar animal, abrangendo indicadores diretos, de observação do animal, como quesitos de saúde e comportamento, e indicadores indiretos, como as observações do ambiente onde permanecia o animal e questionamentos ao proprietário. Como os questionamentos e indicadores variaram de acordo com o cenário de aplicação, a TABELA 7 apresenta a composição da metodologia utilizada para diagnóstico de bem-estar de cães. Em todos os itens era possível adicionar comentários e/ou outras respostas.

TABELA 7. COMPOSIÇÃO DA PROPOSTA DE METODOLOGIA DE PERÍCIA EM BEM-ESTAR DE CÃES DOMICILIADOS E SEMI-DOMICILIADOS INSERIDOS NO PROGRAMA DE CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS DO SETOR DE CONTROLE DE ZOONOSES E BEM-ESTAR ANIMAL, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, 2011.

Liberdade	Indicadores
Nutricional (6 itens)	1. Diretos: escore corporal 2. Indiretos: itens de alimentação / frequência da alimentação / condições de comedouro / condições de bebedouro / disponibilidade de água fresca
Ambiental (14 itens)	1. Diretos: calos de decúbito 2. Indiretos: permanece dentro ou fora de casa / tamanho da instalação / número de animais presentes na instalação / tempo de permanência em cada ambiente / preso em canil / preso por corrente / presença de abrigo fixo / presença de superfície confortável para descanso / acesso supervisionado à rua / espaço para movimentação / condições de higiene e limpeza / superfícies de contato / superfície cortante e material de risco no ambiente
Sanitária (17 itens)	1. Diretos: presença de secreções / presença de tumor mamário / presença de lesões / presença de ectoparasitas / ocorrência de claudicação / ocorrência de prurido / arqueamento de dorso / condições de pelagem / condições de mucosas / condições de linfonodos / hidratação 2. Indiretos: atendimento veterinário / vacinação / desverminação / uso de anticoncepcionais / histórico de doenças / histórico de prenhez

Comportamental (9 itens)	1. Diretos: comportamentos anormais / estereotípias 2. Indiretos: recursos ambientais / uso dos recursos ambientais / espaço para a execução de comportamentos naturais / atividades comportamentais possíveis / contato social com cães / contato social com animais de outras espécies / possibilidade de brincar
Psicológica (10 itens)	1. Diretos: atitude geral do animal / atitude à presença do avaliador / atitude à presença do responsável / posição de cauda / posição de cabeça / contato ocular direto / pelos dorsais eriçados / desejo de acompanhar / vocalização 2. Indiretos: possibilidade de contato com pessoas (exceto proprietário)

Na fase 3, de aplicação da metodologia, a ficha de diagnóstico de bem-estar foi aplicada em diferentes cenários, como em situações de denúncias de maus-tratos contra animais, diagnóstico de bem-estar de cães e gatos domiciliados, semi-domiciliados e comunitários, estabelecimentos de comércio de animais, diagnóstico de bem-estar de cavalos de carroceiros e aplicação da metodologia por um grupo de estudantes de medicina veterinária.

A proposta foi modificada ao longo do tempo para se tornar mais prática e rápida, principalmente por meio da inserção de itens com respostas fechadas. A primeira versão criada continha em sua maior parte opções de respostas abertas, o que dificultou o trabalho de campo. Segundo Butterworth e colaboradores (2011), quando um novo método de diagnóstico de bem-estar é proposto, quatro questões fundamentais devem ser levantadas: praticidade (tempo de aplicação e custo), confiabilidade no fornecimento de informações sobre o grau de bem-estar dos animais, repetibilidade e o fato de que a mensuração não deve ser influenciada por fatores externos. Com relação à (1) praticidade, o formato de ficha proposto foi desenvolvido com o objetivo de ser prático, principalmente no que tange a rapidez de aplicação e ao custo, uma vez que não envolve exames laboratoriais e outras mensurações que possam encarecer o procedimento. O maior desafio para esta questão encontra-se na proposta de perícia em bem-estar no cenário de denúncias de maus-tratos, visto que possui características específicas para aplicação de forma detalhada para investigação da existência de maus-tratos, como subsídio para processos judiciais.

Buscou-se (2) confiabilidade empregando-se uma estratégia de diagnóstico internacionalmente reconhecida, constituída pela aplicação das Cinco Liberdades. O detalhamento proposto das mensurações facilita a (3) repetibilidade da metodologia, uma vez que facilita o entendimento pelo profissional responsável. A realização de treinamento prévio à aplicação parece importante para aumentar a repetibilidade, além da necessidade de capacitação em bem-estar animal. Em relação a (4) influência de fatores externos, empregou-se a observação com foco exclusivo nos animais e a minimização de estímulos associados à realização da avaliação.

Cada cenário de aplicação da proposta requisitou algumas particularidades para os itens avaliados, sendo que o formato final apresentou diferenças entre os cenários, porém sempre com o eixo central baseado nas Cinco Liberdades (Anexo 1). Para cada cenário procurou-se fundamentação no que é importante para a espécie avaliada, uma vez que sempre que se deseja mensurar grau de bem-estar o melhor é utilizar vários tipos de mensurações (BROOM, 1988). Além disso, sugere-se utilizar as mensurações que viabilizem a tomada de decisões após o diagnóstico. Cada indicador pode fornecer informações específicas, práticas e dependentes da avaliação como um todo, permitindo que o avaliador recolha detalhes de como o problema deve ser abordado.

Uma constatação do cenário de estabelecimentos de comércio de animais foi a dificuldade do diagnóstico individual do grau de bem-estar, uma vez que o número de indivíduos mantidos nos estabelecimentos normalmente é alto e os animais são alojados em grupos. Muitos pesquisadores sugerem que as avaliações de bem-estar sejam individuais, possuindo como fundamento a espécie, idade, histórico, temperamento, condição física e as circunstâncias sob as quais os dados são coletados (SHERMAN, 2010). Isso porque o grau de bem-estar pode diferir entre membros de uma mesma espécie, mesmo quando estão expostos às mesmas condições (HOSEY *et al.*, 2009). Entretanto, por questões de viabilidade, se sugere a avaliação do grau de bem-estar desse cenário em formato de grupo, desde que o grupo de animais seja da mesma espécie e esteja nas mesmas condições em uma mesma instalação.

O trabalho foi aprovado pela Comissão de Ética no Uso de Animais do Setor de Ciências Agrárias da UFPR, sob protocolo número 026/2010.

3.3. CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO DA METODOLOGIA DE PERÍCIA

O modelo de ficha proposto foi aplicado em diferentes cenários para avaliação de sua viabilidade prática e para o seu aprimoramento. Foram determinados os seguintes cenários:

- a) Aplicação da metodologia no diagnóstico de bem-estar de cães e gatos domiciliados, semi-domiciliados e comunitários

O diagnóstico do grau de bem-estar foi realizado de março a agosto de 2011 em cães e gatos inseridos no Projeto “Cuide de Seu Animal” do Setor de Controle de Zoonoses e Bem-estar Animal da Prefeitura de Campo Largo, Paraná. O Projeto faz parte do programa de manejo e controle ético da população de cães e gatos do município. Foram aplicados 94 fichas, sendo 79 cães (84,0%) e 15 gatos (16,0%). Dos cães, 50 eram domiciliados (63,3% de 79), 21 eram semi-domiciliados (26,6% de 79) e oito eram comunitários (10,1% de 79) e dos gatos, todos eram semi-domiciliados. A primeira versão da proposta não continha informações como endereço e dados do proprietário, pois a proposta era a realização do diagnóstico de bem-estar à parte do projeto “Cuide de Seu Animal”. Entretanto, houve interesse por parte da prefeitura na incorporação da ficha como pré-requisito nas visitas de triagem para a esterilização, tornando-a parte do projeto “Cuide de Seu Animal”.

- b) Aplicação da metodologia em denúncias de maus-tratos contra animais

Foram atendidas 30 denúncias de maus-tratos contra animais no âmbito das atividades do Setor de Controle de Zoonoses e Bem-estar Animal do município de Campo Largo, Paraná, no período de agosto de 2010 a agosto de 2011. Os atendimentos compreenderam 62 cães (84,9% de 73), cinco coelhos (6,9% de 73), três patos (4,1% de 73), dois cavalos (2,7% de 73) e uma bezerra (1,4% de 73). Entretanto, nem todos os animais envolvidos passaram por avaliação de bem-estar, uma vez que uma mesma denúncia poderia envolver grande número de animais. Dessa forma, alguns animais foram escolhidos para a composição da avaliação de bem-estar individual, o que incluiu 27 cães (90,0% de 30), dois cavalos (6,7% de 30) e uma bezerra (3,3% de 30).

c) Aplicação da metodologia em estabelecimentos de comércio de animais

O diagnóstico do grau de bem-estar foi realizado de março a agosto de 2011 no âmbito das atividades do Setor de Controle de Zoonoses e Bem-estar Animal da Prefeitura de Campo Largo, Paraná, que tem como objetivo fiscalizar e melhorar as condições dos animais que são comercializados em estabelecimentos do município. Foram aplicadas 26 fichas individuais de bem-estar em oito estabelecimentos de comércio de animais, dos quais dois eram criadores de cães. As espécies avaliadas foram aquelas presentes nos estabelecimentos, excetuando-se peixes, e compreenderam 12 aves (46,1% de 26), seis cães (23,1% de 26), dois roedores (7,7% de 26), dois coelhos (7,7% de 26), dois gatos (7,7% de 26) e dois répteis (7,7% de 26). Das aves, foram seis frangos, dois canários, duas calopsitas, um marreco e uma codorna. Dos roedores foram um hamster e um mecol e dos répteis, uma tartaruga e uma serpente Píton.

d) Aplicação da metodologia em cavalos de carroceiros

A metodologia foi aplicada no âmbito das atividades do Centro de Controle de Zoonoses do município de Pinhais, Paraná, no período entre setembro de 2011 e janeiro de 2012. Foram avaliados 34 cavalos de carroceiros com o objetivo de identificar o grau de bem-estar dos animais e orientar os responsáveis para incremento do grau de bem-estar e diminuição de sofrimento. Inicialmente a ficha foi desenvolvida para aplicação no “Dia do Carroceiro”, projeto da Universidade Federal do Paraná no qual os proprietários voluntariamente levam os animais ao local da atividade para realização de exame clínico e cadastro dos animais. Entretanto, nesta proposta não era possível avaliar o ambiente no qual os indivíduos eram mantidos, o que impossibilitava a avaliação completa das Cinco Liberdades. Dessa forma, a proposta de ficha e o projeto foram modificados para diagnóstico de bem-estar por meio de visita domiciliar. Além da avaliação das Cinco Liberdades a ficha possuía questionamentos relacionados à origem do animal, peso e o tipo de material carregado por dia, condições da carroça e prática de aluguel do animal para trabalho.

- e) Aplicação da metodologia por um grupo de estudantes de medicina veterinária

A proposta foi testar a viabilidade de utilização da proposta por estudantes do quarto período de medicina veterinária. A atividade foi inserida na disciplina de bioética da instituição participante. Como os alunos não haviam cursado disciplina de bem-estar animal, a metodologia utilizada seguiu as seguintes etapas: (1) aula introdutória sobre conceitos de bem-estar animal e as Cinco Liberdades; (2) aula sobre o formato da ficha e a sua utilização, na qual os alunos puderam conhecer os indicadores do protocolo e como utilizá-los; (3) aplicação da metodologia em campo e (4) apresentação dos resultados obtidos. Para aplicação da ficha os 44 alunos foram divididos em sete grupos, com livre escolha para a espécie desejada. Foram três equipes para cavalos de carroceiros, duas para cães domiciliados, uma para gatos domiciliados e uma para gatos semi-domiciliados. O grupo de estudantes de medicina veterinária aprovou o conteúdo da metodologia e a sua viabilidade de aplicação por indivíduos capacitados em bem-estar animal, porém foram feitas algumas recomendações referentes à liberdade psicológica, no sentido de enriquecê-la com maior número de indicadores, principalmente de forma específica para cada espécie envolvida.

A repetição da utilização da ficha pode servir para mensurar o efeito das orientações passadas no primeiro diagnóstico, além de permitir o refinamento das exigências de grau de bem-estar.

3.4. AVALIAÇÃO DO GRAU DE BEM-ESTAR

3.4.1. LIBERDADE NUTRICIONAL

As avaliações inseridas na liberdade nutricional buscaram identificar a presença de fome, sede e subnutrição. Comer e beber são os comportamentos naturais que tem maior efeito na sobrevivência de um indivíduo. Por esta razão a premissa “livre de fome e sede” consta como a primeira das Cinco Liberdades (KYRIAZAKIS E TOLKAMP, 2011).

O questionamento sobre itens, frequência de alimentação e quantidade fornecida estiveram presentes em todos os estágios de desenvolvimento da metodologia, pois são informações que podem auxiliar na identificação de situações nas quais a alimentação fornecida é inadequada ou insuficiente. A limitação dessas avaliações pode ocorrer pelo relato incorreto dos responsáveis. Dessa forma, devem ser balizadas pelas demais observações.

A disponibilidade de água fresca compõe um dos princípios fundamentais da liberdade, que é a ausência de sede. A metodologia propõe a observação da disponibilidade de água fresca no ambiente no qual o animal permanece. A severa privação de água pode levar à doença, disfunções fisiológicas, baixo grau de bem-estar e, eventualmente, morte (KYRIAZAKIS E TOLKAMP, 2011). Merck (2007), em investigações de crimes contra animais, reforça a necessidade de avaliação da adequação de alimento e água. Para animais de trabalho sugere-se questionamentos relacionados a alimentação e fornecimento de água durante o trabalho, pois a ausência de fornecimento pode ser um importante ponto crítico de bem-estar, especialmente para os animais que trabalham muitas horas por dia e em condições inadequadas.

Para avaliação das condições de limpeza de bebedouros e comedouros, inicialmente foi utilizada graduação de “ótimo, bom, ruim e péssimo”. No decorrer da aplicação a avaliação foi modificada para a existente no protocolo “Welfare Quality” para bovinos de leite, que classifica em “limpo, parcialmente sujo e sujo” (FIGURA 4). O ideal é que comedouros e bebedouros apresentem condições de higiene adequadas, estando esta avaliação presente em protocolos como o da RSPCA (ANONYMOUS, 1998).

O escore corporal é um dos indicadores para avaliação do estado nutricional dos animais (STAFFORD, 2006). A proposta inicial de avaliação do escore corporal foi de baixo, ideal e alto, com descrição da cobertura muscular da inserção da cauda, processo espinhal, ílio e ísquio e costelas. Entretanto, a fim de padronizar e facilitar a avaliação, os escores foram posteriormente mensurados seguindo indicações da literatura para cada espécie considerada. Por exemplo, em cães a escala variou de 1 a 5, sendo 1 muito magro e 5 muito gordo (PATRONEK, 1998). O reconhecimento de estados de baixa nutrição e baixo escore corporal é relativamente simples, sendo que o envolvimento veterinário é importante nos casos mais graves (MUNRO e MUNRO, 2008).



FIGURA 4. EXEMPLO DE COMEDOUROS E BEBEDOUROS LIMPO (A), PARCIALMENTE SUJO (B) E SUJO (C) DURANTE AVALIAÇÃO DA LIBERDADE NUTRICIONAL DA PROPOSTA DE METODOLOGIA DE PERÍCIA EM BEM-ESTAR DE CÃES DOMICILIADOS E SEMI-DOMICILIADOS INSERIDOS NO PROGRAMA DE CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS DO SETOR DE CONTROLE DE ZOONOSES E BEM-ESTAR ANIMAL, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, 2011. FOTO: JANAINA HAMMERSCHMIDT, 2011.

A determinação de restrição da liberdade nutricional seguiu alguns critérios. Considerou-se a liberdade severamente restrita para os casos de animais com escore corporal abaixo do ideal e/ou ausência de água fresca no momento da avaliação. A classificação como moderadamente restrita para as situações de alimentação inadequada, o que incluiu frequência, qualidade e tipo de alimento, animais com escore corporal elevado e para condições de higiene inadequadas de comedouros e bebedouros.

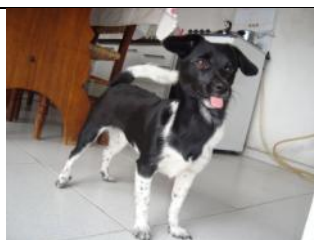
3.4.2. LIBERDADE AMBIENTAL

A avaliação da liberdade ambiental busca identificar se o animal está livre de desconforto por meio de informações do ambiente, como presença de abrigo e superfícies de contato com o animal. O protocolo de diagnóstico de bem-estar da RSPCA (ANONYMOUS, 1998) estabelece que o ambiente oferecido aos animais deve protegê-los de desconforto físico e térmico, por meio do acesso a pastagem, pisos adequados para a espécie, espaço para execução dos comportamentos naturais e abrigo. A primeira avaliação proposta da liberdade ambiental refere-se à descrição do ambiente em que o animal vive, o qual varia de acordo com a espécie ou cenário de manutenção dos animais. Cães, por exemplo, podem ser mantidos no interior da residência ou

com acesso ao quintal; cavalos de carroceiros muitas vezes são encontrados em terrenos baldios ou em ambientes indevidos (FIGURA 5). As informações devem auxiliar no reconhecimento do ambiente como próprio para o animal na medida em que está de acordo com as necessidades da espécie e oferece condições de conforto.



(A) Local de permanência de um cão: quintal da residência



(B) Local de permanência de um cão: interior da residência



(C) Local de permanência de um cavalo: quintal da residência

FIGURA 5. ILUSTRAÇÃO DO AMBIENTE ONDE O ANIMAL PERMANECE, COMO PARTE DA AVALIAÇÃO DA LIBERDADE AMBIENTAL DAS PROPOSTAS DE METODOLOGIA DE PERÍCIA EM BEM-ESTAR DE CÃES DOMICILIADOS E SEMI-DOMICILIADOS (A E B) E DE DENÚNCIAS DE MAUS-TRATOS (C) NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE CONTROLE DE ZONÓSES E BEM-ESTAR ANIMAL, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, 2011. FOTO: JANAINA HAMMERSCHMIDT, 2011.

Sugere-se avaliar as possibilidades de movimentação do indivíduo, no sentido de oferecer espaço suficiente para não causar desconforto (Figura 6). Uma sobreposição comum é considerar o tamanho do ambiente em relação às possibilidades de execução do comportamento natural. Uma avaliação não excluiu a outra, pois as duas condições interferem sobre o grau de bem-estar. Porém, visando uma mensuração mais objetiva, propõe-se que as liberdades sejam analisadas, na medida do possível, de forma separada. O trabalho nomeou os níveis de mensuração como “muito restrita; restrita; moderada e respeitada”. O tamanho do ambiente também deve ser descrito numericamente, a fim de incrementar as informações referentes a conforto e às possibilidades de execução de comportamentos naturais. Neste contexto se insere também a manutenção do animal preso por corrente ou corda ou em canis, situação a ser considerada no julgamento da liberdade (Figura 6B e C).



FIGURA 6. ILUSTRAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE MOVIMENTAÇÃO DO ANIMAL COMO PARTE DA AVALIAÇÃO DA LIBERDADE AMBIENTAL DAS PROPOSTAS DA METODOLOGIA DE PERÍCIA EM BEM-ESTAR DE CÃES DOMICILIADOS E SEMI-DOMICILIADOS (A) E DE DENÚNCIAS DE MAUS-TRATOS (B E C) NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE CONTROLE DE ZONÓSES E BEM-ESTAR ANIMAL, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, 2011. FOTO: JANAINA HAMMERSCHMIDT, 2011.

O número de animais presentes no mesmo ambiente é importante no sentido de oferecer informações de conforto, principalmente nos cenários de comércio de animais, onde em uma mesma instalação muitas vezes é alojado um grande número de animais (FIGURA 7). Mesmo no caso de cães mantidos em residência, caso o número de animais ultrapasse a capacidade do ambiente, o resultado será negativo para os indivíduos.



FIGURA 7. ILUSTRAÇÃO DO NÚMERO DE ANIMAIS PRESENTES NO AMBIENTE COMO PARTE DA AVALIAÇÃO DA LIBERDADE AMBIENTAL DA PROPOSTA DE METODOLOGIA DE PERÍCIA EM ESTABELECIMENTOS DE COMÉRCIO DE ANIMAIS (A E B) E DE CÃES DOMICILIADOS E SEMI-DOMICILIADOS (C) NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE CONTROLE DE ZONÓSES E BEM-ESTAR ANIMAL, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, 2011. FOTO: JANAINA HAMMERSCHMIDT, 2011.

A presença de abrigo é um aspecto importante da qualidade do ambiente em relação ao conforto térmico (PATRONEK, 2004; PETHERICK, 2007), pois influencia na capacidade do animal em lidar com a temperatura. Recomenda-se observar a presença de abrigo e as condições do mesmo

(FIGURA 8A). No cenário de comércio de animais recomenda-se visualizar a existência de animais agrupados ou com frio ou o contrário, a ocorrência de animais ofegantes. A mensuração da frequência respiratória pode auxiliar na identificação de estresse térmico (BLACHE *et al.*, 2011). Para animais de trabalho é importante saber se o animal trabalha em dias de sol e chuva intensos, pois isso restringirá a avaliação da liberdade ambiental.

Em relação às superfícies de contato sugere-se observar a presença de superfície confortável para descanso (FIGURA 8B), presença de calos de decúbito no animal, presença de cama ou substrato condizente com as necessidades da espécie, tipo de superfície em contato com o animal e presença de material de risco no ambiente (FIGURA 8C).



FIGURA 8. ILUSTRAÇÃO DA PRESENÇA E CONDIÇÕES DE ABRIGO, SUPERFÍCIE CONFORTÁVEL PARA DESCANSO E MATERIAIS DE RISCO NO AMBIENTE COMO PARTE DA AVALIAÇÃO DA LIBERDADE AMBIENTAL DA PROPOSTA DE METODOLOGIA DE PERÍCIA EM BEM-ESTAR EM DENÚNCIAS DE MAUS-TRATOS (A E C) E DE BEM-ESTAR DE CÃES DOMICILIADOS E SEMI-DOMICILIADOS (B) NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE CONTROLE DE ZONÓSES E BEM-ESTAR ANIMAL, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, 2011. FOTO: JANAINA HAMMERSCHMIDT, 2011.

Ainda, em relação a riscos, o responsável pelo animal deve ser questionado quanto à ocorrência do acesso a rua sem supervisão, fato comum em cães semi-domiciliados e cavalos de carroceiros. O acesso à rua sozinho submete o animal a muitos riscos, como atropelamento, agressões e doenças, prejudicando o seu grau de bem-estar (THORNTON, 1992). Os proprietários de animais de trabalho também devem ser questionados em relação ao ambiente de trabalho, se ocorre nas regiões periféricas ou centrais das cidades, visto que regiões centrais e de movimento intenso podem oferecer maior risco.

É importante avaliar o ambiente em relação às condições de higiene e limpeza, classificando-o como péssimo, ruim, bom ou ótimo. Casos de negligência frequentemente apresentam ambientes fétidos, com sujidades como urina e fezes, e com materiais perigosos (MERCK, 2007). Para os cenários de comércio de animais e animais de trabalho sugere-se avaliar o escore de sujidade dos animais em “sujidades severa, sujidade leve ou sem sujidades” a fim de incrementar a percepção dos cuidados do ambiente oferecido ao animal.

A determinação de restrição da liberdade ambiental seguiu alguns critérios. Considerou-se que a liberdade seria severamente restrita para os casos de ausência de abrigo e superfície confortável para descanso, em locais com péssimas condições de higiene e limpeza, nos casos de grande restrição de espaço e movimentação dificultada, bem como nos casos de acesso não supervisionado à rua, não relacionado ao conforto, mas sim aos riscos inerentes a esta condição. A classificação para moderadamente restrita para os casos de comprometimento moderado dos itens avaliados, como inadequação das superfícies em contato com o animal ou alguma restrição de movimento que interfira em conforto.

3.4.3. LIBERDADE SANITÁRIA

A avaliação da liberdade sanitária busca identificar se o animal está livre de dor, doenças e ferimentos por meio de informações de avaliação física e questionamentos realizados ao proprietário. A avaliação da saúde física do animal é umas das mais óbvias e sólidas mensurações de bem-estar (DAWKINS, 2003).

Os formatos de ficha desenvolvidos variaram de acordo com o cenário proposto seguindo as informações sanitárias relevantes para cada espécie avaliada. Todos os cenários continham indicadores indiretos relacionados à prevenção de doenças, como a existência de atendimento veterinário, vacinação e desverminação regulares. Sugere-se que a metodologia contemple indicadores indiretos sobre a ocorrência de doenças, bem como doenças prévias à avaliação (FIGURA 9A). O quadro de doença pode ser um importante

indicador de bem-estar, pois em muitos casos está associado com experiências negativas como dor, desconforto ou distresse (ROUSING *et al.*, 2001).

A maioria dos indicadores da liberdade sanitária é de avaliação direta do animal. A presença de lesões e de ectoparasitas esteve presente em todos os formatos de ficha propostos (FIGURA 9B). Lesões de pele e puliciose, por exemplo, podem causar sofrimento e comprometer o grau de bem-estar (COCKRAM e HUGUES, 2011). Em todos os animais sugere-se buscar a presença de lesões por todo o corpo, registrando a ocorrência em resenhas. Existem situações, como em animais de trabalho, que algumas lesões são tipicamente encontradas devido às condições inadequadas de arreios (FIGURA 9C) e que provavelmente implicam em dor crônica, como lesões em comissuras labiais, em pontas de jarretes e no carpo (PRITCHARD *et al.*, 2005). Além disso, é importante observar a presença de lesões nas quartelas, comumente encontradas em animais que ficam presos por cordas.



(A) Cão paralítico após atropelamento



(B) Cão acometido por parasitose



(C) Cavalo com lesões típicas de arreios inadequados

FIGURA 9. ILUSTRAÇÃO DA AVALIAÇÃO DA PRESENÇA DE DOR, DOENÇAS E FERIMENTOS COMO PARTE DA AVALIAÇÃO DA LIBERDADE SANITÁRIA DA PROPOSTA DE METODOLOGIA DE PERÍCIA EM DENÚNCIAS DE MAUS-TRATOS NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE CONTROLE DE ZOONOSES E BEM-ESTAR ANIMAL, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, 2011. FOTO: JANAINA HAMMERSCHMIDT, 2011.

As condições de coloração de mucosas também devem ser avaliadas, exceto no cenário de comércio de animais, no qual o diagnóstico é feito em grupo. Da mesma forma, a condição de hidratação do animal é uma avaliação importante e, em cavalos de carroceiros, pode ser aliada ao diagnóstico do tempo de preenchimento capilar. A desidratação é um dos sinais clínicos de períodos prolongados de sede (WEBSTER, 2005), sendo este indicador essencial em cavalos de carroceiros, os quais muitas vezes passam longos períodos do dia sem ingerir água. Recomenda-se aliar as informações da

avaliação física com as informações adquiridas com o proprietário sobre a oferta de alimento e água durante o trabalho. A frequência respiratória também deve ser aferida, mas nesse trabalho este indicador permaneceu somente nos modelos de ficha para cavalos de carroceiros e em fichas de denúncias de maus-tratos contra animais. O modelo proposto para diagnóstico de bem-estar de cães e gatos teve essa mensuração retirada para tornar a avaliação física mais rápida, uma vez que na prática havia uma limitação de tempo. É preciso interpretar as avaliações em conjunto, uma vez que alguns indicadores fisiológicos de bem-estar, como a frequência respiratória, são indicadores de outras respostas fisiológicas, não exclusivamente relacionadas ao bem-estar. A presença de secreções e as condições de pelagem dos animais igualmente estiveram presentes em todos cenários, dada à sua importância como indicadores de alterações fisiológicas.

A metodologia proposta continha observações comportamentais ligados à liberdade sanitária, como arqueamento de dorso e claudicação para identificar a ocorrência de dor, pois, conforme sugerido por Viñuela-Fernandez *et al.* (2011) mudanças comportamentais vem sendo bastante utilizadas para identificação de dor. A observação do comportamento é um complemento importante para a avaliação da saúde física do animal (DAWKINS, 2003).

A ficha elaborada para diagnóstico de bem-estar de cães e gatos continha outros indicadores diretos, como a presença de secreção vulvar, principalmente para identificação de fêmeas com provável quadro de piometra, presença de tumores mamários e avaliação dos linfonodos, para auxílio diagnóstico de quadro de infecção. Como parte dos indicadores indiretos é importante indagar o proprietário quanto às condições das fezes, urina, ingestão de água e apetite dos animais.

A ficha elaborada para cavalos de carroceiros necessita conter algumas particularidades. É importante uma avaliação detalhada dos cascos dos animais (FIGURA 10A) (PRITCHARD *et al.*, 2005). Sugere-se observar sua forma quanto ao achinelamento ou encastelamento (FIGURA 10B), se há crescimento excessivo ou rachaduras (FIGURA 10C). Observar a presença de ferradura nos quatro membros e se articulações e tendões apresentam-se inchados. Ainda, o proprietário pode ser questionado quanto ao casqueamento, em relação à frequência e ao responsável pelo mesmo. Principalmente porque

os animais transitam pelas cidades, é necessário avaliar se seus olhos possuem ou não anormalidades e se sua visão está em perfeitas condições. Pode-se também observar a presença de sujidades na região posterior do animal, que possam indicar a ocorrência de diarreia.



FIGURA 10. ILUSTRAÇÃO DA AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DOS CASCOS DOS CAVALOS COMO PARTE DA AVALIAÇÃO DA LIBERDADE SANITÁRIA DA PROPOSTA DE METODOLOGIA DE PERÍCIA EM BEM-ESTAR DE CAVALOS DE CARROCEIROS NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE CONTROLE DE ZOOSE, MUNICÍPIO DE PINHAIS, 2011. FOTO: JANAINA HAMMERSCHMIDT, 2011.

A determinação de restrição da liberdade sanitária seguiu alguns critérios. Considerou-se que severamente restrita na ocorrência de doenças e presença de evidências claras de dor. A liberdade foi considerada moderadamente restrita para os animais sem vacinação e vermifugação e nos casos nos quais o animal apresentava alguma lesão leve e com pouca interferência sobre o seu grau de bem-estar. Um aspecto importante é a consideração de que boa saúde não implica necessariamente em alto grau de bem-estar, uma vez que outros aspectos estão envolvidos neste contexto. Porém um animal com baixo grau de bem-estar tem maiores chances de adoecer (COCKRAM e HUGUES, 2011).

3.4.4. LIBERDADE COMPORTAMENTAL

A avaliação da liberdade comportamental busca identificar se o animal está livre para executar o seu comportamento natural por meio de informações referentes ao ambiente que lhe é oferecido e por mensurações diretas do comportamento animal. Na prática, as mensurações de comportamento são

restringidas pela limitação de tempo para observação. Portanto, a avaliação de bem-estar não deve ser baseada somente nestas observações.

Como indicadores indiretos, todas as propostas de ficha continham a observação dos recursos presentes no ambiente, exceto comedouros e bebedouros, e o seu uso no momento da avaliação (FIGURA 11). Um ambiente estéril propiciará um repertório comportamental limitado (PETHERICK, 2007). Para cães e gatos pode-se citar como recursos ambientais, itens como brinquedos, abrigos, troncos, entre outros. Para gatos é importante que o ambiente contenha caixas de areia e materiais que possam ser arranhados. Para animais presentes em estabelecimentos de comércio é importante observar a presença de ninhos e poleiros para algumas espécies de aves, por exemplo, bem como esconderijos e plataformas de descanso.



(A) Recursos presentes no cenário de comércio de animais



(B) Ambiente estéril encontrado no cenário de comércio de animais



(C) Recurso presente no cenário de diagnóstico do grau de bem-estar de cães e gatos

FIGURA 11. ILUSTRAÇÃO DOS RECURSOS PRESENTES NO AMBIENTE COMO PARTE DA AVALIAÇÃO DA LIBERDADE COMPORTAMENTAL DA PROPOSTA DE METODOLOGIA DE PERÍCIA EM BEM-ESTAR EM ESTABELECIMENTOS DE COMÉRCIO DE ANIMAIS (A E B) E DE BEM-ESTAR DE CÃES DOMICILIADOS E SEMI-DOMICILIADOS (C) NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE CONTROLE DE ZONÓSES E BEM-ESTAR ANIMAL, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, 2011. FOTO: JANAINA HAMMERSCHMIDT, 2011.

Outra avaliação indireta comum a todos os cenários foi o julgamento do espaço disponível para movimento e execução dos comportamentos naturais. Essa mensuração foi formulada como pergunta objetiva, com três opções de resposta: (1) liberdade de movimento e de expressão de grande parte dos comportamentos naturais; (2) alguma restrição de espaço e atividades comportamentais limitadas e (3) grande restrição de espaço e impossibilidade de expressão de comportamentos naturais. Para favorecimento do animal, este

trabalho objetivou definir que o ambiente deveria, no mínimo, permitir ao animal espaço para correr ou executar pequenos vôos.

A qualidade do espaço fornecido aos animais está diretamente relacionada às possibilidades de execução de comportamento natural (PETHERICK, 2007). A ponderação sobre essa mensuração envolve principalmente o conhecimento acerca dos comportamentos naturais da espécie avaliada. A partir disso é possível julgar a restrição sobre os mesmos. Segundo Petherick (2007) o espaço necessário para o animal dependerá, entre outros fatores, do tempo de permanência do animal no local. Para a manutenção por poucos minutos ou horas é provável que o animal necessite de pouco espaço. Ao contrário, para a permanência por meses ou anos o espaço deverá ser suficiente para a execução de comportamentos necessários para a sobrevivência do indivíduo, como a locomoção e o exercício.

A ficha elaborada para diagnóstico de bem-estar de cães e gatos continha uma questão aberta referente aos comportamentos naturais possíveis no ambiente oferecido. Determinar o comportamento natural de espécies domesticadas não é sempre fácil, mas pode levar a considerações muito importantes (CASEY e BRADSHAW, 2007). Entretanto, no decorrer do desenvolvimento da metodologia foi verificada dificuldade prática dessa pergunta com relação ao tempo de preenchimento. Uma sugestão seria listar atividades comportamentais de alta motivação da espécie, assinalando aquelas impossibilitadas de serem realizadas. O modelo de ficha para cavalos de carroceiros seguiu esta proposta. Foram listados comportamentos importantes como pastar, interagir socialmente, abrigar-se e correr para facilitar a verificação das impossibilidades. Ainda, nesse modelo de ficha propõe-se a inserção de questionamentos relacionados ao ato de pastar, essencial para a espécie equina. É preciso saber se o animal possui espaço e possibilidades para a execução desse comportamento e a frequência do mesmo.

Como indicador direto, em todos os cenários foi inserida a avaliação comportamental, incluindo a descrição das atividades comportamentais possíveis e a ocorrência de comportamentos anormais. Dessa forma, conforme sugerido por Sherman (2010), as mensurações comportamentais podem incluir comportamentos anormais, como estereotipias, comportamentos de frustração, como a vocalização, e comportamentos agonísticos, embora todos possam

variar de acordo com a duração do sofrimento. A limitação dessa mensuração foi o tempo, pois o período de aplicação da metodologia pode ser curto para a observação de comportamentos anormais.

O contato social com animais da mesma espécie e de outras espécies também foi verificado em todos os cenários. Tal indicador é importante, pois, por exemplo, o isolamento social de cães pode ser tão ou mais nocivo que a restrição espacial para o grau de bem-estar dos animais (HETTS *et al.*, 1992). Sugere-se que o modelo de ficha para diagnóstico de bem-estar de cães e gatos também contenha questionamentos relacionados às atividades lúdicas dos animais. Nesta avaliação foram incluídas as possibilidades de brincadeira com os proprietários e com os demais animais da residência. Cães gostam de brincar e isso facilita o convívio com seres humanos (STAFFORD, 2006), além de propiciar aumento do vínculo entre proprietário e cão. Nesse contexto, também foi incluída a informação referente à execução de passeios guiados. As atividades compartilhadas entre cão e proprietário e o vínculo positivo estabelecido entre eles contribui para a elevação do grau de bem-estar dos animais (BENNETT e ROHLF, 2007).

Para cavalos de carroceiros buscou-se conhecer a intensidade de trabalho a que os animais eram submetidos, pois nesse período os animais são impossibilitados de executar o seu comportamento natural. As perguntas envolveram os períodos que o animal trabalha no dia e frequência de trabalho na semana.

A determinação de restrição da liberdade comportamental seguiu alguns critérios. Considerou-se que a liberdade seria severamente restrita para os casos de isolamento social, movimentação muito restrita, com impossibilidade de correr e de executar grande parte dos comportamentos naturais e para os casos nos quais o ambiente não era condizente com as necessidades comportamentais dos animais. A classificação para moderadamente restrita para os casos de alguma restrição de movimento e de execução de comportamentos naturais e ambiente com poucos recursos.

3.4.5. LIBERDADE PSICOLÓGICA

As observações referentes à liberdade psicológica objetivaram avaliar a reatividade do animal ao ambiente e às pessoas na tentativa de identificar medo e distresse e variaram de acordo com cada cenário (TABELA 8). Tanto a avaliação de qualidade de vida de seres humanos quanto a literatura envolvendo bem-estar animal sugerem abordagens de caráter mental e de parâmetros externos ao animal. O medo pode ser definido como uma sensação de desconforto ou constrangimento causada pela proximidade de um objeto ou indivíduo particular (BEAVER, 1994). É um sentimento negativo e sua ocorrência de forma intensa e prolongada constitui sofrimento (FRASER e DUNCAN, 1998). Experiências prévias negativas de contato com seres humanos podem explicar a ocorrência de medo da presença humana pelos animais (ROUSING *et al.*, 2001). Para a mensuração foi necessário envolver uma variedade de componentes que contemplassem a prevalência de sentimentos do indivíduo, principalmente por meio de indicadores de observação direta do comportamento do animal. A abordagem do estado mental do animal concentra-se na tentativa de avaliar os sentimentos e emoções do indivíduo (YEATES e MAIN, 2009), como estresse (BEERDA *et al.*, 1997, dor (FITZPATRICK *et al.*, 2006; BUSSIÈRES *et al.*, 2008) e sentimentos positivos (YEATES e MAIN, 2008).

A liberdade psicológica foi a mais modificada ao longo do tempo, pois a primeira versão da proposta não contemplava avaliações de comportamento de forma distinta entre as espécies. A inserção de comportamentos específicos de cada espécie foi a alteração de maior necessidade nesta liberdade. Cães, por exemplo, podem indicar medo e ansiedade pela posição da cauda, sendo que cães ansiosos ou que estejam interagindo de forma positiva podem abanar a cauda (PRESCOTT *et al.*, 2004). O eriçamento de pelos pode ser observado em cães em situações de defesa ativa, como nos indivíduos que se apresentam agressivos (BEAVER, 2001). A avaliação “desejo de acompanhar” em cães teve como objetivo verificar a ocorrência de medo, uma vez que cães com medo tenderiam a fugir; além disso podem posicionar a cauda entre as pernas (FIGURA 12A), mantendo sua cabeça abaixada (FIGURA 12B) e sem contato ocular direto com o avaliador (PRESCOTT *et al.*, 2004).

TABELA 8. COMPOSIÇÃO DAS MENSURAÇÕES DA LIBERDADE PSICOLÓGICA EM DIFERENTES CENÁRIOS DA PROPOSTA DE METODOLOGIA DE PERÍCIA EM BEM-ESTAR ANIMAL NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE CONTROLE DE ZOONOSES E BEM-ESTAR ANIMAL, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, 2011.

Mensurações	Cenários de desenvolvimento da metodologia		
	Cães e gatos	Cavalos de Carroceiros	Animais em comércio
Atitude do animal	Alerta; apático; prostrado	Alerta; apático; prostrado; hiperreativo	-
Atitude na presença do responsável	Feliz; agressivo; hesitante; calmo; agitado negativamente	Agitado; agressivo; hesitante; prostrado; calmo; alerta; sem alterações	
Atitude na presença humana	Feliz; agressivo; hesitante; calmo; agitado negativamente	Afasta-se; vira a cabeça para longe; não responde; vira a cabeça para o observador; agressivo	
Atitude quando o observador caminha ao lado		Responde de forma amigável; responde de forma agressiva; tenta fugir	
Reação ao toque do observador		Recua; demonstra interesse; agressivo, sem alterações	
O animal tenta escoicear?	-	Sim; não	-
Avaliação dos sentimentos de forma geral			Agitados; com medo; entediados; indiferentes; ocupados positivamente; curiosos; felizes
Posição de cauda	Cães: elevada abana; elevada vertical; elevada horizontal; baixa; entre as pernas / Gatos: elevada; baixa; posição lúdica; abanando	Baixa; entre as pernas	
Posição de cabeça	Elevada; abaixada; afronta	Elevada relaxada; elevada retraída; abaixada	
Posição de orelhas	Gatos: eretas abertas para frente; levantadas viradas para os lados; baixas	Elevadas; abaixadas; puxadas para trás	
Contato ocular direto?	Sim; não	-	-
Pelos dorsais ou de cauda eriçados?	Sim; não	-	-
Desejo de acompanhar	Acompanha sem hesitar; acompanha hesitando; não acompanha; afasta-se	-	-
Vocalização	Cão: late; chora; rosna; não vocaliza / Gato: ronrona; mia; resmunga; rosna; silvo; não vocaliza	-	Sim; não
Contato direto com pessoas?	Sim; não	-	Sim; não

Todos os animais foram avaliados de acordo com a sua atitude, considerando a atitude geral do animal, a atitude na presença do avaliador e na presença do proprietário. No decorrer do desenvolvimento da metodologia foram realizadas modificações na avaliação da atitude do animal com o proprietário e com a presença humana. A opção “agitado positivamente” foi alterada para “feliz”, com o intuito de deixar o julgamento mais claro e objetivo. O animal foi classificado como “feliz” na presença de um conjunto de indicadores, como a interação positiva com avaliador e responsável, abanar de cauda e desejo de acompanhar (FIGURA 12C).



FIGURA 12. ILUSTRAÇÃO DA AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL COMO PARTE DA AVALIAÇÃO DA LIBERDADE PSICOLÓGICA DA PROPOSTA DE METODOLOGIA DE PERÍCIA EM BEM-ESTAR DE CÃES DOMICILIADOS E SEMI-DOMICILIADOS NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE CONTROLE DE ZOONOSES E BEM-ESTAR ANIMAL, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, 2011. FOTO: JANAINA HAMMERSCHMIDT, 2011.

A primeira versão da ficha não continha mensurações de comportamento específicas para gatos, como posição de cauda e orelhas e vocalização, o que limitava o acesso a informações importantes sobre esta espécie. As mensurações de comportamento de equinos foram baseadas no trabalho desenvolvido por Pritchard e colaboradores (2005).

Algumas recomendações específicas sugerem que no cenário de comércio de animais verifique-se a presença de placas informativas solicitando que as pessoas não toquem nos animais. Além de ser uma potencial fonte de estresse, pode ser uma forma de veicular agentes infecciosos. No cenário de cavalos de carroceiros sugere-se questionar o responsável com relação à utilização de chicote durante o trabalho, pois além de provocar dor é um ato

diretamente relacionado à ocorrência de medo e que é negativo do ponto de vista do bem-estar do animal.

O comprometimento severo de pelo menos uma das demais liberdades foi registrado nessa liberdade, sendo considerado determinante para a restrição da liberdade psicológica, pois se considerou a presença de sentimentos negativos derivados destas restrições e provável sofrimento do indivíduo. Outro fator determinante para a restrição severa dessa liberdade foi a ocorrência de medo, evidenciada pelos indicadores comportamentais utilizados. A liberdade foi considerada moderadamente restrita para a ocorrência de restrição moderada das demais liberdades.

3.5. DEFINIÇÃO DO LIMITE DE ACEITABILIDADE

O preenchimento da ficha foi baseado no conhecimento científico acerca da avaliação de bem-estar animal. O grau de bem-estar foi dividido em uma escala de cinco graus: muito alto, alto, regular, baixo e muito baixo. Graus de bem-estar baixo e muito baixo foram considerados inaceitáveis. Grau de bem-estar regular em situações com alguma restrição, porém aceitáveis desde que com a previsão de correção e consequente incremento do grau de bem-estar. Webster (2005) afirma que as Cinco Liberdades parecem descrever um ideal, porém inatingível estado. Entretanto, elas não devem ser interpretadas como algo absoluto para o cumprimento dos padrões de bem-estar, mas devem ser encaradas como um prático e abrangente guia para avaliar os pontos fortes e fracos de qualquer sistema. Certamente não devem ser consideradas no sentido de que todos os animais devem ser livres de qualquer estresse em todos os momentos, visto que o papel de uma boa manutenção de animais não é eliminar o estresse, mas sim prevenir o sofrimento.

O enquadramento do grau de bem-estar foi realizado pelo julgamento conjunto das cinco liberdades, as quais foram avaliadas, na medida do possível, de forma individualizada. Ao término da avaliação da cada liberdade foi proferido um grau de restrição àquela liberdade, com base nos quesitos estabelecidos, o que compreendeu três níveis de categorias: respeitada, moderadamente restrita e severamente restrita. No início da aplicação da metodologia o parecer de cada liberdade era composto por cinco níveis: (1)

severamente restrita; (2) restrita; (3) moderadamente restrita; (4) moderada e (5) respeitada. Contudo optou-se pela redução destas categorias para facilitar o julgamento de cada liberdade.

Após a determinação do grau de bem-estar foi deliberada a probabilidade de sofrimento do animal, de muito baixa a muito alta. O objetivo dessa deliberação envolveu a necessidade de emissão de parecer vinculado à ocorrência de maus-tratos no momento da avaliação e a identificação das condições responsáveis pela provável ocorrência de sofrimento. Segundo Webster (2005), outro papel das Cinco Liberdades é o de identificar e caracterizar os fatores de risco para um baixo grau de bem-estar.

Ao final da avaliação de bem-estar foi definido um parecer referente à existência de abuso, maus-tratos e crueldade contra o animal, termos diretamente mencionados na Lei de Crimes Ambientais (BRASIL, 1998). Também foi realizado registro fotográfico detalhado dos animais e seu ambiente para sustentar as informações contidas no parecer técnico.

3.6. CONCLUSÃO

A metodologia de perícia em bem-estar animal mostrou-se útil e viável para o diagnóstico de bem-estar dos animais nos diferentes cenários utilizados. O diagnóstico individual parece ser o mais indicado, uma vez que o grau de bem-estar pode diferir entre indivíduos mantidos nas mesmas condições. Esta condição só não foi indicada para o cenário de comércio de animais, no qual, pelo grande número de indivíduos envolvidos, o diagnóstico de grupo otimiza a coleta de informações mais representativas. Dessa forma, a metodologia proposta permitiu a diferenciação de grau de bem-estar em escala compatível com a informação necessária para a tomada de decisão quanto a existência de maus-tratos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Médica Veterinária Gisele Sprea pelo grande apoio para a realização do projeto, às prefeituras de Campo Largo e Pinhais pela permissão para desenvolvimento prático da metodologia no âmbito de suas atividades e à Médica Veterinária Flávia Wolff pela contribuição na proposta de aplicação da metodologia por alunos de medicina veterinária.

REFERÊNCIAS

- ANONYMOUS. Welfare Standards for dairy Cattle, RSPCA, Horsham, 36 p. 1998. Disponível em: <http://www.rspca.org.uk/ImageLocator/LocateAsset?asset=document&assetId=1232726216807&mode=prd>. Acesso em: 13/02/2012.
- BEAVER, B.V. Owner complaints about canine behaviour. **Journal of the American Veterinary Medical Association**, v. 204, p. 1953-1955, 1994.
- BEAVER, B. V. **Comportamento canino**: um guia para veterinários. São Paulo: Roca, 2001.
- BEERDA, B.; SCHILDER, M. B. H.; VAN HOOFF, J. A. R. A. M.; VRIES, H. W. Manifestations of chronic and acute stress in dogs. **Applied Animal Behaviour Science**, v. 52, p. 307-319, 1997.
- BENNETT, P. C.; ROHLF, V. I. Owner-companion dog interactions: Relationships between demographic variables, potentially problematic behaviours, training engagement and shared activities. **Applied Animal Behaviour Science**, v. 102, p. 65-84, 2007.
- BLACHE, D.; TERLOUW, C.; MALONEY, S. K. Physiology. In: ____ APPLEBY, M. C.; MENCH, J. A.; OLSSON, I. A. S. **Animal Welfare**. 2 ed. Nosworthy Way: Wallingford, UK, p. 155-182, 2011.
- BOTREAU, R.; BRACKE, M. B. M.; PERNY, P.; BUTTERWORTH, A; CAPDEVILLE, J.; VAN REENEN, C. G.; VEISSIER, I. Aggregation of measures to produce an overall assessment of animal welfare. Part 2: analysis of constraints. **Animal**, v. 1, n. 8, p. 1188-1197, 2007.
- BRASIL. Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 fev. 1998.
- BROOM, D. M. Indicators of poor welfare. **British Veterinary Journal**, v. 142, p. 524-526. 1986.

BROOM, D. M. The scientific assessment of animal welfare. **Applied Animal Behaviour Science**, v. 20, p. 5-19, 1988.

BROOM, D.M.; FRASER, A.F. **Comportamento e bem-estar de animais domésticos**. 4. ed. Barueri/SP: Manole, 2010.

BROOM, D.M.; MOLENTO, C.F.M. Bem-estar animal: conceitos e questões relacionadas – revisão. **Archives of Veterinary Science**. Curitiba, v.9, n.2, p.1-11, 2004.

BUSSIÈRES, G.; JACQUES, C.; LAINAY, O.; BEAUCHAMP, G.; LEBLOND, A.; CADORÉ, J. L.; DESMAIZIÈRES, L. M.; CUVELLIEZ, S. G.; TRONCY, E. Development of a composite orthopaedic pain scale in horses. **Research in Veterinary Science**, n. 85, p. 294-306, 2008.

BUTTERWORTH, A.; MENCH, J. A.; WIELEBNOWSKI, N. Practical strategies to assess (and improve) welfare. In:____APPLEBY, M. C.; MENCH, J. A.; OLSSON, I. A. S. **Animal Welfare**. 2 ed. Nosworthy Way: Wallingford, UK, 2011. p. 200-214, 328 p.

CASEY, R. A.; BRADSHAW, J. W. S. The assessment of welfare. In: ____ROCHLITZ, I. **The Welfare of Cats**. v. 3. Springer, Dordrecht, p. 23-46, 2007.

COCKRAM, M. S.; HUGHES, B. O. Health and Disease. In:____ APPLEBY, M. C.; MENCH, J. A.; OLSSON, I. A. S. **Animal Welfare**. 2 ed. Nosworthy Way: Wallingford, UK, p. 120-137, 328 p. 2011.

DAWKINS, M.S. Behaviour as a tool in the assessment of animal welfare. **Zoology**, v. 106, p. 383-387, 2003.

FAWC - FARM ANIMAL WELFARE COUNCIL.**Second report on priorities for research and development in farm animal welfare**. London: Ministry of Agriculture, Fisheries and Food, 1993.

FITZPATRICK, J.; SCOTT, M.; NOLAN, A. Assessment of pain and welfare in sheep. **Small Ruminant Research**, v. 62, p. 55-61, 2006.

FRASER, A.F.; BROOM, D. M. **Farm animal behaviour and welfare**. Reino Unido: BallièreTindall, 1990.

FRASER, D., DUNCAN, I. J. H. 'Pleasures' 'pains' and animal welfare: toward a natural history of affect. **Animal Welfare**,v. 7, p. 383–396, 1998.

HETTS, S.; CLARK, J. D.; CALPIN, J. P.; ARNOLD, C. E.; MATEO, J. M. Influence of housing conditions on beagle behaviour. **Applied Animal Behaviour Science**, v. 34, p. 137-155, 1992.

HOSEY, G.; MELFI, V.; PANKHURST, S. **Zoo animals**: behaviour, management, and welfare. Oxford: Oxford University Press. 2009.

KYRIAZAKIS, I; TOLKAMP, B. Hunger and Thirst. In:____ APPLEBY, M. C.; MENCH, J. A.; OLSSON, I. A. S. **Animal Welfare**. 2 ed. Nosworthy Way: Wallingford, UK, p. 44-63, 328 p. 2011.

MERCK, M. D. **Veterinary Forensics**: Animal Cruelty Investigations. Iowa: Melinda Merck, 2007. p. 211, 327 p.

MOLENTO, C.F.M. Repensando as cinco liberdades. In:____ CONGRESSO INTERNACIONAL CONCEITO SEMBEM-ESTAR ANIMAL, 1., Rio de Janeiro. **Resumos**. 2006. Disponível em: <<http://www.labea.ufpr.br/publicacoes/pdf/WSPA%202006%20Cinco%20Liberdades%20portugu%EAs%20-20REPENSANDO%20AS%20CINCO%20LIBERDADES.pdf>> Acesso em: 10/09/2010.

MUNRO, R.; MUNRO, H. M. C. **Animal abuse and unlawful killing**: forensic veterinary pathology. China: Saunders, 2008. 106 p.

PATRONEK, G. Tufts **Care and Condition Scoring Scales**, American Humane Association, 1998.

PATRONEK, G. J. Animal Cruelty, abuse and neglect. In:____ MILLER L, ZAWISTOWSKI, S. I. **Shelter medicine for veterinarians and staff**. Ames, IA: Blackwell, p. 427-450, 2004.

PETHERICK, J. C. Spatial requirements of animals: Allometry and beyond. **Journal of Veterinary Behavior**, v. 2, p. 197-204, 2007.

PRESCOTT, M. J.; MORTON, D. B.; ANDERSON, D.; BUCKWELL, T.; HEATH, S.; HUBRECHT, R.; JENNINGS, M.; ROBB, D.; RUANE, B.; SWALLOW, J.; THOMPSON, P. Refining dog husbandry and care: Eighth report of the BVA(AWF)/FRAME/RSPCA/UFAW Joint Working Group on Refinement. *Laboratory Animals* 38 (Supplement 1): 1-94, 2004.

PRITCHARD, J. C.; LINDBERG, A. C.; MAIN, D. C. J.; WHAY, H. R. Assessment of the welfare of working horses, mules and donkeys, using health and behavior parameters. **Preventive Veterinary Medicine**, v. 69, p. 265-283, 2005.

ROSING, T.; BONDE, M.; SORENSEN, J. T. Aggregating welfare indicators into an operational welfare assessment system: a bottom up approach. **Acta Agriculturae Scandinavica**, Section A, Animal Science, Supplementum 30, p. 53-57, 2001.

SHERMAN, B. L. Pets: Behavior and Welfare Assessment. In:____ **Encyclopedia of Animal Behavior**. Oxford: Academic Press, 2010. p. 691-698.

STAFFORD, K. J. **The welfare of dogs**. Springer, Dordrecht, The Netherlands. 2006.p. 8-11.

THORNTON, G. W. The welfare of excess animals: Status and needs. **Journal of the American Veterinary Medical Association**, v. 200, n. 5, p. 660-662, 1992.

VIÑUELA-FERNÁNDEZ, I.; WEARY, D. M.; FLECKNELL, P. Pain. In:_____ APPLEBY, M. C.; MENCH, J. A.; OLSSON, I. A. S. **Animal Welfare**. 2 ed. Nosworthy Way: Wallingford, UK, p. 64-77, 328 p. 2011.

WALKER, J. K.; DALE, A. R.; EATH, R. B. D.; WEMELSFELDER, F. Welfare assessment in dogs: reducing the invasiveness of welfare assessment methodology through Trial and validation of a qualitative, behavioral-based approach. **Journal of Veterinary Behavior**, v.4, n. 2, 2009.

WEBSTER, J. **Animal Welfare: Limping Towards Eden**. 2 ed. Oxford: Blackwell, 2005. 304 p.

YEATES, J. W.; MAIN, D. Assessment of positive welfare: A review. **The Veterinary Journal**, v. 175, p. 293-300, 2008.

YEATES, J.; MAIN, D. Assessment of companion animal quality of life in veterinary practice and research. **Pet savers Paper**, v. 50, p. 274-281, 2009.

4. DIAGNÓSTICO DE BEM-ESTAR DE CÃES DOMICILIADOS E SEMI-DOMICILIADOS NO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, PARANÁ

RESUMO

Pouco se sabe acerca das condições de bem-estar dos cães que vivem como animais de estimação. O objetivo desse trabalho foi mensurar e comparar o grau de bem-estar e a probabilidade de sofrimento de 71 cães domiciliados (CD) e semi-domiciliados (CS). O grau de bem-estar foi medido por meio de uma metodologia de perícia em bem-estar animal baseada no conceito das Cinco Liberdades. Em 42,0% (21/50) dos CD e em 71,4% (15/21) dos CS o grau de bem-estar foi considerado baixo ou muito baixo. A probabilidade de sofrimento foi alta ou muito alta para 54,0% (27/50) dos CD e para 95,2% (20/21) dos CS. O baixo grau de bem-estar foi determinado por fatores relacionados ao não comprometimento com a guarda do animal, como o não fornecimento de água fresca e de alimentação adequada, acesso à rua sem supervisão e carência de atendimento veterinário, situações que caracterizam negligência. Os CS tiveram mais baixo grau de bem-estar e maior probabilidade de sofrimento que CD.

Palavras-chave: perícia, sofrimento, cinco liberdades

ABSTRACT

Little is known about the conditions of welfare of dogs living as pets. The aim of this study was to measure and compare the level of welfare and the chances of suffering from owned (OD) and owned free-roaming dogs (FD). The welfare was measure by a protocol based on the concept of the Five Freedoms of animal welfare. In 42.0% (21/50) of OD and in 71.4% (15/21) of FD the welfare was considered poor or very poor. The chances of suffering were high or very high for 54.0% (27/50) of OD and 95.2% (20/21) of FD. The poor welfare was determined by factors related to non-commitment to responsible pet guardianship, as the absence of fresh water and adequate food supply, access to the street without supervision and lack of veterinary care, situations that characterize neglect. The FD showed worse levels of welfare and more chances for suffering than OD.

Key-words: protocol, suffering, five freedoms

4.1. INTRODUÇÃO

Apesar da relação entre seres humanos e cães datar de milhares de anos, pouco se sabe acerca das condições de bem-estar dos cães que vivem como animais de estimação. A relação entre os indivíduos geralmente deve beneficiar ambos os envolvidos (STAFFORD, 2006), porém a possibilidade de alto grau de bem-estar para o cão dependerá, além do ambiente que lhe é oferecido, do nível de compreensão e comprometimento do proprietário com as necessidades físicas, psicológicas e comportamentais do animal. Além disso, a grande variação das condições de manutenção dos cães em residências dificulta o acesso às informações (HUBRECHT, 1995). Sendo assim, os problemas de bem-estar dos animais são frequentemente resultado das condições de vida impostas ao animal, que podem ser inconsistentes com o comportamento natural dos indivíduos (WEBSTER, 2005).

É importante conhecer a população de cães com proprietário com relação ao seu grau de bem-estar e cumprimento da guarda responsável para o estabelecimento de programas de educação e punição dos crimes e situações que denotam sofrimento animal (ALIE *et al.*, 2007). Uma das formas de acesso às informações sobre a qualidade de vida dos animais podem ser os programas de esterilização, que constituem uma ferramenta comumente utilizada para controle de populações de cães (FIELDING, 2004; AMAKU *et al.*, 2009). Os programas viabilizam contato direto com a família e fornecem uma contrapartida para as recomendações de incremento do grau de bem-estar dos animais.

Para elencar os problemas de bem-estar de cães é necessário o diagnóstico do grau de bem-estar medindo os efeitos da interação do animal com o seu ambiente e os seus esforços de adaptação (BROOM, 2010). O bem-estar, uma vez que se apresenta como uma característica mensurável, pode ser incluído em uma escala que varia de muito baixo a muito alto por meio do conceito das Cinco Liberdades: (1) Liberdade nutricional, (2) Liberdade ambiental, (3) Liberdade sanitária, (4) Liberdade comportamental e (5) Liberdade psicológica (MOLENTO, 2006). Estas liberdades sugerem o estado ideal de um indivíduo e formam uma estrutura lógica e ampla para análise de

bem-estar dentro de qualquer sistema de criação ou situação em que o animal se encontre.

Sendo assim, o objetivo desse trabalho foi mensurar o grau de bem-estar e a probabilidade de sofrimento de cães domiciliados e semi-domiciliados, comparando os indicadores de bem-estar identificados entre os grupos de cães.

4.2. MATERIAL E MÉTODOS

4.2.1. ANIMAIS AMOSTRADOS

O diagnóstico do grau de bem-estar foi realizado de março a agosto de 2011 em 71 cães inseridos no Projeto “Cuide de Seu Animal” do Setor de Controle de Zoonoses e Bem-estar Animal da Prefeitura de Campo Largo, Paraná. O Projeto faz parte do programa de manejo e controle ético da população de cães e gatos do município, o qual possui como objetivos: (1) educação em saúde ambiental; (2) implantação de um programa para registro e identificação de animais e (3) execução do controle reprodutivo de cães e gatos, por meio da esterilização cirúrgica. O fluxo de animais do Projeto é proveniente do cadastro pelos proprietários na Prefeitura ou conforme demanda existente durante visitas zoossanitárias. Os critérios adotados no Projeto priorizam renda familiar de até dois salários mínimos, fêmeas com idade mínima de cinco meses e vacinação e desverminação atualizadas. A população de cães do município ainda não foi estimada por censo e o conhecimento da amostra representativa é incipiente. Após o cadastro, foi realizada visita domiciliar para avaliação da saúde física dos animais e, nesse momento, ocorreu o julgamento do comprometimento com a guarda responsável do animal por meio de uma metodologia de perícia em bem-estar animal. Alguns animais de famílias com renda muito baixa, confirmada tais condições durante a visita domiciliar, foram vacinados e desverminados pela Prefeitura. O resultado da avaliação da guarda responsável e bem-estar animal permitiu a orientação e solicitação das adequações necessárias para incremento do grau de bem-estar dos animais e posterior autorização para a

esterilização. Todos os animais cadastrados passaram por diagnóstico do grau de bem-estar individual.

Seguindo a classificação da Organização Mundial da Saúde (WHO, 1990), os cães foram qualificados de acordo com o comprometimento da guarda pelo responsável em: (1) cães supervisionados ou controlados, totalmente dependentes e controlados (cães domiciliados - CD), e (2) cães parcialmente supervisionados, são dependentes e parcialmente controlados com oportunidade de acesso à rua sem supervisão (cães semi-domiciliados - CS). Os cães avaliados no trabalho representaram uma amostra da população com proprietários que procuraram o serviço e demonstraram interesse sobre os cuidados com o animal.

4.2.2. INFORMAÇÕES SOBRE OS PROPRIETÁRIOS

Antes da aplicação da ficha de avaliação do grau de bem-estar, foram realizados alguns questionamentos como identificação do proprietário, tempo de permanência do cão com a família, origem do cão e o número de cães e outros animais na residência.

4.2.3. METODOLOGIA DE PERÍCIA EM BEM-ESTAR ANIMAL

O grau de bem-estar dos animais foi medido por meio de uma metodologia baseada no conceito das Cinco Liberdades do Bem-estar Animal (FAWC, 1993), segundo o modelo proposto por Molento (2006). O conceito constitui uma forma de diagnóstico ampla e prática para aplicação a campo. Adicionalmente, algumas propostas do projeto Welfare Quality®, financiado pela União Europeia para melhorar o bem-estar dos animais na cadeia de qualidade dos alimentos, foram incorporadas à ficha de avaliação.

O preenchimento da ficha foi baseado no conhecimento científico acerca da avaliação de bem-estar animal. O grau de bem-estar foi dividido em uma escala de cinco graus: muito alto, alto, regular, baixo e muito baixo. Graus de bem-estar baixo e muito baixo foram considerados inaceitáveis. Grau de bem-estar regular em situações com alguma restrição, porém aceitáveis desde que

com a previsão de correção e consequente incremento do grau de bem-estar. O enquadramento do grau de bem-estar foi realizado pelo julgamento conjunto das Cinco Liberdades, as quais foram avaliadas, na medida do possível, de forma individualizada. Ao término da avaliação da cada liberdade foi proferido um grau de restrição àquela liberdade, com base nos quesitos estabelecidos, o que compreendeu três níveis de categorias: respeitada, moderadamente restrita e severamente restrita.

Após a determinação do grau de bem-estar foi deliberada a probabilidade de sofrimento do animal, de muito baixa a muito alta. Em geral, grau de bem-estar muito baixo denotou probabilidade de sofrimento muito alta e grau de bem-estar muito alto, alto e regular, probabilidade de sofrimento baixa ou alta. Os critérios para a deliberação desse indicador envolveram os indicadores de cumprimento das necessidades básicas dos animais. Todas as situações de comprometimento de alimentação, saúde e comportamentos de alta motivação foram deliberadas como potenciais causadores de sofrimento.

Adicionalmente foi definido um comentário referente à existência de abuso, maus-tratos e crueldade contra o animal, termos diretamente mencionados na Lei de Crimes Ambientais (BRASIL, 1998). Embora haja subjetividade intrínseca em tal deliberação, a proposta é que a transição do diagnóstico de bem-estar para a terminologia legal pode ser enriquecida pela perspectiva do conhecimento técnico. Também foi realizado registro fotográfico detalhado dos animais e seu ambiente para sustentar as informações contidas no parecer técnico. A fim de manter uma avaliação padronizada, todas as observações foram feitas por um mesmo observador.

Para construção da ficha de diagnóstico de bem-estar 56 itens foram escolhidos para representar as cinco liberdades e compor as esferas física, comportamental e psicológica do bem-estar animal, abrangendo indicadores diretos, de observação direta do animal, como quesitos de saúde e comportamento, e indicadores indiretos, como as observações do ambiente onde permanecia o animal e questionamentos ao proprietário (Tabela 9). A idade dos animais foi relatada pelos proprietários. O porte foi classificado como (1) pequeno, animais até 10 kg, (2) médio, animais entre 11 e 25 kg e (3) grande, animais acima de 25 kg (BIOURGE e PIBOT, 2005). O escore corporal

foi avaliado em uma escala de 1 a 5, sendo 1 muito magro e 5 muito gordo (PATRONEK, 1998).

TABELA 9 – COMPOSIÇÃO DA FICHA UTILIZADA PARA DIAGNÓSTICO DE BEM-ESTAR DE CÃES DOMICILIADOS E SEMI-DOMICILIADOS INSERIDOS NO PROGRAMA DE CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS DO SETOR DE CONTROLE DE ZONÓSES E BEM-ESTAR ANIMAL, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, 2011.

Liberdade	Indicadores
Nutricional (6 itens)	1. Diretos: escore corporal 2. Indiretos: itens de alimentação / frequência da alimentação / condições de comedouro / condições de bebedouro / disponibilidade de água fresca
Ambiental (14 itens)	1. Diretos: calos de decúbito 2. Indiretos: permanece dentro ou fora de casa / tamanho da instalação / número de animais presentes na instalação / tempo de permanência em cada ambiente / preso em canil / preso por corrente / presença de abrigo fixo / presença de superfície confortável para descanso / acesso supervisionado à rua / espaço para movimentação / condições de higiene e limpeza / superfícies de contato / superfície cortante e material de risco no ambiente
Sanitária (17 itens)	1. Diretos: presença de secreções / presença de tumor mamário / presença de lesões / presença de ectoparasitas / ocorrência de claudicação / ocorrência de prurido / arqueamento de dorso / condições de pelagem / condições de mucosas / condições de linfonodos / hidratação 2. Indiretos: atendimento veterinário / vacinação / desverminação / uso de anticoncepcionais / histórico de doenças / histórico de prenhez
Comportamental (9 itens)	1. Diretos: comportamentos anormais / estereotipias 2. Indiretos: recursos ambientais / uso dos recursos ambientais / espaço para a execução de comportamentos naturais / atividades comportamentais possíveis / contato social com cães / contato social com animais de outras espécies / possibilidade de brincar
Psicológica (10 itens)	1. Diretos: atitude geral do animal / atitude à presença do avaliador / atitude à presença do responsável / posição de cauda / posição de cabeça / contato ocular direto / pelos dorsais eriçados / desejo de acompanhar / vocalização 2. Indiretos: possibilidade de contato com pessoas (exceto proprietário)

A liberdade nutricional foi considerada severamente restrita na constatação de baixo escore, pois este é um dos indicadores para avaliação do estado nutricional dos animais (STAFFORD, 2006). Também foi considerada severamente restrita nos casos de animais sem água limpa e fresca à sua disposição. Animais com alimentação inadequada e comedouros e bebedouros em condições impróprias de higiene e limpeza tiveram a liberdade classificada como moderadamente respeitada.

A liberdade ambiental foi avaliada em busca de situações que causassem desconforto. Foi considerada severamente restrita para os casos de ausência de abrigo e superfície confortável para descanso, em locais com péssimas condições de higiene e limpeza, nos casos de grande restrição de espaço e nos casos de acesso não supervisionado à rua, não relacionado ao conforto, mas sim aos riscos inerentes a esta condição. A classificação para moderadamente restrita para os casos de comprometimento moderado dos itens avaliados, como inadequação das superfícies em contato com o animal ou alguma restrição de movimento que interferisse no conforto.

As medidas da liberdade sanitária foram selecionadas para obter informações sobre problemas de saúde, como presença de doenças e ferimentos, e de dor nos animais. A liberdade foi considerada severamente restrita na ocorrência de doenças e presença de dor. Foi considerada moderadamente restrita para os animais sem vacinação e vermífugação e nos casos onde o animal estava com alguma lesão leve e com pouca interferência sobre o seu grau de bem-estar. Os indicadores indiretos envolveram o questionamento sobre os cuidados de atendimento veterinário e prevenção de doenças por meio de vacinação e desverminação.

A liberdade comportamental foi mensurada por indicadores indiretos, em sua maioria, e indicadores diretos. Para mensuração da possibilidade de execução do comportamento natural, foram observados alguns itens ambientais, como brinquedos para atividades lúdicas, presença de outros animais no ambiente, o espaço disponível para a execução das atividades comportamentais e a possibilidade de correr e ter contato com o solo. A determinação de restrição da liberdade comportamental seguiu alguns critérios. Considerou-se que a liberdade estaria severamente restrita para os casos de isolamento social, movimentação muito restrita, com impossibilidade de correr

e de executar grande parte dos comportamentos naturais e para os casos nos quais o ambiente não era condizente com as necessidades comportamentais dos animais. A classificação para moderadamente restrita para os casos de alguma restrição de movimento e de execução de comportamentos naturais e ambiente com poucos recursos.

A liberdade psicológica foi avaliada por meio de um conjunto de indicadores que compuseram a provável ocorrência de medo, distresse e quaisquer sentimentos negativos nos animais, incluindo o comprometimento de uma ou mais liberdades como fator limitante dessa liberdade. O medo pode ser definido como uma sensação de desconforto ou constrangimento causada pela proximidade de um objeto ou indivíduo particular (BEAVER, 1994). É um sentimento negativo e sua ocorrência de forma intensa e prolongada constitui sofrimento (FRASER e DUNCAN, 1998). Para a mensuração foi necessário envolver uma variedade de componentes para contemplar a prevalência de sentimentos do indivíduo, como os indicadores descritos na Tabela 1. Os itens de comportamento selecionados para a composição da liberdade psicológica foram baseados na literatura (BEAVER, 2001). Todos os cães foram avaliados de acordo com a sua atitude, considerando a atitude geral do animal, a atitude na presença do avaliador e na presença do proprietário. A observação do comportamento do animal e sua interação com o proprietário foi iniciada no momento da chegada do avaliador à residência. A atitude do animal com o proprietário foi avaliada por meio da solicitação do avaliador para que o proprietário interagisse com seu cão. A posição de cauda não pode ser avaliada em um cão que sofreu caudectomia.

O trabalho foi aprovado pela Comissão de Ética no Uso de Animais do Setor de Ciências Agrárias da UFPR, sob protocolo número 026/2010.

4.2.4. ANÁLISE DOS DADOS

O banco de dados foi analisado de acordo com a prevalência de cada indicador de saúde, de comportamento e de ambiente para os dois grupos de animais no sentido de confrontar o grau de bem-estar dos indivíduos. Foram calculadas as frequências das categorias dos itens das fichas. Para os valores

de idade dos animais, tempo de permanência com o responsável e número de animais na residência foi utilizado o cálculo de mediana (mínimo / máximo), pois os dados não apresentaram distribuição normal. Os testes escolhidos para dados não-paramétricos foram o Qui-quadrado, para respostas “sim ou não” e Mann-Whitney para comparar variáveis com mais de duas opções de respostas (VIEIRA, 2003).

4.3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.3.1. ANIMAIS AMOSTRADOS

Foram avaliados 71 cães, compreendendo 50 CD (70,4%) e 21 CS (29,6%). Em censo realizado em São Paulo, 82,7% dos cães eram totalmente restritos, 7,2% eram semi-restritos e 10,1% não tinham restrição (PARANHOS, 2002). Já no interior de São Paulo, 60,7% dos cães eram restritos e 32,0% semi-restritos (ALVES *et al.*, 2005). Assim, embora os cães avaliados neste estudo não representem a população do município por causa dos critérios de seleção, a proporção entre CD e CS estudados está dentro da realidade nacional. Além disso, os proprietários que procuraram o serviço para esterilização provavelmente passaram por um processo de reflexão da importância da ação ou mesmo não desejam que o número de cães em suas residências aumente.

Com relação ao sexo, 87,3% (62/71) eram fêmeas e 12,7% (9/71) eram machos, sendo que as fêmeas tinham prioridade no projeto, o que explica a diferença entre os gêneros.

A mediana da idade dos cães foi de 2,0 anos (0,3/13,0), sendo de CD de 2,0 (0,5/7,0) e de CS de 2,5 anos (0,3/13,0). A maioria dos cães eram jovens (FIGURA 13). Cerca de 40% (18/45) dos CD tinham idade inferior a um ano, enquanto que em CS esse número foi de 25% (05/20). A mediana da idade de CD foi menor que de CS, talvez pela preocupação mais precoce destes proprietários em esterilizar os seus animais, evidenciado pela representatividade de cães com idade inferior a um ano. A idade mais comum para a puberdade nas fêmeas caninas é de seis a nove meses, enquanto em

machos varia entre seis e 18 meses (BEAVER, 2001). Por isso, a prioridade no projeto por animais até um ano de idade é importante para esterilização anterior ao período fértil.

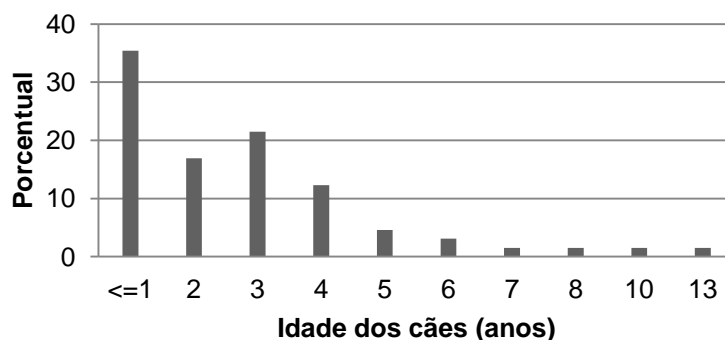


FIGURA 13. DISTRIBUIÇÃO DA IDADE DOS 71 CÃES AVALIADOS PARA DIAGNÓSTICO DE BEM-ESTAR NO PROGRAMA DE CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS DO SETOR DE CONTROLE DE ZONÓSES E BEM-ESTAR ANIMAL, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, 2011.

Com relação ao porte, 54,9% (39/71) dos animais eram de pequeno porte, 38% (27/71) de médio porte e 7,0% (05/71) de grande porte. Quanto à raça, 88,7% (63/71) dos animais eram sem raça definida (SRD), sendo que todos os cães com raça definida eram CD. Alie *et al.* (2007) em estudo realizado na Dominica, uma das ilhas do Caribe com menor grau de desenvolvimento, tinham como objetivo conhecer a população de cães domiciliados do local. Encontraram 46,3% (69/148) dos cães sem raça definida. O baixo poder aquisitivo da população local pode dificultar o acesso e o interesse por animais com raça definida (SILVANO, 2010).

4.3.2. INFORMAÇÕES SOBRE OS PROPRIETÁRIOS

Em relação aos proprietários, 73,2% (52/71) foram do sexo feminino e 26,8% (19/71) do sexo masculino. A guarda dos CD foi exercida em maior número por mulheres (84%, 42/50) em relação aos CS (47,6%, 10/21) ($p < 0,05$), sugerindo que proprietários do sexo feminino talvez exerçam maior cuidado sobre a guarda de seu animal. Tal resultado está de acordo com o relatado por Herzog *et al.* (1991), que em estudo observaram que as mulheres tinham atitudes mais positivas em relação ao bem-estar de animais que homens.

A mediana do tempo de permanência dos animais com o proprietário foi de 12 meses (0,5/120). A mediana foi menor em CD (12 meses - 0,5/72) que em CS (13 meses - 3,0/120), demonstrando que os proprietários de CS procuraram a castração mais tardiamente ou não tiveram possibilidade de tal atendimento anteriormente.

A origem dos animais foi 67,6% (48/71) dos cães adotados, 15,5% (11/71) presenteados, 14,1% (10/71) provenientes de crias na própria residência, 1,4% (01/71) comprados e em 1,4% (01/71) dos casos os proprietários não souberam informar. Dos cães adotados, 37,4% (18/48) foram retirados das ruas, 25% (12/48) foram adotados de amigos ou familiares, 25% (12/48) foram adotados na feira de adoção da Sociedade Protetora dos Animais de Campo Largo (SPACL), 6,3% (03/48) foram abandonados na residência e 6,3% (03/48) eram cães comunitários. Alie *et al.* (2007) identificaram que menos de 20% dos cães foram adquiridos por compra e que a maioria foi recebida como presente. Os resultados da origem dos cães em Campo Largo revelaram um cenário importante de adoção no município, pois mais da metade dos cães foram adotados. Além disso, por se tratar de famílias com renda mais baixa, talvez haja maior dificuldade para a compra dos animais.

O número de cães por residência variou de 1 a 41, com mediana de 4. Todos os domicílios possuíam pelo menos um cão. Três proprietários eram colecionadores de animais e, pelo grande número de animais envolvidos, tiveram preferência para esterilização. Um colecionador de animais é definido com alguém que acumula grande número de animais, ultrapassando a sua capacidade de oferecer os cuidados mínimos necessários, como condições sanitárias, nutricionais e cuidados veterinários (MERCK, 2007). Em censo realizado no interior do estado de São Paulo, Alves *et al.* (2005) encontraram em média 1,6 cães por domicílio, considerando que em 52,5% dos domicílios visitados o morador afirmou possuir pelo menos um cão. Canatto (2010), em São Paulo, e Molento *et al.* (2005) no noroeste do Paraná, também encontraram em média 1,6 cães por domicílio. Fielding e Plumridge (2005), em trabalho realizado nas Bahamas, identificaram média de 1,81 cães por residência. No presente estudo 36% (26/71) dos proprietários relataram possuir

cães e gatos, similar ao estudo de Signal e Taylor (2006), no qual a combinação cão e gato como animais de estimação foi a mais comum.

4.3.3. DIAGNÓSTICO DE BEM-ESTAR

Quatro das liberdades, exceto a liberdade comportamental, diferiram entre os grupos ($p < 0,05$) sempre com melhores indicadores de bem-estar para o grupo de CD (TABELA 10). Apesar da liberdade comportamental não diferir entre CD e CS, os resultados sugerem problemas, uma vez que apenas metade dos CD teve a liberdade respeitada.

TABELA 10. PARECER DAS CINCO LIBERDADES EM CÃES DOMICILIADOS (CD) E SEMI-DOMICILIADOS (CS) AVALIADOS NO CONTEXTO DO PROGRAMA DE CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS DO SETOR DE CONTROLE DE ZONÓSES E BEM-ESTAR ANIMAL, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, 2011.

Liberdades	Parecer					
	Liberdade Respeitada		Liberdade Moderadamente restrita		Liberdade Severamente restrita	
	CD (%, número de cães)	CS (%, número de cães)	CD (%, número de cães)	CS (%, número de cães)	CD (%, número de cães)	CS (%, número de cães)
Nutricional*	72,0 (36)	23,8 (05)	22,0 (11)	14,3 (03)	6,0 (03)	61,9 (13)
Ambiental*	48,0 (24)	9,5 (02)	34,0 (17)	33,3 (07)	18,0 (09)	57,1 (12)
Sanitária	60,0 (30)	14,3 (03)	30,0 (15)	66,7 (14)	10,0 (05)	19,0 (04)
Comportamental ^{NS}	50,0 (25)	67,7 (14)	33,0 (18)	33,3 (07)	14,0 (07)	0,0 (0)
Psicológica	32,0 (16)	19,0 (04)	44,0 (22)	23,8 (05)	24,0 (12)	57,1 (12)

*: Diferença significativa entre os CD e CS ($p < 0,05$, teste Mann-Whitney). ^{NS}: Diferença não significativa ($p > 0,05$, teste Mann-Whitney).

O diagnóstico de bem-estar e a probabilidade de sofrimento diferiram entre CD e CS ($p < 0,05$) (TABELA 11). Os CS apresentaram grau de bem-estar mais baixo que CD. Em 42,0% (21/50) dos CD o grau de bem-estar foi considerado baixo ou muito baixo, enquanto que em CS esse número foi de 71,4% (15/21). O grau de bem-estar de CS foi provavelmente mais baixo que aquele de CD por fatores relacionados ao não comprometimento com a guarda do animal. Indicadores de cuidados básicos como fornecimento de água fresca, alimentação adequada, acesso à rua supervisionado e atendimento veterinário foram mais baixos no grupo CS. Entretanto, os resultados da avaliação de bem-estar de todos os cães não foram otimistas com relação aos animais, pois muitos fatores contribuíram para a ocorrência de sofrimento, como ausência de

água fresca disponível, baixo escore corporal, ausência de superfície confortável para descanso, falta de cuidados sanitários e evidências de medo.

Os resultados desse estudo referem-se apenas às famílias participantes, a extrapolação para a população de cães não é recomendável, uma vez que as amostras foram sujeitas a critérios e seleção prévia. Ferreira e Sampaio (2010), em trabalho realizado em Belo Horizonte, Minas Gerais, avaliaram o grau de bem-estar de 60 cães domiciliados baseando-se em dados sobre o cão e dados sócio-econômicos, na caracterização do sistema de criação e na avaliação física e comportamental do animal. Como resultado, 56,6% (33/60) dos cães estava com grau de bem-estar pobre, semelhante a este trabalho.

Foi determinada a probabilidade de sofrimento do animal, a qual foi diferente entre os grupos ($p < 0,05$), com 54,0% dos CD e 95,2% (20/21) dos CS com probabilidade de sofrimento alta ou muito alta.

TABELA 11. DIAGNÓSTICO DO GRAU DE BEM-ESTAR E DA PROBABILIDADE DE SOFRIMENTO EM CÃES DOMICILIADOS (CD) E SEMI-DOMICILIADOS (CS) AVALIADOS NO CONTEXTO DO PROGRAMA DE CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS DO SETOR DE CONTROLE DE ZONÓSES E BEM-ESTAR ANIMAL, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, 2011.

Diagnóstico		CD (%, número de cães)	CS (%, número de cães)
Grau de bem-estar	Muito alto	10,0 (05)	0,0 (0)
	Alto	26,0 (13)	19,0 (04)
	Regular	22,0 (11)	9,5 (02)
	Baixo	22,0 (11)	38,1 (08)
	Muito baixo	20,0 (10)	33,3 (07)
	Total	100,0 (50)	100,0 (21)
Probabilidade de sofrimento	Muito baixa	0,0 (0)	0,0 (0)
	Baixa	46,0 (23)	4,8 (01)
	Alta	36,0 (18)	61,9 (13)
	Muito alta	18,0 (09)	33,3 (07)
	Total	100,0 (50)	100,0 (21)

*Diferença significativa para $p < 0,05$ entre cães domiciliados e semi-domiciliados.

Neste trabalho, após diagnóstico e identificação dos pontos críticos de bem-estar, os proprietários foram orientados sobre as correções necessárias por meio de um documento com recomendações para incremento do grau de bem-estar e diminuição de sofrimento baseado nas Cinco Liberdades. Identificando os problemas de bem-estar pode-se seguir para a fase de

informação das intervenções necessárias. Alie *et al.* (2007) concluíram que os proprietários devem ser estimulados a aumentar o nível de cuidados de saúde oferecido para seus cães, bem como prover a esterilização de seus animais para auxiliar no controle populacional. Além disso, procurou-se estimular uma boa relação e aumento do vínculo entre os envolvidos, por meio da orientação dos proprietários para a prática de passeios periódicos, brincadeiras e demais interações positivas.

4.3.3.1. LIBERDADE NUTRICIONAL

A liberdade nutricional foi mensurada buscando-se a presença de fome, sede e subnutrição (TABELA 12). Todos os indicadores avaliados foram estatisticamente diferentes entre os grupos, revelando maior atendimento dos indicadores da liberdade nutricional em CD.

TABELA 12. LIBERDADE NUTRICIONAL DE CÃES DOMICILIADOS (CD) E SEMI-DOMICILIADOS (CS) AVALIADOS NO CONTEXTO DO PROGRAMA DE CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS DO SETOR DE CONTROLE DE ZOONOSES E BEM-ESTAR ANIMAL, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, 2011.

Avaliação da liberdade nutricional	CD (n = 50) (%, número de cães)	CS (n = 50)	Teste estatístico entre os grupos (valor de p)
Indicadores indiretos			
Alimentação a base de ração**	52,0 (26)	33,3 (07)	<0,05
Água fresca disponível*	96,0 (48)	42,9 (09)	<0,05
Bebedouros limpos**	64,0 (32)	14,3 (03)	<0,05
Comedouros limpos*	68,0 (34)	28,6 (06)	<0,05
Indicadores diretos			
Escore corporal (escala de 1 a 5)**			
1-2	6,0 (03)	42,9 (09)	<0,05
3	58,0 (29)	42,9 (09)	<0,05
4-5	36,0 (18)	14,3 (03)	<0,05

*Dados avaliados pelo teste do Qui-quadrado; **Dados avaliados pelo teste de Mann-Whitney.

Os CD apresentaram maior número de indivíduos alimentados com ração (52,0%, 26/50) em comparação com os CS (33,3%, 07/21). Os proprietários de 36,0% (18/50) dos CD e de 38,1% (08/21) dos CS declararam alimentar os animais com ração e comida caseira e 28,6% (06/21) dos CS eram alimentados exclusivamente com comida caseira. Langoni *et al.* (2011) em estudo realizado em 99 domicílios de Botucatu, São Paulo, relataram que 28% dos entrevistados alimentavam seus cães com ração e comida caseira e

83% unicamente com ração. Na Dominica (ALIE *et al.*, 2007), 75% dos cães recebiam comida caseira para cachorro e 23% ração comercial. A grande variedade de produtos no mercado para cães e gatos tem facilitado o acesso às rações comerciais pela população. É importante que cães sejam alimentados com ração, pois o valor nutricional de restos de alimentos, comumente relatados neste trabalho por proprietários de CS, pode ser baixo (STAFFORD, 2006). Segundo Broom e Fraser (2010) os proprietários às vezes presumem que os alimentos que eles gostam serão bons para os cães; porém nessas condições os cães podem facilmente receber alimentação inadequada, especialmente com pouca fibra, principalmente quando os próprios proprietários não têm alimento adequado para si mesmos.

Ocorreu disponibilidade de água fresca para 42,9% (09/21) dos CS. Este número foi preocupante, pois a disponibilidade de água fresca constitui um dos atendimentos básicos das necessidades dos animais. Ao serem questionados sobre a ausência de água alguns proprietários declaravam o esquecimento da disponibilização de água no dia da visita, mas que sempre o fazem. Alie *et al.* (2007) encontraram 93,9% (139/148) dos cães domiciliados avaliados com acesso diário à água. Comer e beber são os comportamentos naturais que tem maior efeito na sobrevivência de um indivíduo. Por esta razão a premissa “livre de fome e sede” consta como a primeira das Cinco Liberdades (KYRIAZAKIS e TOLKAMP, 2011). O não provimento de alimentação adequada, água, abrigo, espaço e cuidados sanitários caracterizam negligência (MERCK, 2007; MUNRO e MUNRO, 2008) e estabelece limitações ao grau de bem-estar dos animais, uma vez que os submete a condições de estresse e fome (KYRIAZAKIS e TOLKAMP, 2011).

A frequência diária de alimentação dos cães não diferiu entre os grupos. A maioria (36,6% - 26/71) dos animais era alimentada duas vezes ao dia ou recebia alimentação à vontade (25,3% - 18/71). Tais resultados diferem daqueles de Alie *et al.* (2007), no qual nem todos os cães eram alimentados diariamente por sua família, sendo que 92,6% dos cães eram alimentados uma vez ao dia.

A presença e as condições de limpeza de comedouros e bebedouros foram avaliadas. Dos CD, 2,0% (01/50) e 10,0% (05/50) não tinham acesso a bebedouros e comedouros, sendo que em CS esses valores foram 14,3%

(03/21) e 38,1% (08/21), respectivamente. Os piores resultados para CS podem sugerir quadro de negligência.

Os resultados de avaliação de escore corporal demonstraram que 42,9% (09/21) dos CS estavam com baixo escore corporal, situação decorrente de alimentação insuficiente ou mal equilibrada ou ainda algum processo patológico. Ao contrário, em Araucária, Paraná, (VARGAS *et al.*, 2011), no diagnóstico de bem-estar de 10 cães comunitários, não foram identificados animais com baixo escore corporal. Cerca de 60% deles estava com excesso de peso, o que determinou que a liberdade fosse classificada como moderadamente respeitada. Esse resultado para CS parece evidenciar a falta de compromisso com a guarda responsável, pois esses animais dependem de seu proprietário para alimentação adequada. Os cães comunitários, entretanto, parecem receber maiores cuidados de seus mantenedores.

A maioria dos CD apresentou escore corporal ideal (58,0%) ou elevado (36%). É de responsabilidade dos proprietários a investigação sobre os motivos do baixo escore corporal, do contrário classifica-se como negligência, pois fornece uma indicação clara da adequação da nutrição recente e fornece sinais de que o animal pode estar sendo privado de nutrição adequada (PATRONEK, 2004; MUNRO e MUNRO, 2008), situação observada com os proprietários de CS. As situações que provocam estresse prolongado, como a fome crônica, prejudicam o grau de bem-estar dos cães (BEERDA *et al.*, 1997; BEERDA *et al.*, 1999). Da mesma forma os animais com escore corporal acima do recomendado também podem ter consequências negativas sobre o seu grau de bem-estar, uma vez que tem efeito prejudicial sobre a sua longevidade, qualidade de vida e saúde, visto que muitas doenças estão associadas com a obesidade (STAFFORD, 2006).

Os fatores determinantes para a restrição severa da liberdade nutricional para o grupo de CS foram as evidências de fome, identificadas pela mensuração do escore corporal, e a falha na disponibilização de água fresca para os cães, duas situações de negligência e graves para o bem-estar dos animais. A liberdade foi considerada moderadamente restrita nos casos de alimentação inadequada, o que incluiu frequência, qualidade e tipo de alimento, animais com escore corporal elevado e para condições de higiene inadequadas de comedouros e bebedouros.

4.3.3.2. LIBERDADE AMBIENTAL

O ambiente do animal será positivo para o bem-estar do animal se prover condições adequadas para o seu conforto, como limpeza, abrigo e superfície confortável para descanso. A avaliação da liberdade ambiental (TABELA 13) apresentou algumas diferenças entre os grupos nos itens considerados na avaliação de desconforto.

TABELA 13. LIBERDADE AMBIENTAL DE CÃES DOMICILIADOS (CD) E SEMI-DOMICILIADOS (CS) AVALIADOS NO CONTEXTO DO PROGRAMA DE CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS DO SETOR DE CONTROLE DE ZONÓSES E BEM-ESTAR ANIMAL, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, 2011.

Avaliação da liberdade ambiental	CD (n = 50) (%, número de cães)	CS (n = 50)	Teste estatístico entre os grupos (valor de <i>p</i>)
Indicadores indiretos			
Animal com acesso ao interior da casa e ao quintal**	52,0 (26)	19,0 (04)	<0,05
Animal permanece no interior da casa	4,0 (02)	0,0 (0)	<0,05
Animal com acesso somente ao quintal**	44,0 (22)	81,0 (17)	<0,05
Presença de abrigo*	96,0 (48)	100,0 (21)	NS
Presença de cama*	92,0 (46)	47,6 (10)	<0,05
Preso em corrente em momentos do dia**	6,0 (03)	23,8 (05)	NS
Preso em canil em momentos do dia**	2,0 (01)	0,0 (0)	NS
Movimentação respeitada**	66,0 (33)	76,2 (16)	NS
Condições de higiene e limpeza ótimas ou boas**	72,0 (36)	42,9 (09)	<0,05
Acesso à rua sozinho*	19,0 (04)	100,0 (21)	<0,05
Indicadores diretos			
Presença de calos de decúbito*	8,0 (04)	14,3 (03)	NS

NS: diferença não significativa. *Dados avaliados pelo teste do Qui-quadrado; **Dados avaliados pelo teste de Mann-Whitney.

Os CD tinham mais acesso livre ao interior e ao quintal da casa que CS, que permaneciam mais no quintal, talvez por existir maior vínculo entre proprietário e cão domiciliado. Fielding e Plumridge (2005), em estudo realizado nas Bahamas, observaram que a maioria dos cães (73,0% de 429) eram mantidos no quintal da casa e 24,5% eram mantidos na parte interna da casa. Canatto (2010) observou em São Paulo que o local mais frequente de manutenção dos cães era o quintal (49%). Sugere-se que em Campo Largo o número menor de cães que permanecem somente no interior da casa deva-se pelo alto número de residências com quintal amplo. Somente uma família visitada residia em apartamento. Todos os cães com acesso ao interior e ao

quintal da casa eram de pequeno e médio porte, o que indica que cães menores podem ter maior probabilidade de acesso ao interior da casa.

A presença de abrigo não diferiu entre os grupos, apresentando resultados positivos do ponto de vista do bem-estar do animal. O abrigo é importante para auxiliar no controle da temperatura corporal ideal (PATRONEK, 2004), o que contribui para sua saúde e bem-estar.

Os CS foram menos beneficiados pela presença de cama em comparação com CD, pois mais da metade dos cães não tinha acesso a cama. A presença de cama ou superfície confortável para descanso e a presença de calos de decúbito no animal auxiliam na avaliação do conforto do ambiente. A avaliação do ambiente geralmente fornece as informações mais críticas nos casos de negligência (MERCK, 2007) e os resultados evidenciaram que proprietários de CS foram descuidados na provisão de ambiente adequado para seus animais.

Com relação ao acesso à rua, 35,2% (25/71) dos proprietários relataram que seus cães tinham acesso não supervisionado à rua. Os proprietários de CD relataram que esporadicamente o cão tinha acesso à rua por fuga ou irresponsabilidade dos moradores da residência. Sobre os CS, todos tinham livre acesso à rua. Langoni *et al.* (2011) observaram que 53,7% dos proprietários afirmaram que seu cão tinha acesso à rua. Destes, 69,4% tinham acesso livre às ruas, sem supervisão. O acesso à rua sozinho comprometeu o parecer da liberdade ambiental, uma vez que submete o animal a muitos riscos, como atropelamento, agressões e doenças, prejudicando o seu grau de bem-estar (THORNTON, 1992).

Apesar dos CS terem livre acesso à rua, em alguns momentos do dia seus proprietários os mantêm presos, principalmente em corrente (23,8% - 05/21), resultado semelhante ao estudo de Alie *et al.* (2007), que observaram cerca de 25,0% dos cães amarrados por corrente. A restrição de movimento pode causar desconforto e interferir diretamente nas possibilidades comportamentais dos animais, o que representa um ponto crítico para o bem-estar dos cães. Além disso, a esfera psicológica pode ser comprometida na ocorrência de sentimentos negativos, como tédio e frustração pela limitação de movimento.

O item “movimentação respeitada” não foi diferente entre os grupos. Oitenta e dois por cento (41/50) dos CD e 100% (21/21) dos CS tinham espaço para correr. Os CS tinham movimentação facilitada pelo livre acesso à rua. Já os domiciliados, mesmo em ambiente restrito, tinham sua liberdade de movimentação respeitada. Os proprietários dos CS precisam ser orientados para que impeçam o acesso não supervisionado à rua. Situações recorrentes devem ser encaminhadas como situações de maus-tratos para punição dos responsáveis.

O ambiente no qual os CS estavam inseridos apresentou condições de higiene piores em comparação ao ambiente dos CD ($p < 0,05$). Em 28% (14/50) das residências dos CD o ambiente estava com condições de higiene e limpeza ruins ou péssimas. Para CS esse resultado foi de 57,2% (12/21). Foram observados entulhos, restos de construção, dejetos dos animais e demais materiais que indicaram sujeira e ambiente mal cuidado. Ferreira e Sampaio (2010) observaram 95% (57/60) dos domicílios de CD com higienização satisfatória. Casos de negligência frequentemente apresentam ambientes fétidos, com sujidades como urina e fezes, e com materiais perigosos (MERCK, 2007). A manutenção de condições adequadas de higiene do ambiente é elemento essencial para a minimização de problemas de saúde, o que inclui limpeza de comedouros e bebedouros, retirada de fezes e limpeza do ambiente como um todo (PRESCOTT *et al.*, 2004).

Os fatores predominantes para a restrição da liberdade ambiental no grupo de CS foram os riscos do acesso livre à rua e ausência de superfície confortável para descanso, o que configura negligência.

4.3.3.3. LIBERDADE SANITÁRIA

Os resultados demonstraram que a falta de cuidados com a saúde dos cães é motivo de preocupação, principalmente para CS, dos quais 14,3% (03/21) dos proprietários afirmaram levar seus cães ao médico veterinário e 28,6% (06/21) afirmaram que os animais eram vacinados, o que sugere negligência com os cuidados básicos da saúde do animal (TABELA 14). Cerca de 86% (43/50) dos CD eram vacinados. O cenário dos animais devidamente vacinados foi otimista em relação ao estudo de Alie *et al.* (2007), no qual 12,8%

dos cães receberam vacina e 56,1% dos proprietários não lembravam se o cão havia sido vacinado. Em estudo por Langoni *et al.* (2011), 28,8% dos proprietários entrevistados alegaram levar seus animais de estimação periodicamente ao médico veterinário e 71,2% o fazem somente quando o animal está doente. Apesar de nas últimas décadas ter ocorrido um aumento dos cuidados com a saúde de cães, especialmente pela ampliação de sua importância como animal de estimação (STAFFORD, 2006), os resultados foram desfavoráveis para os animais envolvidos. Falta de recursos financeiros, relatada pelos proprietários, ou ignorância da importância dos cuidados de saúde podem ser explicações para estes resultados, o que sugere a necessidade de promoção da guarda responsável no sentido de orientar a população sobre os cuidados com a saúde dos animais, bem como a promoção de campanhas de vacinação e desverminação.

No município de Campo Largo existem clínicas veterinárias, incluindo o atendimento de menor custo oferecido pela Sociedade Protetora dos Animais. Entretanto, a busca pelo atendimento veterinário depende da escolha e possibilidades do proprietário, mesmo sendo uma obrigação. Consequentemente há necessidade de levar a educação de forma mais ativa, especialmente para os proprietários de CS a fim de reforçar a importância e obrigação da garantia de saúde ao animal, o que inclui os cuidados sanitários.

Os resultados mais expressivos entre os indicadores de avaliação direta do animal foram pelagem opaca e/ou arrepiada e a presença ectoparasitas, lesões e secreções (TABELA 14). A puliciose, por exemplo, pode causar sofrimento e comprometer o grau de bem-estar, uma vez que causa desconforto pela irritação provocada na pele, podendo comprometer o tempo de descanso (COCKRAM e HUGUES, 2011). A maioria das secreções foi de origem vulvar, decorrente de cio ou suspeita de piometra, sendo que na triagem do projeto para castração, fêmeas com qualquer sinal clínico relatado pelo proprietário inseriam-se como prioritárias.

TABELA 14. LIBERDADE SANITÁRIA DE CÃES DOMICILIADOS (CD) E SEMI-DOMICILIADOS (CS) INSERIDOS NO PROGRAMA DE CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS DO SETOR DE CONTROLE DE ZOONOSES E BEM-ESTAR ANIMAL, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, 2011.

Avaliação da liberdade sanitária	Porcentual (número) em cada grupo		Teste estatístico entre os grupos (valor de p)
	CD (n = 50)	CSD (n = 21)	
Indicadores indiretos			
Atendimento veterinário*	78,0 (39)	14,3 (03)	<0,05
Animais vacinados*	86,0 (43)	28,6 (06)	<0,05
Animais desverminados*	94,0 (47)	66,7 (14)	<0,05
Indicadores diretos			
Presença de claudicação*	4,0 (02)	0,0 (0)	NS
Presença de dorso arqueado*	0,0 (0)	9,5 (02)	NS
Presença de lesões*	22,0 (11)	42,9 (09)	NS
Presença de secreções*	16,0 (08)	28,6 (06)	NS
Pelagem opaca e/ou arrepiada**	24,0 (12)	60,7 (14)	<0,05
Animais desidratados**	0,0 (0)	4,8 (01)	NS
Mucosas hipocoradas**	4,0 (02)	4,8 (01)	NS
Presença de ectoparasitas*	64,0 (32)	81,0 (17)	<0,05
Alterações em linfonodos**	14,0 (07)	9,5 (02)	NS

NS: não significativo. *Dados avaliados pelo teste do Qui-quadrado (2x2); **Dados avaliados pelo teste de Mann-Whitney.

Alguns cães demonstraram sinais de comprometimento físico, como lesões, e comportamental, como claudicação e arqueamento de dorso. Informações sobre como o animal se sente ou se está doente são baseadas em observações comportamentais, clínicas e outras baseadas no conhecimento da biologia do animal e de experiência positivas e negativas (BROOM e FRASER, 2010).

A desidratação foi pouco visualizada nos animais, apesar de mais da metade dos CS não possuírem água fresca disponível. A desidratação é um dos sinais clínicos de períodos prolongados de sede (WEBSTER, 2005). É provável que os cães avaliados tenham acesso à outras fontes de água que não a sua própria residência.

Não houve diferença entre os grupos para a ocorrência de gestações. Das 46 fêmeas domiciliadas, 28,3% (13) já tiveram crias, sendo que a maioria (61,5% - 08/13) teve uma cria. Cinquenta por cento (08/16) das fêmeas semi-domiciliadas já tiveram crias, sendo que três animais tiveram uma cria e as demais tiveram duas ou três. O acesso à rua facilita a reprodução entre os animais, porém 43,8% (07/16) das fêmeas semi-domiciliadas receberam anticoncepcional como prevenção de crias indesejadas, sendo que uma das fêmeas recebeu seis aplicações durante a sua vida. Os resultados foram

estatisticamente diferentes para fêmeas domiciliadas, das quais 13% (06/46) receberam anticoncepcional por conviverem na residência com cães machos. Também, talvez os proprietários das fêmeas semi-domiciliadas restrinjam o seu acesso à rua no período de cio, mas esta informação não foi obtida.

O fator predominante para a restrição da liberdade sanitária foi a negligência com os cuidados com a saúde dos animais, como atendimento veterinário, vacinação e desverminação. A restrição moderada foi predominantemente estabelecida nas situações de ocorrência de lesões e outras alterações clínicas leves. Entretanto, um aspecto importante é a consideração de que boa saúde não implica necessariamente em alto grau de bem-estar, uma vez que outros aspectos estão envolvidos neste contexto. É relevante também o fato de que um animal com baixo grau de bem-estar tem maiores chances de adoecer (COCKRAM e HUGUES, 2011).

4.3.3.4. LIBERDADE COMPORTAMENTAL

Os resultados foram semelhantes entre os grupos (TABELA 15), diferindo somente na presença de brinquedos para os cães, na qual os resultados foram mais positivos para CD. A presença de brinquedos no ambiente é particularmente importante no caso de cães que vivem privados da convivência social de outros cães (REID *et al.*, 2004), situação que ocorreu com 14,1% (10/71) dos cães avaliados. Cães gostam de brincar e isso facilita o convívio com seres humanos (STAFFORD, 2006), além de propiciar aumento do vínculo entre proprietário e cão. As avaliações para a “possibilidade de brincar” revelaram percentuais altos dentro dos dois grupos, semelhante a outro estudo, no qual 85% (51/60) dos CD interagiam com seus proprietários por meio de brincadeiras (FERREIRA e SAMPAIO, 2010). Nesta avaliação foram incluídas as possibilidades de brincadeira com os proprietários e com os demais animais da residência. As atividades compartilhadas entre cão e proprietário e o vínculo positivo estabelecido entre eles contribui para a elevação do grau de bem-estar dos animais (BENNETT e ROHLF, 2007). As brincadeiras são essenciais nessa relação e os cães são uns dos poucos mamíferos que brincam com outras espécies, sendo importante essa interação independentemente do contato com outros cães (STAFFORD, 2006).

TABELA 15. LIBERDADE COMPORTAMENTAL DE CÃES DOMICILIADOS (CD) E SEMI-DOMICILIADOS (CS) INSERIDOS NO PROGRAMA DE CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS DO SETOR DE CONTROLE DE ZONÓSES E BEM-ESTAR ANIMAL, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, 2011.

Avaliação da liberdade comportamental	Porcentual (número) em cada grupo		Teste estatístico entre os grupos (valor de <i>p</i>)
	CD (n = 50)	CS (n = 21)	
Indicadores indiretos			
Presença de brinquedos no ambiente*	46,0 (23)	4,8 (01)	<0,05
Presença de outros animais*	84,0 (42)	76,2 (16)	NS
Presença de outros cães*	84,0 (42)	90,5 (19)	NS
Espaço disponível para movimento e expressão dos comportamentos naturais**	64,0 (32)	76,2 (16)	NS
Alguma restrição de espaço e atividades comportamentais limitadas**	28,0 (14)	0 (0)	NS
Grande restrição de espaço e impossibilidade de expressão dos comportamentos naturais**	8,0 (04)	23,8 (05)	NS
Possibilidade de correr*	82,0 (41)	81,0 (17)	NS
Possibilidade de contato com o solo*	88,0 (44)	100,0 (21)	NS
Possibilidade de brincar*	81,6 (40)	85,7 (18)	NS
Indicadores diretos			
Ocorrência de comportamentos anormais*	24,0 (12)	23,8 (05)	NS

NS: não significativo. *Dados avaliados pelo teste do Qui-quadrado (2x2); **Dados avaliados pelo teste de Mann-Whitney.

A avaliação de interação social revelou que 85,9% (61/71) dos animais tinham contato social com cães dentro da própria residência, fato positivo do ponto de vista do bem-estar dos animais. O comportamento social de CD é dependente do que é determinado pelo proprietário, pois o animal permanece submetido ao ambiente oferecido. Os cães podem precisar mais que um ser humano ou outro cão para satisfazer sua motivação social (STAFFORD, 2006). Ferreira e Sampaio (2010) concluíram que os cães parecem ficar mais calmos e vivazes quando tem outro animal como companheiro, com maior grau de bem-estar em relação aos que vivem sozinhos. O isolamento social de cães pode ser tão ou mais nocivo que a restrição espacial para o grau de bem-estar dos animais (HETTS *et al.*, 1992). Neste trabalho, a mediana de cães por residência foi de quatro animais, sendo que na maioria dos casos havia mais de um cão por residência. Dos CD, 16% (08/50) encontrava-se em isolamento social, situação que comprometeu o parecer da liberdade comportamental para severamente restrita.

Os resultados para “espaço disponível para execução do comportamento natural” não diferiram entre os grupos. Para favorecimento do animal, foi definido neste trabalho que o ambiente deveria, no mínimo, permitir espaço para correr. A determinação do espaço ideal necessário é uma tarefa difícil, pois deve levar em conta as necessidades comportamentais do animal, as quais ainda não estão bem definidas (STAFFORD, 2006; YEATES, 2011). A falta de espaço também reduz comportamentos importantes como correr e caminhar (BEERDA *et al.*, 1999b). Dos CD, 18% (09/50) não tinham espaço para correr, o que denotou baixo grau de bem-estar. Cerca de 23,8% (05/21) dos CS tiveram a avaliação da possibilidade de execução dos comportamentos naturais, como correr, prejudicada pelos momentos nos quais o proprietário restringe os seus movimentos prendendo-os por corrente em períodos no dia. Nestes cinco casos a possibilidade de movimentação foi classificada como “grande restrição de espaço e impossibilidade de expressão dos comportamentos naturais”. Esses animais foram considerados semi-domiciliados, pois, apesar de em alguns momentos terem seus movimentos restritos, na maior parte do tempo tinham livre acesso à rua. Ferreira e Sampaio (2010) relataram que dos 60 domicílios visitados, 96,7% foram considerados satisfatórios no que tange o espaço disponibilizado para o desempenho das atividades do animal.

O ambiente foi investigado quanto à presença de itens de enriquecimento, como casinhas e brinquedos, exceto comedouros e bebedouros. Os resultados revelaram ambientes pouco enriquecidos, dos quais 42% (21/50) e 14,3% (03/21) possuíam algum item de enriquecimento para uso de CD e CS, respectivamente. Quase metade (46% - 23/50) dos proprietários dos CD oferecia brinquedos para os cães, enquanto que em CS esse resultado foi de 4,8% (01/21). Quando o animal vive em ambiente inadequado e demonstra sinais de comportamentos anormais é geralmente recomendável que o ambiente seja enriquecido para permitir que o animal desenvolva outras atividades comportamentais (STAFFORD, 2006). Ambientes que não atendem as suas necessidades físicas e/ou sociais propiciam mudanças de comportamento e ocorrência de estresse (PRESCOTT *et al.*, 2004). Principalmente no caso dos CS pode-se sugerir a ocorrência de estresse e

sentimentos negativos como frustração e tédio pela limitação de atividades comportamentais naturais em um ambiente sem recursos.

Com relação à prática de passeios com o proprietário 33,3% (17/51) dos proprietários de CD afirmaram passear com seus cães. Nenhum proprietário dos CS levava seu cão para passeios. Em pesquisa realizada na Austrália, 66% dos respondentes afirmaram levar seus cães para passeios (KOBELT, 2004). No Brasil, Ferreira e Sampaio (2010) identificaram que 46,7% (28/60) dos proprietários de CD praticavam passeios. Esta prática, além de promover uma contribuição significativa para os níveis de atividade física, contribui para o incremento do vínculo entre o proprietário e seu animal (CUTT *et al.*, 2008).

A ocorrência de comportamentos anormais não diferiu entre CD (14,0% - 07/50) e CS (14,3% - 03/21). Porém, uma baixa prevalência de comportamentos anormais não necessariamente é indicativo de que as condições impostas ao animal estejam boas, uma vez que muitos cães que vivem em condições muito restritivas e que não tem condições de executar comportamentos naturais de alta motivação podem não exibir comportamentos anormais (STAFFORD, 2006). Os comportamentos anormais verificados foram sinais evidentes de medo do avaliador e do proprietário, hiperatividade, apetite reduzido e sucção anormal. Uma avaliação mais minuciosa dos cães poderia revelar maior ocorrência de comportamentos anormais, porém o tempo de visita é curto para tal. Talvez fosse possível incluir alguns questionamentos ao proprietário que revelassem a ocorrência destes comportamentos. Os problemas comportamentais podem causar impactos físicos e psicológicos negativos sobre o grau de bem-estar do animal. Podem ser derivados de ambiente inadequado e prejudicar a relação entre proprietário e cão (STAFFORD, 2006).

A agressividade não foi considerada um comportamento anormal, porém pode ser entendida como não desejável no contexto dos animais de estimação. Atos de agressão podem representar problemas para os cães e seus proprietários, mas não são estritamente considerados anormais (WEBSTER, 2005). A agressão é uma ameaça de comportamento perigoso orientada a um indivíduo (BEAVER, 1994) e esteve presente em 12% (06/50) dos CD e em 9,5% (03/21) dos CS. Beaver (1994) encontrou como principal problema comportamental a agressividade, seguido de latidos, comportamentos de

mastigação e de cavar. Ferreira e Sampaio (2010) consideraram 16,7% (10/60) dos cães domiciliados agressivos. Em três CD e dois CS a agressividade pareceu estar associada ao medo, pois os animais evidenciaram sinais de hesitação na presença do avaliador, tornando-se agressivos no momento da avaliação física. É importante conhecer o histórico de interação do cão com seres humanos e outros animais para auxiliar no esclarecimento destes comportamentos.

4.3.3.5. LIBERDADE PSICOLÓGICA

Os indicadores utilizados na avaliação da liberdade psicológica não diferiram entre os grupos, exceto para a avaliação da possibilidade de contato com outras pessoas além do proprietário, no qual CD apresentaram maior restrição de contato (Tabela 16). Os grupos também apresentaram diferenças para o item “comprometimento severo de alguma liberdade”, no qual o grupo de CS apresentou maior comprometimento das demais liberdades (66,7% - 14/21) em relação aos CD (38% - 19/50).

Um dos fatores categóricos para a maior restrição desta liberdade em CS foi a maior ocorrência de restrição de outras liberdades. A provável ocorrência de fome, por exemplo, principalmente em CS, comprometeu esta liberdade, uma vez que a fome é um problema de bem-estar importante para cães (STAFFORD, 2006). O comprometimento severo de pelo menos uma das demais liberdades foi considerado determinante para a restrição da liberdade psicológica, pois se considerou a presença de sentimentos negativos derivados destas restrições e provável sofrimento do indivíduo.

A atitude geral revelou animais alertas (85,9%), mas três CS (14,3%) estavam apáticos e com sinais clínicos de lesão ou doença. Nestes casos a ocorrência de apatia provavelmente esteve ligada à questões sanitárias. Na presença do avaliador, a maioria dos animais se demonstrou feliz (50,7% - 36/71), com cabeça em posição elevada (83,1% - 59/71), sendo que 56,3% (40/71) dos cães abanaram a cauda. A posição da cauda pode indicar medo e ansiedade, sendo que cães ansiosos ou que estejam interagindo de forma positiva podem abanar a cauda (PRESCOTT *et al.*, 2004); no entanto, sua avaliação isolada não fornece informações precisas sobre o estado do animal.

O eriçamento de pelos não foi observado em 97,2% (69/71) dos cães, os quais os mantém eriçados principalmente em situações de defesa ativa (BEAVER, 2001), como nos indivíduos que se apresentaram agressivos. A maioria dos cães manteve contato ocular direto (80,3% - 57/71) e 53,5% (38/71) dos cães não hesitaram em acompanhar o avaliador ao serem chamados, já que cães com medo tenderiam a fugir (PRESCOTT *et al.*, 2004).

TABELA 16. LIBERDADE PSICOLÓGICA DE CÃES DOMICILIADOS (CD) E SEMI-DOMICILIADOS (CS) INSERIDOS NO PROGRAMA DE CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS DO SETOR DE CONTROLE DE ZOONOSES E BEM-ESTAR ANIMAL, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, 2011.

Avaliação da liberdade psicológica	Porcentual (número) em cada grupo		Teste estatístico entre os grupos (valor de <i>p</i>)
	CD (n = 50)	CSD (n = 21)	
Indicadores indiretos			
Local permite contato com pessoas*	48,0 (24)	100,0 (21)	<0,05
Comprometimento severo de outras liberdades*	38,0 (19)	66,7 (14)	<0,05
Indicadores diretos			
Atitude alerta**	88,0 (44)	81,0 (17)	NS
Atitude apática**	0,0 (0)	14,3 (03)	NS
Hesitante na presença do avaliador**	22,0 (11)	28,6 (06)	NS
Calmo na presença do avaliador**	20,0 (10)	9,5 (02)	NS
Feliz na presença do avaliador**	50,0 (25)	52,4 (11)	NS
Hesitante na presença do proprietário**	14,3 (07)	42,1 (08)	NS
Calmo na presença do proprietário**	34,7 (17)	47,4 (09)	NS
Feliz na presença do proprietário**	50,0 (25)	10,5 (02)	NS
Cauda elevada abanando**	60,0 (30)	47,6 (10)	NS
Cauda baixa**	24,0 (12)	23,8 (05)	NS
Cabeça elevada**	86,0 (43)	76,2 (16)	NS
Contato ocular direto*	84,0 (42)	71,4 (15)	NS
Pelos dorsais eriçados*	2,0 (01)	4,8 (01)	NS
Acompanha sem hesitar**	54,0 (27)	52,4 (11)	NS
Acompanha hesitando**	12 (06)	4,8 (01)	NS
Não acompanha**	28,0 (14)	33,3 (07)	NS

NS: não significativo. *Dados avaliados pelo teste do Qui-quadrado (2x2); **Dados avaliados pelo teste de Mann-Whitney.

Na presença do proprietário, 38,2% (26/68) dos cães permaneceram calmos, porém um animal aparentemente tranquilo pode não estar com alto grau de bem-estar (FERREIRA e SAMPAIO, 2010). Os CS apresentaram-se mais hesitantes na presença do proprietário do que CD, bem como menor número de cães aparentemente felizes. Este resultado sugere que o vínculo entre proprietário e CS pode não ser o desejável. Os animais demonstram comportamento de medo quando são expostos a um manejo e interação com seres humanos de forma inadequada (ROUSING *et al.*, 2001). Cães

demonstram medo pelo seu comportamento, como orelhas para baixo e para trás, cabeça baixa e ausência de contato com os olhos. Cauda entre as pernas pode indicar sinais de medo (PRESCOTT *et al.*, 2004). O medo se torna uma importante questão de bem-estar quando a resposta comportamental é provocada por estímulos não perigosos e torna-se excessivamente intensa ou longa, ou quando a resposta do proprietário é inadequada, como a punição (STAFFORD, 2006). O diagnóstico da qualidade de vínculo entre ser humano-animal é importante para adoção de medidas de incremento no grau de bem-estar, pois na ausência de vínculo do proprietário com o seu animal há pouca motivação para adoção de melhorias para a qualidade de vida do animal. Além disso, a privação de conforto emocional para o animal pode ser considerado um ato de negligência (MUNRO e MUNRO, 2008). Pode-se supor que o acesso à rua pelos CS propicie experiências negativas de agressão com pessoas estranhas. Uma investigação mais acurada sobre a relação entre proprietários e cães é desejável, dada a necessidade de informações mais detalhadas da interação ser humano-animal no domicílio a fim de promover e refinar o vínculo positivo entre proprietário e cão.

4.4. CONCLUSÃO

O comprometimento com a guarda dos cães atuou significativamente sobre o grau de bem-estar dos animais, pois os cães semi-domiciliados tiveram mais baixo grau de bem-estar e maior probabilidade de sofrimento que cães domiciliados. Entretanto, os resultados da avaliação de bem-estar de todos os cães não foram otimistas com relação aos animais. É importante que estratégias para diagnóstico de bem-estar de cães sejam implementadas com o propósito de verificar os pontos críticos e viabilizar o alívio de sofrimento e o incremento da qualidade de vida dos animais.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Médica Veterinária Gisele Sprea pelo grande apoio para a realização do projeto e à Prefeitura de Campo Largo pela permissão para desenvolvimento prático da metodologia no âmbito de suas atividades.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M. C. G. P.; MATOS, M. R.; REICHMANN, N. L.; DOMINGUEZ, M. H. Dimensionamento da população de cães e gatos do interior de São Paulo. **Revista de Saúde Pública**, v. 39, n. 6, p. 891-897, 2005.
- AMAKU, M.; DIAS, R. A.; FERREIRA, F. Dinâmica populacional canina: potenciais efeitos de campanhas de esterilização. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 25, p. 300-304, 2009.
- BEAVER, B. V. **The Veterinarian's Encyclopedia of Animal Behavior**. Ames, IA: Iowa State University Press, 1994.
- BEAVER, B. V. Owner complaints about canine behaviour. **Journal of the American Veterinary Medical Association**, v. 204, p. 1953-1955, 1994.
- BEAVER, B. V. **Comportamento canino: um guia para veterinários**. São Paulo: Roca, 2001.
- BEERDA, B.; SCHILDER, M. B. H.; HOOFF, J. A. R. A. M.; VRIES, H. W. Manifestations of chronic and acute stress in dogs. **Applied Animal Behaviour Science**, v. 52, p. 307-319, 1997.
- BEERDA, B.; SCHILDER, M. B. H.; HOOFF, J. A. R. A. M.; VRIES, H. W.; MOL, J. A. Chronic Stress in Dogs Subjected to Social and Spatial Restriction. I. Behavioral Responses. **Physiology and Behavior**, v. 66, p. 233-242, 1999.
- BENNETT, P. C.; ROHLF, V. I. Owner-companion dog interactions: Relationships between demographic variables, potentially problematic behaviours, training engagement and shared activities. **Applied Animal Behaviour Science**, v. 102, p. 65-84, 2007.
- BIOURGE, V.; PIBOT, P. **A nutrição sob medida**. Paris: Royal Canin, 2005. 12 p.
- BRASIL. Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Publicada no Diário Oficial da União em 13 de fevereiro de 1998.
- COCKRAM, M. S.; HUGHES, B. O. Health and Disease. In: ____APPLEBY, M. C.; MENCH, J. A.; OLSSON, I. A. S. **Animal Welfare**. 2 ed. Nosworthy Way: Wallingford, UK, p. 120-137, 2011, 328 p.
- CUTT, H.; GILES-CORTI, B.; KNUIMAN, M. Encouraging physical activity through dog walking: Why don't some owners walk with their dog? **Preventive Medicine**, v. 46, p. 120-126, 2008.
- FAWC - FARM ANIMAL WELFARE COUNCIL. Second report on priorities for research and development in farm animal welfare. London: Ministry of Agriculture, Fisheries and Food, 1993.

FERREIRA, S. A.; SAMPAIO, I. B. M. Relação homem-animal e bem-estar do cão domiciliado. **Archives of Veterinary Science**, v. 15, p. 22-35, 2010.

FIELDING, W. J. Observations on dog welfare in eight Caribbean territories. Retrieved May 16, 2005. Disponível em: http://www.hsi.org/assets/pdfs/eng_Fielding_caribbean_observations.pdf. Acesso em: 04 de janeiro de 2012. 2004.

FIELDING, W. J.; PLUMRIDGE, S. J. Characteristics of owned dogs on the Island of New Providence, the Bahamas. **Journal of Applied Animal Welfare Science**, v. 8, p. 245-260, 2005.

FRASER, D., DUNCAN, I. J. H. 'Pleasures' 'pains' and animal welfare: toward a natural history of affect. **Animal Welfare**, v. 7, p. 383–396, 1998.

HERZOG, H.; BETCHART, N.; PITTMAN, R. Sex role identity and attitudes toward animals. **Anthrozoös**, v. 4, p. 184–192, 1991.

HETTS, S.; CLARK, J. D.; CALPIN, J. P.; ARNOLD, C. E.; MATEO, J. M. Influence of housing conditions on beagle behaviour. **Applied Animal Behaviour Science**, v. 34, p. 137-155, 1992.

HUBRECHT, R. The welfare of dogs in human care. In:____**The Domestic Dog, its evolution, behaviour and interaction with people**, edited by J. Serpell. Cambridge University Press, Cambridge, England. p. 179-198, 1995.

KOBELT, A. J. The behaviour and welfare of pet dogs in suburban backyards. Unpublished PhD thesis. University of Melbourne, Australia. 2004.

KYRIAZAKIS, I; TOLKAMP, B. Hunger and Thirst. In:____APPLEBY, M. C.; MENCH, J. A.; OLSSON, I. A. S. **Animal Welfare**. 2 ed. Nosworthy Way: Wallingford, UK, p. 44-63, 2011, 328 p.

LANGONI, H.; TRONCARELLI, M. Z.; RODRIGUES, E. C.; NUNES, H. R. C.; HARUMI, V.; HENRIQUES, M. V.; SILVA, K. M.; SHIMONO, J. Y. Conhecimento da população de Botucatu-SP sobre guarda responsável de cães e gatos. **Veterinária e Zootecnia**, v. 18, n. 2, p. 297-305, 2011.

MERCK, M. D. **Veterinary Forensics: Animal Cruelty Investigations**. Iowa: Melinda Merck, 2007. 327 p. (página 211).

MOLENTO, C. F. M.; INOE, A. P.; REGO, M. I. C.; LAGO, E.; MEZA, S. K. L.; LEME, M. C.; MOLENTO, M. B. Controle populacional de cães e gatos em dez vilas rurais do Paraná, Brasil. **Arquivos de ciências veterinárias e zoologia da Unipar**, v. 8, n. 1, p. 25-31, 2005.

MOLENTO, C.F.M. Repensando as cinco liberdades. I Congresso Internacional Conceitos em Bem-estar Animal, Rio de Janeiro, Anais (Resumo). 2006. Disponível em:

<<http://www.labea.ufpr.br/publicacoes/pdf/WSPA%202006%20Cinco%20Liberdades%20portugu%EAs%20-20REPENSANDO%20AS%20CINCO%20LIBERDADES.pdf>> Acesso em 10 de setembro de 2010.

MUNRO, R.; MUNRO, H. M. C. **Animal abuse and unlawful killing: forensic veterinary pathology**. China: Saunders, 2008. 106 p.

PARANHOS, N. T. Estudo das populações canina e felina em domicílio, Município de São Paulo, 2001. 2002. 83 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

PATRONEK, G. Tufts Care and Condition Scoring Scales, American Humane Association, 1998.

PATRONEK, G. J. Animal Cruelty, abuse and neglect. In:____MILLER L, ZAWISTOWSKI, S. I. **Shelter medicine for veterinarians and staff**. Ames, IA: Blackwell, p. 427-450, 2004.

PRESCOTT, M. J.; MORTON, D. B.; ANDERSON, D.; BUCKWELL, T.; HEATH, S.; HUBRECHT, R.; JENNINGS, M.; ROBB, D.; RUANE, B.; SWALLOW, J.; THOMPSON, P. Refining dog husbandry and care: Eighth report of the BVA(AWF)/FRAME/RSPCA/UFAW Joint Working Group on Refinement. *Laboratory Animals* 38 (Supplement 1): 1-94, 2004.

REID, P.; GOLDMAN, J.; ZAWISTOWSKI, S. Animal Shelter Behavior Programs. In:____MILLER L, ZAWISTOWSKI, S. I. **Shelter medicine for veterinarians and staff**. Ames, IA: Blackwell, p. 317-332, 2004.

ROUSING, T., BONDE, M., SORENSEN, J. T. Aggregating welfare indicators into an operational welfare assessment system: a bottom-up approach. **Acta Agr. Scand. A: An Supl.** 30, 53–57, 2001.

STAFFORD, K. J. **The welfare of dogs**. Springer, Dordrecht, The Netherlands. p. 8-11. 2006.

SCOTT, E. M.; FITZPATRICK, J. L.; NOLAN, A. M.; REID, J.; WISEMAN, M. L. Evaluation of welfare state based on interpretation of multiple indices. **Animal Welfare**, v. 12, p. 457-468, 2003.

SIGNAL, T. D.; TAYLOR, N. Attitudes to animals: demographics within a community sample. **Society & Animals**, v. 14, p. 147-157, 2006.

THORNTON, G. W. The welfare of excess animals: Status and needs. **Journal of the American Veterinary Medical Association**, v. 200, n. 5, p. 660-662, 1992.

VARGAS, L.; WOLF, F. M.; MOLENTO, C. F. M. **Cão comunitário de Araucária: aspectos de bem-estar, vínculo com mantenedor e aceitação**

pela comunidade. Trabalho apresentado na II Conferência Internacional de Medicina Veterinária do Coletivo, São Paulo, 2011.

VIEIRA, S. Bioestatística: tópicos avançados. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 216p. 5ª reimpressão, pg 15-22, 2003.

WEBSTER, J. **Animal Welfare: Limping Towards Eden.** 2 ed. Oxford: Blackwell, 2005. 304 p.

WHO. World Health Organization. WHO Expert Consultation on Rabies, **WHO Technical Report Series**, 931, First Report, 2005.

YEATES, J. W. Maximising canine welfare in veterinary practice and research: a review. **The Veterinary Journal**, 2011.

YEATES, J.; MAIN, D. Assessment of companion animal quality of life in veterinary practice and research. **Petsavers Paper**, v. 50, p. 274-281, 2009.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de desenvolvimento e aplicação da metodologia de perícia em bem-estar animal proposta neste estudo elucidou a necessidade de implementação de tais práticas nos diferentes cenários de manutenção de animais, visto a frequente ocorrência de sofrimento e possibilidade de maus-tratos.

Foi possível conhecer o perfil das denúncias nas três instituições estudadas, embora com limitações referentes à desuniformidade de conteúdo nas denúncias registradas. Os cães foram os animais mais acometidos e as principais causas de denúncia envolveram situações de abandono e de negligência, vinculadas ao não comprometimento com a guarda responsável do animal. O trabalho de diagnóstico de bem-estar de cães demonstrou que o não comprometimento com a guarda responsável atuou significativamente sobre o grau de bem-estar dos animais, pois os cães semi-domiciliados tiveram mais baixo grau de bem-estar e maior probabilidade de sofrimento que cães domiciliados. Entretanto, os resultados da avaliação de bem-estar de todos os cães não foram otimistas com relação aos animais, pois muitos fatores contribuíram para a ocorrência de sofrimento.

A metodologia de perícia mostrou-se útil e viável para o diagnóstico de bem-estar dos animais nos diferentes cenários utilizados, pois permitiu a diferenciação de grau de bem-estar em escala compatível com a informação necessária para a tomada de decisão quanto a existência de maus-tratos. Assim, parece importante que estratégias para diagnóstico de bem-estar sejam implementadas com o propósito de verificar os pontos críticos e auxiliar na deliberação acerca de situações de maus-tratos. Dessa forma se pode refinar a tomada de decisão e viabilizar o alívio de sofrimento e o incremento da qualidade de vida dos animais.

APÊNDICES

APÊNDICE A.....	108
APÊNDICE B.....	118
APÊNDICE C.....	121
APÊNDICE D.....	125
APÊNDICE E.....	127
APÊNDICE F.....	132

APÊNDICE A

Exemplo das recomendações para incremento do grau de bem-estar dos
animais em um estabelecimento de comércio



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
LABORATÓRIO DE BEM-ESTAR ANIMAL
SETOR DE CONTROLE DE ZONÓSES DA PREFEITURA DE CAMPO
LARGO-PR

RECOMENDAÇÕES PARA INCREMENTO DO GRAU DE BEM-ESTAR DOS
ANIMAIS DO AVIÁRIO “XXXXXX” – RELATÓRIO PARCIAL DOS ANIMAIS
OBSERVADOS

Estabelecimento: XXXX

Endereço: XXXX

Data e hora da avaliação: XXXX

Responsável pelo estabelecimento: XXXX

Foi realizada visita ao Aviário “XXXXXX” para avaliação do grau de bem-estar de animais mantidos para comércio no estabelecimento. Foram constatados alguns pontos críticos em relação ao grau de bem-estar dos animais como:

- Bebedouros e comedouros em péssimas condições de higiene e ausência de água fresca disponível para os animais (Figuras 1, 2, 3 e 4);
- Oferta de bebedouros e comedouros inadequada para o número de animais (Figuras 6 e 7);
- Inadequação do tamanho das gaiolas para os animais observados (Figura 5);
- Gaiolas com higiene precária (Figuras 4, 6, 8 e 9);
- Malha de gaiolas inadequadas para o tamanho dos animais (Figuras 8 e 9).



Figura 1. Bebedouro das codornas observadas.



Figura 2. Bebedouro dos frangos observados.



Figura 3. Comedouro dos frangos observados.



Figura 4. Comedouro dos frangos observados.



Figura 5. Tamanho inadequado da gaiola.



Figura 6. Superlotação e higiene inadequada.



Figura 7. Codornas



Figura 8. Malha da gaiola inadequada para as codornas.



Figura 9. Malha da gaiola inadequada para o animal, que está com lesões nos pés.

As demais observações sobre os problemas identificados e as recomendações para melhoria do grau de bem-estar dos animais no estabelecimento encontram-se abaixo.

RECOMENDAÇÕES PARA TODOS OS ANIMAIS PRESENTES NO ESTABELECIMENTO:

- Manter número adequado de comedouros e bebedouros em todos os recintos, assim como a sua higiene e manutenção.
- Manter todos os bebedouros cheios de água fresca e limpa o tempo todo.
- Melhorar a higiene de comedouros e bebedouros.
- Melhorar a higiene dos recintos, com o recolhimento das fezes mais vezes ao dia.
- Manter a higiene de todos os itens de enriquecimento presentes nos recintos.
- Para cada recinto exibir uma planilha de alimentação (modelo em anexo), contendo quantidade a ser fornecida, assim como o registro da alimentação diária.
- Providenciar para todos os animais proteção contra o vento a ser colocado na porção lateral das gaiolas.
- Atestados de vacinação e vermifugação devidamente assinados pelo médico veterinário, sempre que pertinente, dos animais.
- Enriquecimento ambiental em todos os recintos de acordo com as necessidades comportamentais de cada espécie.
- Manter registro de atendimento médico veterinário e prontuários de atendimento aos animais.
- Providenciar placa informativa “Não toque nos animais” para ser colocada juntamente aos recintos.

RECOMENDAÇÕES PARA OS FRANGOS CAIPIRAS E DE LINHAGEM INDUSTRIAL:

1. Instalações

- Tamanho: as gaiolas dos frangos caipiras observadas no momento da avaliação possuíam $0,25\text{m}^2$ cada e altura de 44cm, sendo inadequadas para a manutenção dos animais, que estavam impossibilitados de manter-se em pé de forma adequada. Dessa forma, adquirir gaiola com no mínimo $0,75\text{m}^2$ para cada duas aves adultas, pois os animais nunca devem ser mantidos

sozinhos. Animais com até 2kg de peso corporal poderão ser alojados em espaço de no mínimo 0,2m² para cada animal, ou seja, cinco aves por metro quadrado.

- Comedouros: oferecer no mínimo 15cm de comprimento de comedouro tipo calha por ave adulta.
- Bebedouros: manter um bebedouro tipo copo para cada oito animais ou 2-3cm lineares de bebedouro para cada animal.
- Piso: preferencialmente deve-se fornecer piso sólido para os animais, com cama de sepilho, palha ou maravalha. Em caso de impossibilidade, pode-se manter os animais em gaiolas, desde que a malha seja de tamanho adequado e que palha seja fornecida como substrato (Figura 10).



Figura 10. Palha para ser utilizada como substrato nas gaiolas.

2. Alimentação

- Fornecer ração para os animais conforme orientação do fabricante;
- Manter a alimentação disponível o tempo todo;
- Enriquecer a alimentação com outros itens, como couve, lascas de madeira e milho (Figuras 11, 12 e 13).



Figura 11. Couve



Figura 12. Lascas de madeira



Figura 13. Milho em grãos

3. Enriquecimento ambiental

Promover enriquecimento do ambiente, adicionando às gaiolas objetos e outros itens para promover maior diversidade de atividades durante a passagem do animal pela loja:

- Poleiros: fornecer o mínimo de 15 cm lineares de poleiro por ave adulta, com três a quatro centímetros de diâmetro (Figura 14). Os poleiros devem

ser livres de material cortante ou de risco e feitos de material antiderrapante uniforme. Devem ser posicionados horizontalmente e em alturas diferentes dentro da instalação;

- Recipientes com areia ou terra: fornecer para que as aves possam tomar banhos. Manter a areia ou terra limpa (Figura 15);
- Objetos para serem bicados: fornecer objetos como maços de barbante e cordas (Figuras 16 e 17). Manter a higiene;
- Ninhos: fornecer para fêmeas a partir da 16ª semana de vida (quatro meses), com espaço suficiente para que a ave caminhe em volta do ninho. O ninho deverá ser coberto para que a ave possa se esconder (Figura 18).



Figura 14. Exemplo de poleiros



Figura 15. Recipiente com areia



Figura 16. Exemplos de maços de cordas



Figura 17. Exemplo de ninho.

4. Socialização

- Manter as aves em grupos e não individualmente. Grupos de cinco a 20 aves são os mais indicados.

5. Instalação adicional

Providenciar a construção de um galinheiro de no mínimo 2 m², respeitando sempre a lotação máxima de duas aves adultas para cada 0,75m², para manutenção dos animais durante os momentos em que o estabelecimento comercial estará fechado, como finais de semana e período noturno. O galinheiro deverá seguir as mesmas considerações descritas para a manutenção dos animais nas gaiolas.

RECOMENDAÇÕES PARA AS CODORNAS

1. Instalações

- Tamanho: as gaiolas das codornas observadas no momento da avaliação possuíam 0,25m² cada e altura de 44cm, sendo inadequadas para a manutenção dos 16 animais observados no momento da avaliação. As codornas poderão ser alojadas em espaço de no mínimo 0,2m² para cada animal, ou seja, cinco aves por metro quadrado. A altura da gaiola deverá ser de no mínimo 30 cm.
- Teto da gaiola: colocar proteção de borracha no teto da gaiola para proteção das codornas durante seus pequenos vôos.
- Comedouros: oferecer no mínimo 7cm de comprimento de comedouro tipo calha por ave adulta.
- Bebedouros: manter um bebedouro tipo copo para cada oito animais ou 2-3cm lineares de bebedouro para cada animal.
- Piso: preferencialmente deve-se fornecer piso sólido para os animais, com cama de sepilho, palha ou maravalha. Em caso de impossibilidade, pode-se manter os animais em gaiolas, desde que a malha seja de tamanho adequado e que palha seja fornecida como substrato. Além disso, no mínimo um terço da área da gaiola deverá conter área sólida para descanso, como uma placa de plástico coberta por palha ou feno.

2. Alimentação

- Fornecer ração para os animais conforme orientação do fabricante;
- Manter a alimentação disponível o tempo todo;
- Enriquecer a alimentação com outros itens, como frutas, grãos, pequenas sementes. Os alimentos podem ser colocados sobre o chão ou escondidos em blocos de feno ou palha.

3. Enriquecimento ambiental

Promover enriquecimento do ambiente, adicionando às gaiolas objetos e outros itens para promover maior diversidade de atividades durante a passagem do animal pela loja:

- Poleiros: fornecer o mínimo de 15 cm lineares de poleiro por ave adulta, com três a quatro centímetros de diâmetro. Os poleiros devem ser livres de material cortante ou de risco e feitos de material antiderrapante uniforme. Devem ser posicionados horizontalmente e em alturas diferentes dentro da instalação;
- Recipientes com areia ou terra: fornecer para que as aves possam tomar banhos. Manter a areia ou terra limpa;
- Objetos para serem bicados: fornecer objetos como maços de barbante, cordas, bolas coloridas, pedras e pinhas (Figuras 18 e 19);



Figura 18. Bolas coloridas



Figura 19. Pedras

- Ninhos: fornecer para fêmeas a partir da 16ª semana de vida (quatro meses), com espaço suficiente para que a ave caminhe em volta do ninho. O ninho deverá ser coberto para que a ave possa se esconder.
- Esconderijos: adicionar escondrijos para as aves dentro da gaiola, como telhas horizontais, plantas artificiais, maços de feno ou palha (Figuras 20, 21 e 22).



Figura 20. Telha



Figura 21. Planta artificial



Figura 22. Feno

4. Socialização

- Manter as aves em grupos e não individualmente. Grupos de cinco a 20 aves são os mais indicados, mantendo sempre a proporção de um macho para cada quatro fêmeas.

5. Instalação adicional

Providenciar a construção de uma baia de no mínimo 2 m², respeitando sempre a lotação máxima de cinco aves por metro quadrado, para manutenção dos animais durante os momentos em que o estabelecimento comercial estará fechado, como finais de semana e período noturno. A baia deverá seguir as mesmas considerações descritas para a manutenção dos animais nas gaiolas.

RESUMO DAS RECOMENDAÇÕES – PASSO A PASSO DAS PRIORIDADES

1. Fornecer água fresca e limpa o tempo todo.
 2. Providenciar gaiolas de tamanho e malha adequados, seguindo as orientações acima.
 3. Melhorar a higiene das instalações, bem como de comedouros e bebedouros.
 4. Fornecer ração para os animais, conforme as orientações do fabricante.
 5. Acrescentar palha ou feno nas instalações.
 6. Fornecer esconderijos, como telhas, arbustos e caixas.
 7. Comedouros: fornecer no mínimo 15cm de comedouro tipo calha para os frangos e no mínimo 7cm para as codornas.
 8. Bebedouros: manter um bebedouro tipo copo para cada 8 animais ou 2-3cm lineares de bebedouro para cada ave.
 9. Fornecer poleiros para os animais.
 10. Fornecer bandejas com areia para banhos de areia.
 11. Para fêmeas a partir de 4 meses de idade fornecer ninhos.
 12. Oferecer objetos para serem bicados como maços de cordas, bolas coloridas e pedras.
 13. Manter os animais em grupo e não isoladamente.
 14. Providenciar a construção de uma área adicional para a manutenção dos animais durante o período em que o estabelecimento permanece fechado.
-

DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA:

1. Lista dos animais comercializados no estabelecimento.
2. Atestados de vacinação e desverminação dos animais presentes no estabelecimento, quando pertinente.
3. Registros dos históricos de procedência dos animais.
4. Descrição dos cuidados com os animais durante os fins de semana.

O prazo para o cumprimento das recomendações supracitadas será de 30 dias.

Ciente de ter recebido as recomendações por escrito:

Responsável pelo estabelecimento comercial

APÊNDICE B

Modelo das recomendações para incremento do grau de bem-estar de cães e
gatos



PROJETO “CUIDE DE SEU ANIMAL”

Orientações para incremento do grau de bem-estar do animal

Nome do Animal: _____ Espécie: _____ N° Cadastro: ____/____

Proprietário: _____ Data da visita: _____ N° ficha: _____

Alimentação

- ☐ Alimentar o animal com ração conforme orientação do fabricante.
- ☐ Alimentar o animal de duas a três vezes por dia.
- ☐ Melhorar a higiene do bebedouro.
- ☐ Melhorar a higiene do comedouro.
- ☐ Manter bebedouro(s) suficiente(s) para o número de animais.
- ☐ Manter um comedouro para cada animal.
- ☐ Manter o bebedouro sempre cheio de água fresca e limpa.

Observações: _____

Ambiente

- ☐ Animal que permanece somente no interior da casa: providenciar passeios diários no quintal da residência ou em área externa (sempre com guia).
- ☐ Aumentar a área destinada ao animal. Descrição: _____
- ☐ Providenciar cama ou cobertores limpos ou local confortável para descanso.
- ☐ Providenciar casinha ou abrigo fixo para proteção contra sol e chuva.
- ☐ Limitar o acesso do animal à rua (somente com guia).
- ☐ Melhorar a higiene do local onde o animal permanece. Descrição: _____
- ☐ Recolher os dejetos do animal mais frequentemente.
- ☐ Animais que permanecem em corrente: providenciar um fio de arame em toda a extensão do terreno para aumentar a área destinada ao animal.
- ☐ Para animais que permanecem presos em canil: providenciar passeios diários no quintal da residência ou em área externa (sempre com guia).
- ☐ Providenciar brinquedos, bolinhas de plástico e/ou garrafas para os animais brincarem.
- ☐ Providenciar caixa de areia para o gato.

Observações: _____

Sanidade

- ☐ Providenciar a vacinação do animal. Deverá ser feita anualmente com o médico veterinário.
- ☐ Providenciar a desverminação do animal.
- ☐ Levar o animal ao médico veterinário para tratamento de lesões e/ou doença.
- ☐ Providenciar a aplicação de medicamento antipulgas.

Observações: _____

Saúde psicológica

- () Para animais que vivem sozinhos: providenciar passeios diários com guia para encontrar outros animais (exemplo: parques, vizinhos).
- () Fazer passeios diários, sempre com a guia.
- () Brincar com o animal sempre que possível. Cães e gatos gostam de brincar durante toda a sua vida.
- () Fornecer carinho sempre.
- () Não agredir os animais.

Outras observações: _____

Eu, _____, comprometo-me a realizar continuamente a Guarda Responsável do meu animal de companhia, seguindo as orientações recebidas durante a visita do Projeto “Cuide de Seu Animal”.

Assinatura do responsável pela avaliação:

APÊNDICE C

Resumo expandido enviado para o 38º Congresso Brasileiro de Medicina
Veterinária

Análise retrospectiva de denúncias de maus-tratos contra animais registradas nos municípios de Campo Largo e Curitiba

Retrospective analyzes of animal abuse in the cities of Campo Largo e Curitiba

Janaina Hammerschmidt¹, Carla Forte Maiolino Molento²

1. Médica Veterinária, Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Veterinárias, UFPR.

2. Médica Veterinária, Docente do Programa de Pós-graduação em Ciências Veterinárias, Coordenadora do Laboratório de Bem-estar Animal (LABEA / UFPR), Rua dos Funcionários, 1540, CEP 80035-050, Curitiba, Paraná.

E-mail: carlamolento@yahoo.com

Resumo: O objetivo foi levantar o histórico de denúncias de maus-tratos registradas nas Sociedades Protetoras dos Animais de Campo Largo (SPACL) e de Curitiba (SPAC) e na Rede de Defesa e Proteção Animal de Curitiba (RDPAC) e analisar a pertinência da ação de profissionais capacitados em tais processos. Os elementos apurados foram espécies animais envolvidas e descrição das denúncias a fim de coletar as informações pertinentes e classificá-las de acordo com as causas e com as Cinco Liberdades (FAWC, 1993). Foi observado que 82,9% das denúncias envolveram cães. As causas mais comuns foram morte, ausência de atendimento veterinário, não fornecimento de alimento e água e abandono. A maioria das ocorrências fez referência às liberdades sanitária e nutricional, embora a avaliação técnica tenha revelado o comprometimento comum da liberdade psicológica. Os resultados sugerem que o enquadramento das situações nas quais se suspeita de maus-tratos deve ser baseado em conhecimento técnico de profissional capacitado em bem-estar animal.

Palavras-chave: bem-estar animal, cães, sofrimento

Summary: The aim of this study was to survey the history of complaints of animal abuse recorded in the Animal Protection Society of Campo Largo and Curitiba and in the Animal Defense and Protection Network of Curitiba, Paraná, and to analyze the relevance of veterinary action in such cases. The data collected were animal species involved, description of complaints and relevant information to classify them according to the causes and the Five Freedoms (FAWC, 1993). It was observed that 82,9% of the allegations involved dogs. The most common causes were death, lack of veterinary care, failure to provide food and water and abandonment. Most of the cases referred to the Freedom of pain, injury and disease and the Freedom of hunger and thirst, although the technical evaluation has revealed the commitment of psychological freedom. The results suggest that the profiling of the situations which are suspected of abuse should be based on technical knowledge of professionals who are trained in animal welfare.

Key words: animal welfare, dogs, suffering

A relação ser humano-animal deve ser mutuamente benéfica (FARACO, 2008), no entanto, interações negativas também tem sido relatadas, como os relatos de ocorrências de maus-tratos contra animais, os quais muitas vezes são vítimas silenciosas de ações criminosas provocadas por seres humanos. Tais atos devem ser investigados e julgados (DANIELL, 2002), porém o sucesso destas iniciativas depende, entre outros, de relato ou denúncia de atos violentos ou cruéis (TAYLOR, 2006). O objetivo deste trabalho foi levantar o histórico de denúncias de maus-tratos contra animais registradas em três instituições envolvidas com a proteção animal nos municípios de Campo Largo e Curitiba, estado do Paraná, e avançar no conhecimento quanto à pertinência da ação de profissionais capacitados em tais processos.

O levantamento retrospectivo foi realizado na SPACL, com denúncias registradas de 2001 a 2009, na SPAC, de 2003 a 2011, e na RDPAC, de 2009 a 2010, no estado do Paraná. Os elementos apurados nas denúncias foram espécies animais

envolvidas, localização geográfica, sentença determinada nos casos de fechamento do processo judicial, descrição breve da denúncia e suas causas. As ocorrências foram classificadas de acordo com as causas, agrupadas em onze categorias e de acordo com as Cinco Liberdades (FAWC, 1993), as quais foram classificadas por meio do relato da denúncia e sua interpretação técnica. Os dados foram estudados por meio de estatística descritiva.

Na SPACL, na SPAC e na RDPAC foram registradas 64, 72 e 104 denúncias de maus-tratos contra animais, respectivamente, com encaminhamento para inquérito policial nas duas primeiras instituições. Na RDPAC as denúncias não foram seguidas de encaminhamento para órgão oficial, uma vez que tal atividade ainda não havia sido iniciada nessa entidade. Dos denunciante, 79,5% foram mulheres, de acordo com autores que afirmam que indivíduos do sexo feminino tem maior propensão a denunciar casos de maus-tratos contra animais (TAYLOR, 2006). Dos denunciados, 72,5% foram homens, os quais são mais propensos a cometer atos de maus-tratos contra animais (HENSLEY e TALLICHET, 2008). Com relação às espécies animais, 82,9% das denúncias envolveram cães, seguido de cavalos (8,6%) e gatos (6,5%), similar ao estudo de Arluke e Luke (1997). O maior número de denúncias com estas espécies talvez esteja relacionado à maior proximidade do ser humano com cães e gatos, por meio do vínculo como animais de companhia. No caso dos cavalos, talvez haja relação com a presença de tração por equinos em condições inadequadas nos municípios estudados. A classificação das causas de denúncias pode ser observada na Tabela 1.

Tabela 1. Causas de denúncia de acordo com o que foi registrado na SPACL, no período de 2001 até 2009, na SPAC, de maio de 2003 a maio de 2011 e na RDPAC, de julho de 2009 a agosto de 2010.

Categorias de denúncias de maus-tratos	Número de ocorrências por causa (porcentual)		
	SPACL	SPAC	RDPAC
Morte do animal	31 (31,3%)	19 (14,5%)	10 (5,6%)
Abandono	21 (21,2%)	13 (9,9%)	32 (18,1%)
Trauma físico, agressão	13 (13,1%)	21 (16%)	13 (7,3%)
Não fornecimento de alimento e água	11 (11,1%)	18 (13,7%)	35 (19,8%)
Ausência de atendimento veterinário	05 (5,1%)	32 (24,4%)	18 (10,2%)
Animal com restrição de espaço	07 (7,1%)	09 (6,9%)	29 (16,4%)
Animal com acesso à rua	05 (5,1%)	-	09 (5,1%)
Ambiente inadequado	04 (4,0%)	05 (3,8%)	18 (10,2%)
Abuso, uso excessivo	01 (1,0%)	04 (3,1%)	02 (1,1%)
Outros	01 (1,0%)	03 (2,3%)	01 (0,6%)
Cães de guarda de empresas, negligência	-	07 (5,3%)	10 (5,6%)
Total	99 (100%)	131 (100%)	177 (100%)

Na SPACL, a principal causa de denúncia foi a morte, com 31,3%; na SPAC esta causa apareceu em terceiro lugar (14,5%) e na RDPAC em quinto (5,6%). Esta alta incidência pode ter ocorrido devido ao registro somente das denúncias consideradas de maior gravidade na SPACL e na SPAC. Dos casos de óbito, 27,9% ocorreram de maneira intencional por envenenamento, seguido por desnutrição e caquexia (13,1%). Houve alta prevalência de abandono nas duas regiões, representando em média 16,0% das denúncias, incluindo abandono em via pública e abandono na antiga residência por ocasião de mudança. O não fornecimento de alimento e água aos animais esteve entre as quatro principais causas de denúncia, com média de 15,7% de todas as causas. Tal situação relaciona-se diretamente com a definição física do bem-estar (WEBSTER, 2005) e tem implicação negativa sobre ele. No presente estudo, grande parte das

ocorrências tratava de negligência, considerada uma forma muito comum de maus-tratos (CROOK, 2000).

A análise das Cinco Liberdades demonstrou que na SPACL e na SPAC a maioria das ocorrências fez referência à liberdade sanitária, uma vez que os casos registrados envolveram com frequência animais feridos e doentes, seguido de apontamentos sobre a liberdade nutricional. Na RDPAC, as ocorrências foram distribuídas de forma muito semelhante entre as cinco liberdades. A interpretação técnica revelou que a interferência sobre a liberdade psicológica foi muito mais prevalente que explicitamente mencionado pelos denunciante. Desta forma, os resultados sugerem que o enquadramento das situações nas quais se suspeita de maus-tratos deve ser baseado em conhecimento técnico de profissional capacitado em bem-estar animal.

As denúncias concentraram-se em torno do centro das cidades. A tendência ao maior número de suspeitas de maus-tratos na região central pode estar relacionada a maior ocorrência de maus-tratos ou ao fato da população local recorrer mais à denúncia.

Todas as denúncias registradas na SPACL foram encaminhadas para delegacias regionais e em 25 (39,7%) ocorreu inquérito policial seguido de ação penal com o parecer da Promotoria do Ministério Público. Das denúncias levadas para audiência e julgamento, 20 (80%) originaram sentença, como multas ou trabalhos voluntários à comunidade. O cenário jurídico estabelecido pelas denúncias na SPACL foi otimista em relação ao julgamento dos casos se comparado com o julgamento dos casos relatado por Arluke e Luke (1997). Porém, se trata de um município com atuação marcante de uma entidade de proteção animal no atendimento de denúncias, o que pode sugerir uma situação privilegiada no acolhimento de denúncias de maus-tratos contra animais e com pré-seleção quanto à gravidade antes de serem efetivamente registrados.

O conhecimento do perfil das denúncias de maus-tratos pode facilitar o desenvolvimento de ações preventivas, com redução do sofrimento de animais envolvidos. O parecer de um profissional capacitado pode subsidiar de forma mais detalhada as posturas judiciais adotadas no sentido de auxiliar na constatação de crime de maus-tratos.

ARLUKE, A.; LUKE, C. Physical Cruelty Toward Animals in Massachusetts, 1975-1996. **Society and Animals Journal**, v. 5, p. 195-204, 1997.

CROOK, A. The CVMA Animal Abuse Position – How we got here. **Canadian Veterinary Journal**, v. 41, p. 631-635, 2000.

DANIELL, C. Veterinarians and SPCAs: an essential partnership. **Canadian Veterinary Journal**, v. 43, 2002.

FARACO, C.B. Interação humano-animal. **Ciência Veterinária nos Trópicos**, v. 11, suplemento 1, p. 35-38, 2008.

FAWC - FARM ANIMAL WELFARE COUNCIL. **Second report on priorities for research and development in farm animal welfare**. London: Ministry of Agriculture, Fisheries and Food, 1993.

HENSLEY, C., TALLICHET, S. E. Effect of inmates' self-reported childhood and adolescent animal cruelty: motivations on the number of convictions for adult violent interpersonal crimes. **Intern. Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**, v. 52, p. 175-184, 2008.

TAYLOR, N.; SIGNAL, T. D. Community Demographics and the Propensity to Report Animal Cruelty. **Journal of Applied Animal Welfare Science**, v. 9, p. 201-210, 2006.

WEBSTER J. **Animal Welfare - limping towards eden**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

APÊNDICE D

Pôster apresentado no 38º Congresso Brasileiro de Medicina Veterinária



Análise retrospectiva de denúncias de maus-tratos contra animais registradas nos municípios de Campo Largo e Curitiba



Janalina Hammerschmidt¹, Carla Forte Malolino Molento²

1. Médica Veterinária, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Veterinárias, UFPR, janalinh@hotmail.com; 2. Médica Veterinária, Professora Adjunta do Departamento de Zootecnia, Setor de Ciências Agrárias, Coordenadora do Laboratório de Bem-estar Animal (LABEA)

INTRODUÇÃO

A relação ser humano-animal deve ser benéfica, no entanto, ocorrências de maus-tratos contra animais tem sido relatadas. O objetivo foi levantar o histórico de denúncias de maus-tratos registradas nas Sociedades Protetoras dos Animais de Campo Largo (SPACL) e de Curitiba (SPAC) e na Rede de Defesa e Proteção Animal de Curitiba (RDPAC) e analisar a pertinência da ação de profissionais capacitados em tais processos.

MATERIAL E MÉTODOS

O levantamento foi realizado na SPACL, de 2001 a 2009, na SPAC, de 2003 a 2011, e na RDPAC, de 2009 a 2010, no estado do Paraná. Os elementos apurados foram espécies animais envolvidas e descrição das denúncias a fim de coletar as informações pertinentes e classificá-las de acordo com as causas e com as Cinco Liberdades (FAWC, 1993). Os dados foram estudados por meio de estatística descritiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na SPACL, na SPAC e na RDPAC foram registradas 64, 72 e 104 denúncias, respectivamente. Dos denunciante, 79,5% foram mulheres e dos denunciados, 72,5% foram homens, os quais são mais propensos a cometer atos de maus-tratos contra animais (HENSLEY e TALLICHET, 2008). Foi observado que 82,9% das denúncias envolveram cães, seguido de cavalos (8,6%) (Figura 1) e gatos (6,5%), podendo ser relacionado ao vínculo de cães e gatos como animais de companhia. A principal causa de denúncia foi o óbito (17,1%), principalmente por envenenamento (27,9%) e desnutrição e caquexia (13,1%) (Figura 2). Houve alta prevalência de abandono, representando média de 16% das denúncias (Figura 3). O não fornecimento de alimento e água esteve entre as quatro principais causas de denúncia, com média de 15,7% de todas as causas. Tal situação relaciona-se diretamente com a definição física do bem-estar e tem implicação negativa sobre ele.



Figura 1. Caso de maus-tratos contra um cavalo, atendido pela Sociedade Protetora dos Animais de Campo Largo.



Figura 2. Óbito de cão por desnutrição e caquexia atendido pela Sociedade Protetora dos Animais de Campo Largo.



Figura 3. Caso de abandono de cão em via pública atendido pela Sociedade Protetora dos Animais de Campo Largo.



Figura 4. Caso de negligência de atendimento veterinário atendido pela Sociedade Protetora dos Animais de Campo Largo.

No presente estudo, grande parte das ocorrências tratava de negligência (Figura 4), considerada uma forma muito comum de maus-tratos (CROOK, 2000). A maioria das ocorrências fez referência às liberdades sanitária e nutricional, embora a avaliação técnica tenha revelado o comprometimento comum da liberdade psicológica (Tabela 1).

Na SPACL 25 denúncias foram encaminhadas para inquérito policial, sendo que 20 (80%) originaram sentença, como multas ou trabalhos voluntários à comunidade.

CONCLUSÃO

O conhecimento do perfil das denúncias de maus-tratos pode facilitar o desenvolvimento de ações preventivas, com redução do sofrimento de animais envolvidos. O parecer de um profissional capacitado pode subsidiar de forma mais detalhada as posturas judiciais adotadas no sentido de auxiliar na constatação de crime de maus-tratos.

Tabela 1. Comprometimento de cada liberdade baseado no relato do denunciante (RD) e na avaliação técnica (AT) das denúncias de maus-tratos contra animais registradas na Sociedade Protetora dos Animais de Campo Largo (SPACL), no período de 2001 até 2009, na Sociedade Protetora dos Animais de Curitiba (SPAC), de maio de 2003 a maio de 2011 e na Rede de Defesa e Proteção Animal de Curitiba (RDPAC), de julho de 2009 a agosto de 2010.

Local		Total (nº de denúncias)	LN (%)	LA (%)	LS (%)	LC (%)	LP (%)
SPACL	RD	64	23,4	21,9	67,2	17,2	17,2
	AT	64	40,6	40,6	67,2	23,4	93,8
SPAC	RD	72	23,6	9,7	81,9	6,9	12,5
	AT	72	30,6	23,6	83,3	30,6	97,2
RDPAC	RD	104	37,5	28,8	66,3	26,0	32,7
	AT	104	53,8	51,0	66,3	40,4	89,4
% médio total	RD	-	28,2	20,1	71,8	16,7	20,8
	AT	-	35,2	38,4	72,3	31,5	93,5

LN: Liberdade Nutricional; LA: Liberdade Ambiental; LS: Liberdade Sanitária; LC: Liberdade Comportamental; LP: Liberdade Psicológica. * Percentual em relação ao total de denúncias em cada instituição.

REFERÊNCIAS: 1. CROOK, A. The CVMA Animal Abuse Position – How we got here. *Canadian Veterinary Journal*, v. 41, p. 601-605, 2000. 2. FAWC – FARM ANIMAL WELFARE COUNCIL. Second report on priorities for research and development in farm animal welfare. London: Ministry of Agriculture, Fisheries and Food, 1993. 3. HENSLEY, C., TALLICHET, S. E. Effect of inmates' self-reported childhood and adolescent animal cruelty: motivations on the number of convictions for adult violent interpersonal crimes. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, v. 52, p. 175-184, 2008.

APÊNDICE E

Resumo expandido enviado para o 33º Congresso Brasileiro da ANCLIVEPA

DIAGNÓSTICO DE BEM-ESTAR DE CÃES DOMICILIADOS E SEMI-DOMICILIADOS NO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, PARANÁ

Janaina Hammerschmidt¹, Gisele Sprea², Carla Forte Maiolino Molento³

¹Mestranda do Programa de Pós Graduação em Ciências Veterinárias, UFPR

²Médica Veterinária do município de Campo Largo, Paraná

³Docente do Programa de Pós Graduação em Ciências Veterinárias, Coordenadora do Laboratório de Bem-estar Animal (LABEA / UFPR).

Resumo:

Pouco se sabe acerca das condições de bem-estar dos cães que vivem como animais de estimação. O objetivo desse trabalho foi mensurar e comparar o grau de bem-estar e a probabilidade de sofrimento de cães domiciliados (CD) e semi-domiciliados (CS). O grau de bem-estar foi medido por meio de uma metodologia de perícia em bem-estar animal baseada no conceito das Cinco Liberdades. Em 42,0% (21/50) dos CD e em 71,4% (15/21) dos CS o grau de bem-estar foi considerado ruim ou muito ruim. A probabilidade de sofrimento foi alta ou muito alta para 54,0% (27/50) dos CD e para 95,2% (20/21) dos CS. O baixo grau de bem-estar foi determinado por fatores relacionados ao não comprometimento com a guarda do animal, como o não fornecimento de água fresca e de alimentação adequada, acesso à rua sem supervisão e carência de atendimento veterinário, situações que caracterizam negligência. Os CS tiveram mais baixo grau de bem-estar e maior probabilidade de sofrimento que CD.

Palavras chave: perícia, sofrimento, cinco liberdades

WELFARE ASSESSMENT OF OWNED AND FREE-ROAMING DOGS IN THE TOWN OF CAMPO LARGO, PARANÁ

Abstract:

Little is known about the conditions of welfare of dogs living as pets. The aim of this study was to measure and compare the level of welfare and the chances of suffering from owned (OD) and free-roaming dogs (FD). The welfare was measure by a protocol based on the concept of the Five Freedoms of animal welfare. In 42.0% (21/50) of OD and in 71.4% (15/21) of FD the welfare was considered poor or very poor. The chances of suffering were high or very high for 54.0% (27/50) of OD and 95.2% (20/21) of FD. The poor welfare was

determined by factors related to non-commitment to responsible pet guardianship, as the absence of fresh water and adequate food supply, access to the street without supervision and lack of veterinary care, situations that characterize neglect. The FD showed worse levels of welfare and more chances for suffering than OD.

Key-words: protocol, suffering, five freedoms

Introdução

Pouco se sabe acerca das condições de bem-estar dos cães que vivem como animais de estimação. A possibilidade de alto grau de bem-estar dependerá, além do ambiente que lhe é oferecido, do nível de compreensão e comprometimento do proprietário com as necessidades físicas, psicológicas e comportamentais do animal. Pode-se medir o grau de bem-estar por meio do conceito das Cinco Liberdades (FAWC, 1993). Sendo assim, o objetivo desse trabalho foi mensurar o grau de bem-estar e a probabilidade de sofrimento de cães domiciliados e semi-domiciliados, comparando os indicadores de bem-estar identificados entre os grupos de cães.

Material e métodos

O diagnóstico do grau de bem-estar foi realizado em 71 cães inseridos no Projeto “Cuide de Seu Animal” do Setor de Controle de Zoonoses e Bem-estar Animal da Prefeitura de Campo Largo, Paraná, de março a agosto de 2011. Os cães foram qualificados em cães domiciliados (CD) e cães semi-domiciliados (CS). O grau de bem-estar foi medido por meio de uma metodologia de perícia baseada no conceito das Cinco Liberdades do Bem-estar Animal dividida em uma escala de cinco graus: muito bom, alto, regular, baixo e muito baixo. À cada liberdade foi conferido um grau de restrição, que compreendeu três níveis de categorias: respeitada, moderadamente restrita e severamente restrita. Foi então deliberado acerca da probabilidade de sofrimento do animal, de muito baixa a muito alta. O banco de dados foi analisado por estatística não-paramétrica, com os testes Qui-quadrado e Mann Whitney.

Resultados

Foram avaliados 71 cães, compreendendo 50 CD (70,4%) e 21 CS (29,6%). Em 42,0% (21/50) dos CD, o grau de bem-estar foi considerado ruim ou muito ruim, enquanto que em CS esse número foi de 71,4% (15/21). A

probabilidade de sofrimento foi alta ou muito alta para 54,0% dos CD e para 95,2% (20/21) dos CS. Ocorreu disponibilidade de água fresca para 96,0% (48/50) dos CD e para 42,9% (09/21) dos CS. Cerca de 6,0% (06/50) dos CD e 42,9% (09/21) dos CS estavam com baixo escore corporal. Os CD tiveram melhores resultados que CS para vacinação, desverminação e atendimento veterinário. Os resultados para “espaço disponível para execução do comportamento natural” foram satisfatórios para 64,0% (32/50) dos CD e para 76,2% (16/21) dos CS. A ocorrência de comportamentos anormais foi considerada baixa e não diferiu entre CD (12,0%, 06/50) e CS (9,5%, 2/21). A liberdade psicológica diferiu no item “comprometimento severo de alguma liberdade”, no qual o grupo de CS apresentou maior comprometimento das liberdades (66,7%, 14/21) que CD (38%, 19/50). Os CD (14,3%, 07/49) apresentaram-se menos hesitantes na presença do proprietário que CS (42,1%, 08/19), bem como com maior número de CD (50,1%, 25/49) aparentemente felizes em relação aos CS (10,5%, 02/19).

Discussão

O grau de bem-estar de CS pareceu mais baixo que aquele de CD por fatores relacionados ao não comprometimento com a guarda do animal, como o não fornecimento de água fresca e de alimentação adequada, acesso à rua sem supervisão e carência de atendimento veterinário, situações que caracterizam negligência (Munro e Munro, 2008). O acesso à rua sozinho comprometeu o parecer da liberdade ambiental, pois de acordo com Thornton (1992) pode submeter o animal a muitos riscos. A hesitação na presença do proprietário pode sugerir que o vínculo entre proprietário e CS pode não ser o desejável.

Conclusão

Os CS apresentaram mais baixo grau de bem-estar e maior probabilidade de sofrimento que CD, evidenciado pela restrição das liberdades. Entretanto, os resultados da avaliação de bem-estar de todos os cães não foram satisfatórios com relação aos animais, pois muitos fatores contribuíram para a ocorrência de sofrimento.

Referências

FAWC - FARM ANIMAL WELFARE COUNCIL. Second report on priorities for research and development in farm animal welfare. London: Ministry of Agriculture, Fisheries and Food, 1993.

MUNRO, R.; MUNRO, H. M. C. **Animal abuse and unlawful killing: forensic veterinary pathology**. China: Saunders, 2008. 106 p.

THORNTON, G. W. The welfare of excess animals: Status and needs. **Journal of the American Veterinary Medical Association**, v. 200, n. 5, p. 660-662, 1992.

APÊNDICE F

Convite para palestrar no 33º Congresso Brasileiro da ANCLIVEPA

Curitiba, 21 de **Fevereiro** de 2012.

Prezado (a) **Profa. Dra. Janaína Hammerschmidt**

Acusamos o recebimento do e retorno seu ao primeiro comunicado. Assim, temos a honra de confirmar sua a participação na qualidade de palestrante no 33º CBA, com a data, o horário e o tema abaixo especificados:

Palestra	Dia	Horário
Como fazer um laudo técnico de bem estar animal	29/04	8h - 9h
Perfil das denúncias de maus tratos contra animais: Curitiba	30/04	10h30min-11h30min

A comissão organizadora está de acordo com o pagamento do reembolso para deslocamento do veículo próprio de R\$ 30,00 reais solicitado. Pedimos a gentileza de adquirir as notas fiscais referentes a esses gastos.

Informamos ainda que na Secretaria do Evento quando da retirado do seu material que inclui credencial de PALESTRANTE, programação científica, certificado de participação e demais materiais.

Vale ressaltar que o congresso por critério e regulamentação não reembolsará honorários/cachê aos palestrantes. Gastos extras também não serão reembolsados a exceção os dos transfers previamente comunicados.

A credencial de Palestrante dará direito ao acesso a todos os ambientes do evento.

- Em caso de dúvidas retorne essa mensagem com suas colocações.

Solicitamos a CONCORDÂNCIA e a confirmação de RECEBIMENTO desta mensagem.

Cordialmente,

Comissão Científica e Comissão Social

ANEXO 1

TABELA 1. INDICADORES UTILIZADOS PARA A AVALIAÇÃO DA LIBERDADE NUTRICIONAL NOS DIFERENTES CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO DA METODOLOGIA DE PERÍCIA EM BEM-ESTAR ANIMAL NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE CONTROLE DE ZONÓSES E BEM-ESTAR ANIMAL, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, E DO SETOR DE CONTROLE DE ZONÓSES, MUNICÍPIO DE PINHAIS, 2011.

Item da ficha	Denúncias de maus-tratos	Cães e gatos	Cavalos de carroceiros	Comércio de animais
1. Escore corporal	Escore de 1 a 5, com derivações dependendo da espécie	Escore de 1 a 5	Escore de 0 a 5	Sim ou não para a existência de animais com baixo escore corporal
2. Itens de alimentação	Ração; comida caseira; outro	Ração; comida caseira; outro	Pasto; capim cortado; farelo de trigo; milho; ração; restos de feira; sal mineral; outros	Ração; milho; sementes; outros
3. Frequência de alimentação	1, 2 ou 3 vezes ao dia; outra	1, 2 ou 3 vezes ao dia; outra	1, 2 ou 3 vezes ao dia; outra	1, 2 ou 3 vezes ao dia; livre
4. Condições de comedouro	Limpo; parcialmente sujo; sujo; não possui	Limpo; parcialmente sujo; sujo; não possui	Limpo; parcialmente sujo; sujo; não possui	Limpo, parcialmente sujo; sujo; tamanho
5. Condições de bebedouro	Limpo, parcialmente sujo; sujo; não possui	Limpo, parcialmente sujo; sujo; não possui	Limpo, parcialmente sujo; sujo; não possui	Limpo, parcialmente sujo; sujo; tamanho
6. Disponibilidade de água fresca	Sim; não	Sim; não	Sim; não	Sim; não
7. Como se dá a oferta de água e alimento durante o trabalho	Questão aberta	-	Questão aberta	-
8. Quantidade de alimento fornecida	-	-	Questão aberta	Questão aberta
9. Parecer da Liberdade	Severamente restrita; moderadamente restrita; respeitada	Severamente restrita; moderadamente restrita; respeitada	Severamente restrita; moderadamente restrita; respeitada	Severamente restrita; moderadamente restrita; respeitada

TABELA 2. INDICADORES UTILIZADOS PARA A AVALIAÇÃO DA LIBERDADE AMBIENTAL NOS DIFERENTES CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO DA METODOLOGIA DE PERÍCIA EM BEM-ESTAR ANIMAL NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE CONTROLE DE ZONÓSES E BEM-ESTAR ANIMAL, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, E DO SETOR DE CONTROLE DE ZONÓSES, MUNICÍPIO DE PINHAIS, 2011.

Item da ficha	Denúncias de maus-tratos	Cães e gatos	Cavalos de carroceiros	Comércio de animais
1. Local de permanência do animal	Dentro de casa; quintal; dentro de casa e no quintal	Dentro de casa; quintal; dentro de casa e no quintal	Baia; amarrado; piquete solto; outros	Gaiola; caixa de plástico; caixa de vidro; outros
2. Tamanho da instalação	Questão aberta	Questão aberta	Questão aberta	Questão aberta
3. Número de animais na instalação	Questão aberta	Questão aberta	Questão aberta	Questão aberta
4. Permanece na mesma instalação o tempo todo	Sim; não; descrever	Sim; não; descrever	Sim; não; descrever	Descrição da permanência durante fins de semana
5. Preso por corrente ou corda	Sim; não; às vezes	Sim; não; às vezes	Sim; não; às vezes	-
6. Preso em canil	Sim; não; às vezes	Sim; não; às vezes	-	-
7. Presença de abrigo fixo	Sim; não; tamanho	Sim; não; tamanho	Sim; não; tamanho	Sim; não
8. Presença de cama ou substrato	Sim; não	Sim; não	-	Sim; não
9. Calos de decúbito	Ausentes; presentes	Ausentes; presentes	-	Ausentes; presentes
10. Animal com acesso à rua	Sim; não; frequência	Sim; não; frequência	Sim; não; frequência	-
11. Movimentação do animal	Muito restrita; restrita; moderada; respeitada	Muito restrita; restrita; moderada; respeitada	Muito restrita; restrita; moderada; respeitada	-
12. Condições de higiene e limpeza	Péssimo; ruim; bom; ótimo	Péssimo; ruim; bom; ótimo	Péssimo; ruim; bom; ótimo	Péssimo; ruim; bom; ótimo
13. Superfícies de contato com o animal	Terra; grama; cimento; madeira; azulejo; outras	Terra; grama; cimento; madeira; azulejo; outras	Terra; grama; cimento; madeira; azulejo; outras	Arame; plástico; cimento; madeira; terra; outras
14. Superfície cortante ou material de risco no ambiente	Entulhos; restos de construção; arame; cacos de vidro; outros	Entulhos; restos de construção; arame; cacos de vidro; outros	Sim; não	Sim; não
15. Animais agrupados ou com frio?	-	-	-	Sim; não
16. Animais ofegantes?	-	-	-	Sim; não
17. Trabalho em dias de sol	-	-	Intervalo nos períodos mais quentes; sem intervalos	-
18. Trabalho em dias de chuva	-	-	Não trabalha; espera passar; trabalha normalmente	-
19. Trabalha na cidade em que mora	-	-	Sim; não	-
20. Região de trabalho	-	-	Centro; periferia; ambos	-
21. Escore de sujeidade do animal	-	-	Sem sujeidades; sujeidade leve; sujeidade severa	Sem sujeidades; sujeidade leve; sujeidade severa
22. Parecer da Liberdade	Severamente restrita; moderadamente restrita; respeitada	Severamente restrita; moderadamente restrita; respeitada	Severamente restrita; moderadamente restrita; respeitada	Severamente restrita; moderadamente restrita; respeitada

TABELA 3. INDICADORES UTILIZADOS PARA A AVALIAÇÃO DA LIBERDADE SANITÁRIA NOS DIFERENTES CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO DA METODOLOGIA DE PERÍCIA EM BEM-ESTAR ANIMAL NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE CONTROLE DE ZOONOSES E BEM-ESTAR ANIMAL, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, E DO SETOR DE CONTROLE DE ZOONOSES, MUNICÍPIO DE PINHAIS, 2011.

Item da ficha	Denúncias de maus-tratos	Cães e gatos	Cavalos de carroceiros	Comércio de animais
1. Atendimento veterinário	Sim; não	Sim; não	Sim; não	-
2. Vacinação	Sim; não; atrasada	Sim; não; atrasada	Sim; não; atrasada	-
3. Desverminação	Sim; não; atrasada	Sim; não; atrasada	Sim; não; atrasada	-
4. Secreção vulvar	Sim; não; descrição	Sim; não; descrição		-
5. Tumor mamário	Sim; não	Sim; não		-
6. Já apresentou ou está com alguma doença?	Sim; não; qual; quando	Sim; não; qual; quando	Sim; não; qual; quando	Sim; não; quantos
7. Fezes	Firmes; diarreia	Firmes; diarreia	Firmes; diarreia; verificar sujidades	-
8. Ingestão de água	Normal; reduzida; aumentada	Normal; reduzida; aumentada		-
9. Urina	Normal; reduzida; aumentada	Normal; reduzida; aumentada		-
10. Apetite	Normal; reduzido	Normal; reduzido		-
11. Locomoção	Normal; claudicação	Normal; claudicação	Normal; claudicação	Normal; claudicação; quantos
12. Arqueamento de dorso	Sim; não	Sim; não		-
13. Presença de lesões	Sim; não	Sim; não	Sim; não; verificar carpo, jarrete, comissura labial e quartela	Sim; não; quantos
14. Ectoparasitas	Sim; não; qual	Sim; não; qual	Sim; não; qual	-
15. Prurido	Sim; não	Sim; não	Sim; não	-
16. Secreções	Sim; não; local; descrição	Sim; não; local; descrição	Sim; não; local; descrição	Sim; não; local; descrição; quantos
17. Condições de pelagem	Opaca; arrepiada; brilhante	Opaca; arrepiada; brilhante	Opaca; arrepiada; brilhante	-
18. Hidratação	Normal; desidratação (leve ou severa)	Normal; desidratação (leve ou severa)	Normal; desidratação (leve ou severa)	-
19. Mucosas	Normocoradas; hipocoradas; hiperêmicas; ictéricas	Normocoradas; hipocoradas; hiperêmicas; ictéricas	Normocoradas; hipocoradas; hiperêmicas; ictéricas	-
20. Linfonodos	Normais; aumentados	Normais; aumentados		-
21. Frequência respiratória	Normal; taquipnéia; bradipnéia	-	Normal; taquipnéia; bradipnéia	-
22. Sangramento nasal durante o trabalho?	-	-	Sim; não	-
23. Casqueamento	-	-	Frequência; quem o faz	-
24. Olhos	-	-	Normais; com anormalidades	-
25. Tempo de preenchimento capilar	-	-	1, 2, 3 ou mais que 3 segundos	-
26. Presença de ferradura nos quatro membros	-	-	Sim; não	-
27. Presença de rachaduras nos cascos	-	-	Sim; não	-
28. Crescimento excessivo dos cascos	-	-	Sim; não	-
29. Forma do casco	-	-	Normal; achinelado; encastelado	-
30. Inchaço das articulações e tendões?	-	-	Sim; não; descrição	-
31. Animais apáticos?	-	-	Sim; não; quantos	-
32. Parecer da Liberdade	Severamente restrita; moderadamente restrita; respeitada	Severamente restrita; moderadamente restrita; respeitada	Severamente restrita; moderadamente restrita; respeitada	Severamente restrita; moderadamente restrita; respeitada

TABELA 4. INDICADORES UTILIZADOS PARA A AVALIAÇÃO DA LIBERDADE COMPORTAMENTAL NOS DIFERENTES CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO DA METODOLOGIA DE PERÍCIA EM BEM-ESTAR ANIMAL NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE CONTROLE DE ZOOSE E BEM-ESTAR ANIMAL, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, E DO SETOR DE CONTROLE DE ZOOSE, MUNICÍPIO DE PINHAIS, 2011.

Item da ficha	Denúncias de maus-tratos	Cães e gatos	Cavalos de carroceiros	Comércio de animais
1. Recursos ambientais	Brinquedos; animais; outros	Brinquedos; animais; outros	-	Ninho; esconderijo; poleiro; outros
2. Espaço disponível para movimento e expressão dos comportamentos naturais	Liberdade de movimento e expressão de grande parte dos comportamentos naturais; alguma restrição de espaço e atividades comportamentais limitadas; grande restrição de espaço e de expressão dos comportamentos naturais	Liberdade de movimento e expressão de grande parte dos comportamentos naturais; alguma restrição de espaço e atividades comportamentais limitadas; grande restrição de espaço e de expressão dos comportamentos naturais	Liberdade de movimento e expressão de grande parte dos comportamentos naturais; alguma restrição de espaço e atividades comportamentais limitadas; grande restrição de espaço e de expressão dos comportamentos naturais	Liberdade de movimento e expressão de grande parte dos comportamentos naturais; alguma restrição de espaço e atividades comportamentais limitadas; grande restrição de espaço e de expressão dos comportamentos naturais
3. Atividades comportamentais possíveis	Questão aberta	Questão aberta	-	Questão aberta
4. Evidência de comportamentos anormais?	Sim; não; descrição	Sim; não; descrição	Sim; não; descrição	Sim; não; descrição
5. Evidência de estereotipias?	Sim; não; descrição	Sim; não; descrição	Sim; não; descrição	Sim; não; descrição
6. Contato social com animais da mesma espécie?	Sim; não	Sim; não	Sim; não	Sim; não
7. Contato social com animais de outras espécies?	Sim; não;	Sim; não;	Sim; não;	-
8. O animal brinca?	Sim; não; com quem; frequência	Sim; não; com quem; frequência	-	-
9. Gatos: possui caixa de areia?	Sim; não	Sim; não	-	-
10. Gatos: possibilidade de arranhar?	Sim; não	Sim; não	-	-
11. Proprietário faz passeios guiados com o animal?	Sim; não; frequência	Sim; não; frequência	-	-
12. Há espaço para pastar?	-	-	Sim; não; tamanho	-
13. Frequência de pastejo	-	-	Todos os dias; outra	-
14. Comportamentos limitados	-	-	Pastar; interagir socialmente; correr; abrigar-se; outros	-
15. Períodos de trabalho	-	-	Dia e noite; manhã; tarde; dia todo	-
16. Trabalha aos finais de semana?	-	-	Sim; não	-
17. Frequência de trabalho	-	-	Todos os dias; dias alternados; outras	-
18. Parecer da Liberdade	Severamente restrita; moderadamente restrita; respeitada	Severamente restrita; moderadamente restrita; respeitada	Severamente restrita; moderadamente restrita; respeitada	Severamente restrita; moderadamente restrita; respeitada

TABELA 5. INDICADORES UTILIZADOS PARA A AVALIAÇÃO DA LIBERDADE PSICOLÓGICA NOS DIFERENTES CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO DA METODOLOGIA DE PERÍCIA EM BEM-ESTAR ANIMAL NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE CONTROLE DE ZONÓSES E BEM-ESTAR ANIMAL, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, E DO SETOR DE CONTROLE DE ZONÓSES, MUNICÍPIO DE PINHAIS, 2011.

Item da ficha	Denúncias de maus-tratos	Cães e gatos	Cavalos de carroceiros	Comércio de animais
1. Comprometimento severo de alguma liberdade?	Sim; não	Sim; não	Sim; não	Sim; não
2. Atitude do animal	Alerta; apático; prostrado	Alerta; apático; prostrado	Alerta; apático; prostrado; hiperreativo	-
3. Atitude à presença humana	Feliz; agressivo; hesitante; calmo; agitado negativamente	Feliz; agressivo; hesitante; calmo; agitado negativamente	Afasta-se; vira a cabeça para longe; vira a cabeça para o observador; agressivo; não responde	-
4. Atitude à presença do responsável	Feliz; agressivo; hesitante; calmo; agitado negativamente	Feliz; agressivo; hesitante; calmo; agitado negativamente	Agitado; agressivo; hesitante; calmo; sem alterações	-
5. Posição de cauda (cães)	Elevada abana; elevada vertical; elevada horizontal; baixa; entre as pernas	Elevada abana; elevada vertical; elevada horizontal; baixa; entre as pernas	-	-
6. Posição de cauda (gatos)	Elevada; baixa; posição lúdica; abanando	Elevada; baixa; posição lúdica; abanando	-	-
7. Posição cauda (cavalos)	-	-	Baixa; entre as pernas	-
8. Posição de cabeça (cães)	Elevada; abaixada; afronta	Cães: elevada; abaixada; afronta	Cavalos: Elevada relaxada; elevada retraída; abaixada	-
9. Posição de orelhas	Gatos: eretas, abertas para frente; levantadas, viradas para os lados; baixa	Gatos: eretas, abertas para frente; levantadas, viradas para os lados; baixa	Cavalos: elevadas; abaixadas; puxadas para trás	-
10. Contato ocular direto?	Sim; não	Sim; não	-	-
11. Pelos dorsais ou de cauda eriçados?	Sim; não	Sim; não	-	-
12. Desejo de acompanhar	Acompanha sem hesitar; acompanha hesitando; não acompanha; afasta-se	Acompanha sem hesitar; acompanha hesitando; não acompanha; afasta-se	-	Sim; não
13. Vocalização (cão)	Late; chora; rosna; não vocaliza	Late; chora; rosna; não vocaliza	-	-
14. Vocalização (gato)	Ronrona; mia; resmunga; rosna; silvo; não vocaliza	Ronrona; mia; resmunga; rosna; silvo; não vocaliza	-	-
15. Local permite contato direto com pessoas?	Sim; não	Sim; não	-	-
16. Usa chicote?	-	-	Sim; não	-
17. Reação ao toque do observador	-	-	Recua; demonstra interesse; agressivo; sem alterações	-
18. Existe placa informativa "não toque nos animais"?	-	-	-	Sim; não
19. Animais vocalizam?	-	-	-	Sim; não; descrição
20. Avaliação de sentimentos	-	-	-	Agitado; com medo; entediado; indiferente; ocupado positivamente; curioso; feliz
21. Parecer da Liberdade	Severamente restrita; moderadamente restrita; respeitada	Severamente restrita; moderadamente restrita; respeitada	Severamente restrita; moderadamente restrita; respeitada	Severamente restrita; moderadamente restrita; respeitada

